

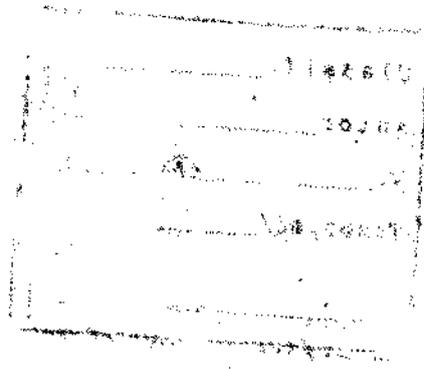
IGOR ZANONI CONSTANT CARNEIRO LEÃO

O PARANÁ NOS ANOS SETENTA

*Este exemplar corresponde
à dissertação de
Mestrado defendida
pelo candidato no
dia 15/12/86.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

Francisca A. M. S. A. S.



Para Líana Maria Aureliano e
Mariano de Mattos Macedo
Para meus colegas do IPARDES
Para Edmêia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I O PARANÁ PERIFÉRICO.....	13
1 FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA.....	14
2 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARANAENSE.....	38
II PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE.....	46
1 UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO.....	47
2 OS ANOS SETENTA NO PARANÁ.....	58
2.1 INDÚSTRIA.....	58
2.2 AGRICULTURA.....	74
2.3 A SOCIEDADE E A QUESTÃO SOCIAL.....	88
2.4 GASTO PÚBLICO.....	110
III CONCLUSÃO.....	116
APÊNDICE ESTATÍSTICO.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, a economia paranaense apresentou um notável dinamismo, crescendo a taxas superiores às da economia nacional. A base desse processo encontra-se em sua agricultura que, desde a colonização do Norte do Estado, mostra-se dinâmica e diversificada.

Nos anos setenta, transformações profundas marcaram o Estado. A indústria paranaense se expande a um ritmo bastante elevado, tornando-se a principal responsável pela geração de renda no Paraná. Não se trata, contudo, de expansão da indústria rudimentar preexistente, mas de um crescimento baseado em um novo tipo de empresa, tecnologicamente moderna, com escalas de produção de grandes dimensões e atendendo aos mercados nacional e internacional. Embora a agroindústria continue sendo dominante, ao nível dos gêneros industriais houve no período certa diversificação, surgindo novos gêneros como Material de Transporte, Material Elétrico e de Comunicações e novos ramos, como o refino do petróleo, em gêneros já instalados. Um apoio importante à industrialização do Estado foi dado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, permitindo o aproveitamento de determinadas condições para a atração de capital paulista e estrangeiro e, mesmo, em alguns casos, para a transformação de pequenos capitais locais em grandes firmas.

A política de industrialização seguida pelo Governo do Estado, ao impulsionar o estabelecimento de diversos setores agroindustriais, estreita as relações entre a agricultura paranaense e a indústria. Assim, as relações de compra e venda entre esses dois setores tenderam a se internalizar no Estado, estimuladas ainda pela política de crédito do governo central. Nessas condições, a agricultura do Paraná, já dinâmica e diversificada, torna-se também moderna e tecnificada, incorporando   sua pauta de principais produtos a soja e o trigo, que puderam contar com tecnologia disponível no exterior e, no caso da soja, com preços internacionais atraentes. Ao mesmo tempo, observa-se um processo semelhante de modernização, embora ainda incipiente, em culturas voltadas para o mercado interno, como o arroz e o feijão.

Refletindo essas transformações, assiste-se a uma acelerada urbanização do Estado,   medida que o crescimento industrial privilegia um número restrito de grandes centros urbanos (em especial a Região Metropolitana de Curitiba, onde se localizam as principais empresas da Metal-Mecânica e a Refinaria de Araucária) e que a produção agrícola, ao se modernizar, inviabiliza um conjunto de atividades próprias de centros urbanos menores.

Paralelamente, a mecanização e conseqüente elevação da produtividade do trabalho agrícola respondem por um rápido esvaziamento populacional do campo, graças à recuperação das terras cedidas a colonos, parceiros e arrendatários, possibilitada pelo uso de tecnologias modernas. Embora o número de trabalhadores assalariados tenha ganho importância no período, não pôde compensar o número de não-proprietários dispensados, os

quais migraram para os centros urbanos do Estado, em especial os de maior porte, e para outras regiões do País.

Naqueles centros, os migrantes buscavam oportunidades de emprego criadas pela realocação de certas atividades vinculadas à comercialização agrícola, pela expansão industrial (em parte ligada à "industrialização do campo") e pela urbanização que imprime, por exemplo, um ritmo elevado de crescimento à construção civil. Esses fatores, por outro lado, se desdobravam ainda em rápida expansão do Terciário, gerando uma oferta adicional de empregos. Entretanto, embora dinâmico, o mercado de trabalho urbano foi incapaz de absorver a massa de trabalhadores que deixava o campo. Em consequência, o Paraná passa, na década de setenta, de pólo de atração a pólo de expulsão de população, enquanto o desemprego e o subemprego nas maiores cidades começa a se tornar visível.

O dinamismo da economia paranaense nessa década foi, assim, acompanhado por agudos problemas sociais, repetindo o ocorrido no Brasil a partir dos anos cinquenta. A política de gastos sociais no Estado limitou-se às áreas tradicionais, como saúde, educação e saneamento básico. Os problemas específicos colocados pelo êxodo rural e o progressivo assalariamento no campo não receberam atenção, nem tampouco a face urbana desses processos, como o subemprego e más condições habitacionais. Evidentemente, a miséria e a marginalização não se mostraram de forma intensa devido à migração para outros estados. Entretanto, a migração apenas transpôs a miséria dos migrantes para outras regiões do Brasil, pois a maior parte deles se dirigiu para a periferia de cidades de São Paulo e os restantes para o Norte do País, onde encontraram fechadas as fronteiras agri-

colas.

O exame da situação financeira do Governo do Estado no período revela uma situação privilegiada frente a outros estados da Federação, apresentando uma maior independência de sua receita com relação a operações de crédito e transferências federais. Isto se deve ao expressivo crescimento da renda interna, permitindo que, embora a arrecadação crescesse num ritmo inferior ao da renda, o aumento absoluto da receita fosse alto. Entretanto, a compressão de despesas com pessoal e o papel secundário conferido aos gastos sociais também jogaram o seu papel. Na realidade, o governo estadual garantiu antes o atendimento dos gastos da área econômica, o que se refletiu ainda no baixo crescimento do emprego no conjunto do setor público e na evolução diferenciada dos níveis de emprego e padrões salariais nas esferas públicas voltadas para a infra-estrutura econômica e para a área social.

Embora não resolvessem automaticamente as questões sociais no Estado, tendo, ao contrário, agravado algumas e criado outras, foram inegáveis as transformações da economia paranaense nos anos setenta. Para a visão tradicional dessa economia, que colocava o Paraná como região periférica e dependente em relação aos centros industriais do País (isto é, São Paulo), esses anos foram surpreendentes. Assim, Pedro Calil Padis, em um trabalho que estendia para regiões do Brasil as relações entre centro e periferia, elaboradas por autores filiados à tradição cepalina para dar conta de problemas da industrialização em países atrasados, avaliada com pessimismo, no final da década de sessenta, as perspectivas da economia paranaense:

(....) mesmo que se desenvolvam as atividades do setor Secundário a que se fez referência e que a agropecuária do Estado venha a tornar-se das mais eficientes do País, ainda assim, muitos anos decorrerão até que o Paraná deixe de ser uma economia periférica e subsidiária do centro dinâmico do País.¹

Segundo Padis, a industrialização de São Paulo determinou uma divisão de trabalho no País, em que às demais regiões coube a tarefa de produzir matérias-primas, alimentos e outros produtos agrícolas, reduzindo-se sua autonomia econômica. Esta integração inter-regional foi reforçada pela rede interna de comunicação e transporte e pela política econômica nacional. Tal política determinava, por exemplo, uma oferta de divisas para importação que beneficiava as regiões já industrializadas, e não necessariamente os Estados que as produziam. Assim, a economia paulista passa a agir como uma metrópole econômica interna, absovendo renda (pelas relações de troca entre indústria e agricultura, desfavoráveis a esta última, pelo confisco cambial sobre o café ou pelo direcionamento de excedentes gerados na agricultura ao sistema bancário e às indústrias paulistas, diante do insignificante parque industrial das demais regiões), recursos naturais e divisas, parte das quais criadas pela venda ao exterior por outros estados.

Nesse contexto, a diversificação dessas regiões, em particular seu crescimento industrial, é inibida. Padis não nega a existência de certas oportunidades de investimento na

¹PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e Esporte do Estado do Paraná, 1981. p.204 (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).

indústria paranaense, subordinando-as, antes, ao apoio adequado do governo estadual, com destaque para a infra-estrutura em transporte e energia implantada desde o início dos anos sessenta, e, aparentemente, à existência de vantagens comparativas. Entretanto, enfatiza a pequena eficácia de políticas locais isoladas para superar a condição periférica e dependente da economia paranaense:

(....) Para serem viáveis, as soluções terão que ser propostas no quadro de uma política de desenvolvimento nacional que tenha por objetivo explícito e específico a diminuição das desigualdades regionais. Ou seja, de uma política que vise, não a integração em torno de um pólo de crescimento mas a formação de novos pólos, capazes de promover e sustentar o desenvolvimento da economia nacional.²

A visão crítica dos desequilíbrios regionais como fruto de relações internas entre centro e periferia baseou no início dos anos 60, em diversos estados, tentativas de industrialização autônoma nas quais, como se observou, Padis descrevia. Tais tentativas apresentavam como idéias centrais o fortalecimento da Federação (em resposta à centralização administrativa do governo Kubistcheck), o tratamento diferencial concedido pelo poder central aos "pólos dinâmicos" da economia nacional, com risco de tornar outras regiões obstáculos a um "desenvolvimento nacional" pleno, e a importância da atuação planejada dos governos estaduais (e central) na correção dos desequilíbrios. Nessas condições, a principal tarefa do Estado torna-se planejar o desenvolvimento, isto é, a industrialização.

²PADIS, Pedro Calil. p.210.

No Paraná, monta-se um projeto de desenvolvimento centrado na integração do Estado (fracionado no Velho Paraná e no Paraná cafeeiro, tributário da economia paulista) e na integração vertical de sua indústria, que autonomizariam a reprodução do capital local nas fronteiras político-administrativas do Estado. O principal agente de realização do "projeto paranaense" era a Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR, transformada, em 1968, no BADEP, Coube à CODEPAR, manipulando os recursos extra-orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE (empréstimo compulsório na forma de alíquota adicional do Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC), a montagem da infra-estrutura econômica (transporte e energia) necessária ao projeto e o incentivo aos setores industriais nele definidos. Ao mesmo tempo em que se buscava o incentivo a pequenas empresas e ao capital local, a restrita base industrial do Estado conduzia à virtual impossibilidade de selecionar este ou aquele setor industrial como prioritário.

Assim, o modelo logo mostrou suas deficiências. O objetivo da industrialização era contraditório com a ênfase na pequena empresa, dados os requerimentos técnicos e financeiros mínimos dos segmentos industriais de ponta, e no capital local, dada a sua fragilidade. Os investimentos industriais, nessas condições, concentram-se em ramos nos quais era maior a concorrência da indústria paulista que, diante da crise dos anos sessenta, procurava ampliar suas vendas para outros estados. Cria-se, assim, no Estado, o tabu de que indústria financiada pelo BADEP faliria. Entretanto, a integração regional do Paraná foi lograda, ao lado de uma estrutura de órgãos públicos que, com certas modificações (como a transformação da CODEPAR

em banco de desenvolvimento), pôde apoiar, a partir de 1968, um novo "modelo".

Como indica Maria Olívia Augusto,³ historiadora dessa tentativa de industrialização do Paraná, a partir de 1964 a busca de autonomia do Estado, produzindo no Paraná o que era obtido fora (em São Paulo), sofre uma transformação radical. A tentativa de afirmar o Paraná frente a São Paulo, via substituição de importações, cede lugar à concepção de um papel industrial complementar, utilizando as "vocações industriais" do Estado.

Essa revisão está presente nos textos do BADEP, que passa a financiar empreendimentos de grande porte, voltados para o atendimento do mercado nacional, e a apoiar a atração de capitais estrangeiros e de outros estados.

A revisão do modelo permitiu a definição de uma política industrial capaz de aproveitar o período de auge da economia brasileira, quando se acelera o ritmo dos investimentos privados, e as condições locacionais favoráveis do Paraná, particularmente da Região Metropolitana de Curitiba. Dessa forma, auxiliou a viabilizar as transformações da década seguinte, já referidas.

O novo projeto "associacionista" ou "complementar", embora redefinindo as vias de atuação do governo estadual, manteve-se sob uma forma difusa, no sentido de não explicitar de modo analítico ou interpretativo as razões do dinamismo da eco-

³AUGUSTO, Maria Helena Olívia. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, símbolo, 1978.

nomia paranaense e o conjunto das transformações dos anos setenta. Enquanto o "modelo autonomista" se baseava numa visão teórico-histórica dessa economia, o "modelo associacionista" constituiu, antes, a reação a uma forma de intervenção estatal cujos equívocos foram demonstrados na prática. Ao mesmo tempo, o "modelo autonomista" se assentava num componente desenvolvimentista, tanto quanto na atualização, para o Estado, do nacionalismo, como ideologia que buscava uma recomposição política entre classes burguesas e classes populares. O seu abandono, entretanto, não conduziu à reelaboração do exame das questões político-sociais, com o que também se abandonaram formas mais avançadas de atuação do Estado frente a essas questões.

Essas lacunas foram sentidas no Paraná, originando a proposta de criação de uma instituição de estudos e pesquisas para o planejamento.

Como informa Francisco Magalhães Filho, no início dos anos setenta, as grandes transformações que a economia paranaense começava a sofrer surpreendem o governo estadual, ao se traduzirem numa industrialização complementar ao parque industrial paulista:

Veja-se que essa nova situação não decorrerá de qualquer tipo de ação planejada do governo estadual. Esta era uma das mudanças que vinham ocorrendo na economia paranaense, decorrentes de sua cada vez maior inserção no mercado nacional e da cada vez mais intensa penetração do grande capital. Sua realidade intrínseca, seus parâmetros básicos, a mecânica de seu financiamento eram, portanto, muito pouco conhecidos ao nível do próprio Estado.⁴

⁴MAGALHÃES FILHO, Francisco. O IPARDES há dez anos: história e reflexões. Curitiba, 1983. Mimeografado. p.6.

Assim, a necessidade de conhecer melhor o quadro das mudanças recoloca, com o apoio do BADEP, a proposta (na realidade, antiga) de criação daquele instituto. Este começa a funcionar como um grupo autônomo no BADEP, sendo implantado como órgão específico em novembro de 1973, sob o nome de Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

O Instituto desenvolve um conjunto de estudos setoriais, destacando-se os estudos na área da agroindústria, de grande interesse para o BADEP na época, sem elaborar uma visão de conjunto das mudanças que ocorriam na economia paranaense:

(....) Chegou a haver a intenção explícita de tentar amarrar todos os fios de todas as meadas que surgiam, com o intuito de tentar uma análise global do que estava a ocorrer e do que se previa viesse a ocorrer, mas as obrigações imediatas e os prazos formais de conclusão dos estudos em andamento não permitiram que isso fosse feito nesse período.⁵

Da mesma forma, o Instituto não chega a definir um marco geral para pensar as questões sociais existentes e aquelas às quais as mudanças na base produtiva da economia iam dando relevo, embora, segundo o primeiro presidente do órgão,

(....) Embutida na concepção do IPARDES estava a idéia de um planejamento destinado a mobilizar as forças sociais interessadas em modificar a sociedade na tarefa de promover essas modificações. E não qualquer tipo de modificações, mas aquelas que interessem diretamente à maior parte da sociedade, planejadas e executadas para essa maior parte.⁶

⁵NAGALHÃES FILHO, Francisco, O IPARDES... p.9.

⁶NAGALHÃES FILHO, Francisco, O IPARDES... p.9.

Entre 1980 e 1981, contudo, essas deficiências são enfrentadas pela elaboração de um diagnóstico da economia e sociedade paranaenses, integrando e completando, através de pesquisas específicas, os trabalhos realizados no Instituto desde a sua criação.⁷ Um resumo do diagnóstico, ao lado de um "modelo de interpretação" da evolução da economia do Paraná nas últimas décadas, recebe uma divulgação relativamente ampla em "Paraná: Economia e Sociedade".*

Esse trabalho se torna o referencial dos estudos seguintes do IPARDES, aprofundando e complementando uma visão o mais integrada possível sobre o Estado.

O Instituto procurava, assim, consolidar uma visão da economia e sociedade estaduais que pudesse posteriormente ser apropriada pelo sistema de planejamento, ao qual o IPARDES se liga como órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento. Entrevistas com técnicos e ex-presidentes do Instituto indicam que o aproveitamento dos estudos e pesquisas nele realizados tem sido pequeno. Entretanto, somente após "Paraná: Economia e Sociedade", a contribuição do Instituto poderia ser mais abrangente.

Nesta dissertação apresenta-se uma síntese da evolução recente da economia e sociedade paranaenses, mapeada nos trabalhos realizados pelo IPARDES nos últimos anos. Ao mesmo tempo, procura-se contrapor o marco analítico em que esses tra-

*IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982, p.72. Convênio SEPL/IPARDES. Este trabalho recebeu sua versão do então consultor do IPARDES, prof. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

⁷FUNDAÇÃO IPARDES. Diagnóstico sócio-econômico do Paraná. Curitiba, 1981. 2v. Convênio SEPL/IPARDES.

Os trabalhos se baseiam, explicitado em "Paraná: Economia e Sociedade", à interpretação tradicional, de raiz cepalina, da formação econômica paranaense.

No primeiro capítulo, são examinadas duas versões da visão tradicional: a de Pedro Calil Padis, autor do único trabalho acadêmico sobre a formação econômica do Paraná, e a dos textos que, nos anos sessenta, fundamentam o "modelo paranaense de desenvolvimento". Sustenta-se que ambas utilizam de forma pouco rigorosa a análise cepalina das relações centro-periferia e que esta não pode ser estendida, sem sérios problemas, até o exame da questão regional. No capítulo seguinte, examina-se o "modelo de interpretação" exposto em "Paraná: Economia e Sociedade", opondo-o à interpretação aqui chamada tradicional. Em seguida, apresenta-se um quadro das principais transformações na sociedade e economia do Estado na última década.

Os trabalhos do IPARDES são amplamente utilizados nessa dissertação. Através deles, o Instituto buscou elaborar uma visão própria do Estado. Como técnico do Instituto desde 1981, pude acompanhar parte desses trabalhos ou participar diretamente da sua elaboração. Divido, portanto, com meus colegas de trabalho qualquer mérito atribuível a esta dissertação.

1 O PARANÁ PERIFÉRICO

A visão tradicional da formação econômica do Paraná percebe o Estado como uma economia periférica e dependente, isto é, cuja expansão responde a estímulos do pólo paulista na proporção em que este demande matérias-primas e produtos alimentares necessários à sua própria industrialização. Ao mesmo tempo, são reduzidas as possibilidades de um desenvolvimento periférico que confira a regiões como o Paraná outro lugar na divisão nacional do trabalho, uma vez que operam mecanismos de satelitização entre periferia e metrópole, descapitalizando a primeira através de diversas formas de evasão de renda.

O único trabalho acadêmico sobre a evolução econômica paranaense, o de Pedro Calil Padis, e os textos elaborados em órgãos do Governo do Estado do Paraná, na primeira metade dos anos sessenta, sobre o "modelo de desenvolvimento paranaense", são examinados como os dois momentos principais nos quais se articula a visão de um Paraná periférico.* Esse modelo levava ao limite a adequação, às fronteiras do Estado, da análise cepalina contida na percepção de um Paraná reflexo e dependente, propondo a autonomização do mesmo via substituição de importações.

*Para esses textos, ver bibliografia em AUGUSTO, Maria Helena Oliva, que examina criticamente o "modelo paranaense". Cf. também PADIS, Pedro Calil.

I FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA

O trabalho de Pedro Calil Padis é uma síntese da história econômica do Paraná, vista como produto de relações centro-periferia. A economia paulista, dado seu maior desenvolvimento industrial, constituiria o centro do sistema econômico nacional, relativamente homogêneo e integrado. São Paulo introduziria uma divisão de trabalho com os demais estados periféricos, tipo clássica, ou seja, assentada sobre a troca de produtos industrializados paulistas por produção primária de alimentos e matérias-primas. A expansão desses estados depende, na análise, dos influxos da economia paulista, que molda para os mesmos um padrão de crescimento para fora.

Enquanto a economia paulista se diversificava, ao liderar a industrialização substitutiva de importações, as economias periféricas, e portanto o Paraná, mantinham uma estrutura produtiva especializada. A situação tende a perdurar indefinidamente, uma vez que os estados periféricos não logram transformar seu padrão de crescimento, voltando-o para dentro. Colaboram para isso mecanismos de transferência de renda como a política cambial, a relação entre preços de produtos industriais e agrícolas e a aplicação no centro de excedentes captados pelo sistema financeiro na periferia. Agem no mesmo sentido a implantação tardia, no caso do Paraná, de infra-estrutura para o investimento industrial, representada no binômio transporte - energia elétrica, e, posteriormente, o término do pro-

cesso de industrialização substitutiva.

A história econômica do Paraná é periodizada tendo como divisor a década de trinta, quando se inicia o grande movimento de incorporação do Norte do Estado à economia nacional, e ao mesmo tempo, a industrialização do País dá seus primeiros passos, centrada geograficamente em São Paulo. No primeiro período, a economia paranaense se caracteriza como não-integrada, estabelecendo seus vínculos diretamente com o exterior. Trata-se de uma economia periférica no sentido de estar à margem da economia brasileira ou paulista. No segundo, a situação periférica se define como participação dependente na divisão do trabalho, na qual São Paulo age como metrópole exatora de renda gerada nos demais estados.

Oliva Augusto estranha a aplicação do conceito de periferia a situações analíticas e historicamente tão distintas:

(....) Se se pensa a "não participação" como indicadora da situação periférica, nesse segundo momento assinalado não se trata absolutamente de "periferia": pelo contrário, o que se tem é a incorporação do estado (....) O que se está querendo indicar é que a integração do estado do Paraná à "economia nacional", que se dá basicamente através do café, indica não uma situação "periférica" do estado mas, pelo contrário, aponta para uma expansão do "pólo" dinâmico capitalista.⁸

É possível, entretanto, entender porque Padis não distingue entre os dois momentos da economia paranaense, para sua classificação como economia reflexa, periférica, subsidiária ou dependente. Em ambos, o Estado apresentaria um padrão de cres-

⁸AUGUSTO, Maria Helena Oliva. p.36.

cimento para fora, subordinando-se a impulsos vindos de fora de suas fronteiras. Em nenhum deles a especialização é superada, em virtude do que, esgotados os estímulos externos, a economia tende à estagnação.

Assim, a periodização de Padis se refere sobretudo ao volume de renda gerado pelas atividades tradicionais como o mate e a madeira, antes dos anos trinta, e pelo café, nas décadas seguintes. Trata-se de uma diferença quantitativa, pois os traços definidores dos diversos ciclos de expansão não variam. Isto permite que Padis indague até que ponto a "euforia cafeeira" não era falsa, prevendo novo horizonte de estagnação após o seu término.

Fica claro portanto que, de acordo com sua análise, a economia paranaense, ao final dos anos trinta, apresenta-se especializada, como economia primário-exportadora. Ao oferecer maiores vantagens ao capital, o setor exportador inibe a diversificação da estrutura produtiva, problema acentuado pela deterioração dos termos de troca que, reduzindo a capacidade de capitalização desse setor, obriga-o a um esforço crescente de capitalização.

Além disso, o Paraná se mostra como economia reflexa, uma vez que os estímulos ao crescimento são gerados no exterior, sem criar as condições necessárias ao crescimento auto-sustentado - dada a especialização produtiva - e tampouco economias externas capazes de apoiá-lo - em vista da baixa produtividade e limitada capacidade de criação de valor adicional das atividades extrativas, dominantes no Estado. Essas características impuseram um crescimento econômico através de ciclos descontínuos, atrelados a produtos cuja demanda externa se expande, em

que um determinado ciclo quase nada ou nada aproveitava do anterior. Esse quadro é contraditório com o potencial inerente de desenvolvimento do Estado.

Apesar do seu vigor, o auge cafeeiro mantém o caráter reflexo da economia estadual, uma vez que ele ocorre a partir de estímulos e decisões externas ao Paraná. Da mesma forma, seus vínculos com o exterior e, particularmente, com São Paulo, mantêm seu caráter dependente e periférico. As relações em moldes centro-periferia entre este Estado e as demais regiões do País são reforçadas na proporção em que São Paulo, por sua dianteira na renda interna, desenvolve crescentemente sua infraestrutura econômica e social e implementa uma política de âmbito nacional redutora da autonomia dos outros estados. Exemplificando, as divisas para importação não poderiam ser utilizadas pelos estados segundo o seu desejo, uma vez que eram reservadas às importações necessárias para a continuidade da industrialização. Ao mesmo tempo, a política cambial determinou que "parcelas ponderáveis" da renda produzida pelo café financiassem a concomitante expansão industrial paulista e déficits orçamentários da União.

Examinando a política cambial no último pós-guerra, Padi observa que, entre 1948 e 1953, período em que vigorou uma taxa de câmbio fixa, a cafeicultura paranaense transferiu renda para o setor industrial na proporção do incremento de seu plantio e da desvalorização interna da moeda. A partir de outubro de 1953, embora a taxa de câmbio tenha se conservado abaixo do valor real, foram instituídas bonificações aos exportadores. Entretanto, a bonificação paga ao café não tinha a mesma amplitude, num período de preços internacionais cadentes.

Entre 1956 e 1961, a alteração dos valores das bonificações continuou discriminando o café, que se manteve como o produto de exportação que mais contribuiria para os cofres da União, auxiliando ainda a baratear a importação de equipamentos industriais. Após 1961, apesar das cambiais provenientes da exportação do café passarem a ser negociadas à taxa do mercado livre, instituiu-se uma cota de contribuição de US\$ 22.00 por saca, contra um preço no mercado nacional de US\$ 41.86.

Embora a política de câmbio baixo fosse justificável do ponto de vista nacional, seus efeitos sobre o Paraná não foram tão benéficos. Também é possível justificar o confisco do café, segundo Pádis, para fazer frente aos excedentes de produção, mas haveria indicações de que o seu montante estava acima das necessidades reais, cobrindo déficits orçamentários.

Os vínculos de dependência e periferia do Estado face a São Paulo manifestam-se ainda sob outras formas. A não-diversificação, colocada pela alta rentabilidade do café, criava fluxos de renda em direção a São Paulo, inibindo o efeito de um multiplicador interno de atividades. Completada a marcha do café, as deficiências de infra-estrutura impedem que a situação se altere, reforçando a evasão de renda.

Por sua vez, a ampliação da rede viária nacional, na segunda metade dos anos cinquenta, retirou alguns meios de proteção às pequenas e médias indústrias com mercados locais nos estados periféricos. O Paraná teria sido particularmente afetado pelo acirramento da concorrência, por sua proximidade de São Paulo, falta de tradição industrial e ainda por situar-se a meio caminho entre São Paulo e as economias gaúcha e catarinense.

A política de erradicação do café, ao determinar a desocupação de grande contingente de mão-de-obra, traduziu-se em efeitos negativos adicionais sobre o desenvolvimento do Estado, com a retração no consumo de certos bens, diminuição no plantio de culturas consorciadas ao café e a concentração de renda, uma vez que esta lavoura é mais labour-intensiva que suas substitutas.

Finalmente, a integração do Sudoeste do Estado às economias paranaense e nacional trazem as conseqüências decorrentes do ser fornecedor de produtos primários e comprador de manufaturados, abrindo ainda caminho, dada a estrutura de produção da área, a formas de comercialização favoráveis à apropriação crescente da renda por grandes proprietários e atacadistas locais. O Sudoeste, como área de fronteira agrícola, apresentava-se à época em que Padis escrevia, como um "subsistema sócio-econômico de transição", de conformação instável e evolução futura pouco clara.

Esse conjunto de fatores, ao reproduzir a situação subsidiária do Paraná, colocava perspectivas incertas para o Estado com a "volta do café a São Paulo" nos anos sessenta. O setor industrial mostrava-se incipiente e os esforços do Governo para a montagem de um aparato infra-estrutural e de atividades industriais haviam sido mal-sucedidos, ao visarem a repetição, nas fronteiras do Estado, de uma industrialização substitutiva esgotada no plano nacional.

Caberia ao Paraná, propõe Padis, desenvolver alguns setores industriais para os quais se acha apto por suas condições naturais, como petroquímica do xisto e fabrico de papel, e dedicar-se "atentamente" ao setor agropecuário, ampliando seu

papel como fornecedor de alimentos para o centro industrial do País. Entretanto, ainda assim o Estado conservaria sua posição subsidiária e dependente, ao menos enquanto não se implementasse uma política de desconcentração espacial de atividades.

A questão mais imediata a esse estilo de análise refere-se à validade teórica de aplicar aos limites político-administrativos dos estados um modelo de relações pensado originalmente para estados nacionais. Como se observou, Padis substitui a oposição cepalina entre Nação e Divisão Internacional do Trabalho pela oposição Estado/Divisão do Trabalho Nacional. Mantendo a distinção entre fatores exógenos e endógenos de expansão, o desenvolvimento auto-sustentado dos estados se tornaria possível apenas na hipótese de essa expansão se basear em fatores endógenos, rompendo aquela oposição. Essa possibilidade, entretanto, é descartada por Padis, posto que a industrialização substitutiva havia sido concluída no plano nacional.

A adequação do sistema centro/periferia para o exame da questão regional foi comentada por Wilson Cano:

(....) Seu principal problema teórico, no que se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste no fato de que a concepção "centro-periferia" só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-Nações politicamente independentes, e não entre regiões de uma mesma nação, onde a diferenciação das fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas discriminatórias de política cambial, tarifária e outras, salvo aquelas relacionadas às chamadas políticas de incentivo fiscal.⁹

⁹CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas, 1981, Tese. Livre-Docência, Universidade Estadual de Campinas. p.3-4.

Entretanto, a crítica se mantém quando não se postula a repetição regional de uma industrialização substitutiva? Nesse caso, a não-formalização das fronteiras internas impediria experiências desse tipo; mas porque impediria o uso de categorias derivadas do sistema centro-periferia? A crítica deve, pois, ser entendida no sentido de que as relações de subordinação que se estabelecem, no funcionamento de uma economia capitalista, entre setores econômicos e mesmo regiões, não podem ser assimiladas a relações de dependência entre estados, uma vez que não há correspondência entre essas regiões ou setores e os limites administrativos dos estados.

Assim, de acordo com Oliva Augusto, a noção de periferia, quando aplicada ao Paraná, converte-se de categoria explicativa em expressão ideológica, desde um ponto de vista estadualizado, da forma como se dava a expansão capitalista no Brasil:

(....) Se se pensa, como é o caso desse trabalho, que a indicação de periferia não se suporta em termos de divisão político-administrativas e que, pelo contrário, são de outro tipo as relações a ressaltar - entre agricultura e indústria - o problema se apresenta diferentemente. Ou seja, se essas relações acima aludidas conduzem a uma subordinação da agricultura frente à indústria (....) a diferenciação que ocorre (....) indicando para o Paraná (periférico) como um todo, uma situação que diz respeito à mudança do locus reprodutivo da economia, em termos da acumulação capitalista, é passada por aspectos ideológicos e políticos.¹⁰

¹⁰AUGUSTO. Maria Helena Oliva. p.37.

Se a noção de periferia representa uma reelaboração ideológica da forma de expansão capitalista, viabilizada pela constituição federativa do País e pelo caráter agrário da economia estadual, a distinção entre o momento em que esta se encontra à margem da economia nacional e outro, em que está integrada, não se reduz a uma diferença quantitativa ou de grau. Ao contrário, nesse segundo momento o Estado está se inserindo na formação do mercado nacional, de modo acentuadamente dinâmico.

Assim, não se estende sem problemas a análise cepalina até o exame da questão regional. Pode-se ainda perguntar pela versão da análise da CEPAL utilizada por Padis. Os textos representativos dessa escola privilegiam a tendência à diferenciação de rendas entre os dois pólos do sistema, expressão do seu desenvolvimento desigual, e não uma exploração econômica baseada na drenagem de recursos reais.

Para esses textos,* a diferenciação inicial entre ambos os pólos, associada à forma de difusão do progresso técnico na economia mundial, é ampliada pela disparidade dinâmica entre as produtividades do trabalho nos dois pólos e pela diferenciação crescente entre suas rendas médias. Segundo se postula, o progresso técnico é mais acelerado no centro que na periferia e o aumento da produtividade do trabalho decorrente de sua introdução maior no centro que nos setores exportadores da periferia, refletindo-se em evolução desigual de suas produtividades médias.

A desigualdade nos ritmos de aumento da produtividade

*As observações seguintes baseiam-se em RODRIGUES, Otávio. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

implica por si a diferenciação das rendas médias. Contudo, a deterioração dos termos de troca intensifica essa tendência, ao fazer com que na periferia a renda média cresça menos que a produtividade do trabalho. Dessa forma, a deterioração dos termos de troca provoca uma perda de parte dos frutos do progresso técnico pela periferia.

Assim, não apenas o acento da CEPAL não é colocado na deterioração dos termos de troca, como essa tendência não implica transferência real de recursos:

(....) Nessa lógica estrita, as expressões acima ("queda de renda" e "transferência") não se referem (...) a uma perda ou transferência efetiva de renda, mas sim à diferença que existe entre a renda realmente gerada no setor exportador e a sua renda potencial, no caso de que a deterioração não fosse inerente ao desenvolvimento periférico e aos marcos de suas relações com o centro.¹¹

Na realidade, Padis parece menos próximo das concepções representativas da CEPAL (expressas sobretudo nos trabalhos de Raul Prebisch, Anibal Pinto e no "Estudio Económico de América Latina, 1949") que de certas versões radicalizadas como a de Gunder Frank.¹² A visão desse autor do sistema centro-periferia como uma estrutura para drenar capital dos satélites até as metrópoles é compatível à idéia de um "desenvolvimento do subdesenvolvimento" paranaense, no qual a relação de exploração

¹¹RODRIGUES. p.126.

¹²FRANK, André Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Buenos Aires, signos, 1970.; _____; CUCKOFT, I.D.; JOHNSON D.L. Economía política del subdesarrollo in América Latina. In: FRANK, André Gunder. Desarrollo del subdesarrollo. Buenos Aires, Signos, 1970.

com a metrópole paulista se mantêm no tempo através de sucessivas rearticulações:

(....) El desarrollo de la indústria en São Paulo no ha traído mayores riquezas a las otras regiones del Brasil. En cambio las convirtió en colonias satélites internas, la descapitalizó más tarde y consolidó y aun profundizó su subdesarrollo.¹³

Ao retomar essa versão da análise cepalina, Padis adota a perspectiva do que Wilson Cano chamou o mito do imperialismo paulista sanguessuga,¹⁴ cujos principais argumentos são:

(....) o de que houve e há vazão de recursos monetários líquidos pelo sistema bancário; o de que a periferia gera divisas que alimentam as importações de São Paulo; o de que, através de diferenciais de taxas de câmbio, de tarifas e de preços há uma transferência implícita de renda da periferia para São Paulo; o quarto argumento afirma que São Paulo cresceu, pelo menos em parte, às custas do excedente periférico.¹⁵

Como se observou, Padis levanta, precisamente, argumentos semelhantes ao estudar o surgimento de economias periféricas no interior do processo de industrialização. O Paranã consistiria um caso, entre tantos outros significativos, como o Nordeste, o Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, e mesmo um caso exemplar:

¹³FRANK, André G. Desarrollo... p.42.

¹⁴CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... cap. 1.

¹⁵CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.17.

(....) Fundamentalmente, o papel desempenhado pela cafeicultura paranaense no processo de industrialização paulista e as dificuldades enormes que aquele Estado teve que enfrentar para integrar-se economicamente são tão caracterizados que, melhor que qualquer outra região do país, o Estado do Paraná se transforma na síntese do que ocorre com outras economias estaduais ou regionais.¹⁶

Examinando detidamente os argumentos acima, Wilson Cano¹⁷ observou que:

- a) as estatísticas do movimento bancário comercial brasileiro negam a hipótese de transferência de recursos, via bancos oficiais, desde a periferia, apontando antes no sentido contrário. A inexistência de estatísticas sobre o mercado de capitais (privado) impede que se verifiquem eventuais transferências financeiras por esta via após 1955. A transferência de capitais privados para fins especulativos ou imobiliários pode ter-se realizado, mas não a ponto de impedir ou entravar a acumulação de capital na periferia;
- b) São Paulo teria se beneficiado de divisas produzidas pelos demais estados, de acordo com o segundo argumento, uma vez que a periferia teria apresentado saldos comerciais positivos com o exterior e negativos com São Paulo. Entretanto, São Paulo apresenta sal-

¹⁶ PADIS, Pedro Calil. p.45.

¹⁷ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... cap.1; Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga & Coutinho, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2.

dos positivos com o exterior até 1950, quando, segundo o Censo de 1949, já detinha 48% da indústria nacional. Entre 1950 e 1970, São Paulo e "Brasil exclusive São Paulo" foram deficitários no seu comércio exterior em 1951, 1952, 1954, 1957, 1959, 1962 e 1963 e ambos superavitários em 1953. A maior parte dos investimentos de capital estrangeiro que implicavam importação de bens de produção, durante o Plano de Metas, foi realizada sob a Instrução 113. Torna-se, portanto, difícil explicar os posteriores aumentos da concentração industrial em São Paulo pelo uso inter-regional de divisas. Além disso, a questão relevante é saber por que a periferia não se beneficiou também do uso de divisas (e das importações sem cobertura cambial), reservadas não a São Paulo, mas à indústria;

- c) durante o período de controles cambiais, o café foi efetivamente o produto mais penalizado. Entretanto, no período mais drástico de confisco (1947-52), São Paulo teve déficit apenas em 1951 e 1952, representando somente 3,9% do total de suas exportações nesses seis anos. Se a agricultura paranaense foi das mais penalizadas, o mesmo pode ser dito da agricultura de São Paulo. Novamente, a pergunta relevante é por que a periferia não pôde se beneficiar do câmbio barato;
- d) de acordo com estes argumentos, a periferia consumiria produtos industriais paulistas a preços elevados, em razão do protecionismo alfandegário. Entre-

tanto,

(....) pretender pagar preços baixos pelo consumo de produtos industriais significaria abdicar de sua produção e importá-los com isenção tarifária. Mas isso implicaria também abandonar a idéia de industrializar a periferia e de torar a proteção existente às indústrias instaladas.¹⁸

O último argumento não é levantado por Padis, que coloca a questão dos preços dos produtos industriais ao examinar a relação dos termos de troca entre agricultura e indústria. Foi dito que a noção de periferia representa uma reelaboração ideológica da forma pela qual se dá a expansão capitalista no Brasil. Não se minimiza com isto a evolução desfavorável dos preços agrícolas frente aos industriais. Entretanto, como também já se observou, ela não pode ser assimilada a uma drenagem de recursos reais. Ao mesmo tempo, essa tendência opera também na economia paulista, talvez com maior intensidade dada a dimensão relativa de sua agricultura.

A questão de por que a indústria periférica ou, no caso, a paranaense, não pode utilizar, como a indústria paulista, divisas para importação de bens de capital ou câmbio barato é respondida por Padis com a maior lucratividade dos negócios do café. Essa resposta, entretanto, é insuficiente, uma vez que o investimento industrial exigiria, ao contrário, boas condições de rentabilidade do capital cafeeiro (além de oferta adequada de trabalhadores livres e bens de consumo operário), sem o que não seria possível a geração de uma massa de capital - dinheiro -

¹⁸ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil... p.244.

apta a converter-se em capital produtivo na indústria.

Nessa passagem, Padis se inclina novamente a uma interpretação discutível da industrialização substitutiva de importações, ligando-a à "teoria dos choques adversos".

Durante a maior parte de sua história o Brasil teve uma economia crescendo "para fora", isto é, inserindo-se cada vez mais no sistema internacional da divisão do trabalho e, conseqüentemente, ampliando suas exportações. Nesses períodos, ao mesmo tempo em que as atividades ligadas ao mercado externo se expandiam, as voltadas para o atendimento da demanda interna comportavam-se inversamente ou, pelo menos, reduziam o seu ritmo de crescimento. "Executados os períodos de total regressão às atividades de subsistência, toda vez que, por diferentes razões, o setor de exportação enfrentou alguns revés, a economia brasileira cresceu "para dentro", isto é, voltou-se à produção de bens para o atendimento da demanda interna".¹⁹

No Paraná teria ocorrido algo semelhante, concentrando-se recursos em atividades estimuladas pela demanda externa:

O repouso na idéia de que o desenvolvimento econômico - ou pelo menos a expansão econômica - viriam como consequência do comércio exterior levou o Estado a um duro desengano: quando o mercado externo não mais se interessou pelos produtos paranaenses, o sistema econômico retrocedeu.²⁰

A saída via mercado interno está vedada, pela integra-

¹⁹PADIS, Pedro Calil, p.197-8. Para uma crítica dessa concepção, ver MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, 1975. Tese, Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. cap.II.

²⁰PADIS, Pedro Calil. p.213.

ção do mercado nacional e concorrência da indústria paulista.

Dois últimos argumentos de Padis sobre as causas da não-diversificação da economia paranaense devem ser revistos. Eles se referem ao término do processo de industrialização substitutiva e ao domínio do mercado pela indústria paulista, após a segunda metade dos anos cinquenta. Os argumentos são estáticos, pois num período de expansão da economia nacional abrem-se oportunidades de investimento na periferia, desde que o alargamento do mercado permita a convivência entre indústrias localizadas na periferia e no centro (por exemplo, as primeiras podem nascer por uma estratégia de investimentos, via multiplantas de indústrias sediadas no centro). Entretanto, algumas referências às conclusões das pesquisas de Wilson Cano ajudarão a compreender melhor o problema da diversificação das economias ditas periféricas.²¹

Até a crise de 1929, o País era formado por economias regionais com escassas relações entre si. A mais dinâmica dessas economias havia sido gestada pelo complexo cafeeiro paulista, criando as bases regionais mais sólidas para o núcleo inicial da indústria:

O capital cafeeiro no Oeste paulista não restringiu apenas à órbita da produção primária: vazou, construindo estradas de ferro, bancos, indústria, comércio e, até mesmo, uma extraordinária agricultura mercantil produtora de alimentos e matérias-primas. "Dessa forma, o capital cafeeiro ampliou cada vez mais as bases da acumulação em

²¹CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.; _____, Desequilíbrios regionais e concentração...; _____, Desequilíbrios regionais no Brasil...

São Paulo, proporcionando amplo leque de alternativas de inversão para os lucros que poderiam vaziar da cafeicultura e dos negócios vinculados ao café. Por outro lado, assalariando sua mão-de-obra, criou amplo mercado de bens de consumo para a indústria, que então dava seus primeiros passos. Além disso, ao constituir seu mercado de trabalho com oferta abundante de trabalho, possibilitou também a criação de um mercado de trabalho urbano do qual se serviu principalmente a indústria paulista".²²

Ao final dos anos vinte, conjugam-se no complexo cafeeiro paulista duas crises de sobreacumulação na cafeicultura e na indústria. A primeira havia sido alimentada pela política de garantia do café, que sinalizara perspectivas positivas ao plantio, manifestando-se prematuramente em 1929 dadas as condições excepcionais de clima e tratos culturais nas safras de 1927-28 e 1929-30.

A superacumulação industrial também possuía raízes antigas. No auge cafeeiro, as elevadas margens de lucro permitiam o vazamento de capital para a montagem das primeiras indústrias, posto que a taxa de acumulação financeira ultrapassava em muito as possibilidades de inversão na atividade cafeeira. Nas fases críticas, a alta produtividade da cafeicultura fazia com que esse fluxo prosseguisse. A acumulação industrial em São Paulo tendia, assim, a crescer acima da demanda gerada no próprio complexo, diversificando-se e deslocando um percentual crescente de importações. Na década de vinte, a indústria de bens de consumo assalariado está praticamente montada, respondendo pela quase totalidade da oferta. Nessas con-

²² CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil...p.248

dições, a possibilidade de diversificação era reduzida e pouco se poderia esperar de um deslocamento adicional de importações. Lembrem-se ainda as dificuldades associadas ao investimento nos setores de bens duráveis e bens de produção.²³

Dada a conformação oligopólica-competitiva da indústria de bens de consumo assalariado, a tendência à sobreacumulação era inevitável, resolvendo-se em contínua modernização como arma de concorrência, acirramento da concorrência inter-regional e conseqüente concentração e centralização de capital.²⁴

Essa dupla sobreinversão é enfrentada na abertura dos anos trinta pelo governo revolucionário.

(....). Para a cafeeira, diante de sua importância para a economia nacional, não havia outra solução a não ser uma rigorosa ação do Estado. Para a industrial, que funcionava à sombra do predomínio cafeeiro, isto é, dependente de seu mercado e de suas divisas para importar seus bens de produção, pouco se poderia esperar, a não ser medidas paliativas como a elevação tarifária e da proibição de importação de novos equipamentos para alguns segmentos produtivos de bens de consumo não-duráveis, o que foi feito, a primeira em 1929 e a segunda, em 1931.²⁵

O Estado aprofunda, a seguir, sua política econômica, que passa a revestir uma marcada característica anticíclica de defesa da renda e emprego da economia cafeeira. Ao mesmo tempo, ocorria uma aguda queda na capacidade para importar, provocan-

²³ MELLO, João Manuel Cardoso de. cap.II.

²⁴ AURELIANO, Liana Maria. No liminar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.39-40.

²⁵ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil...p.250.

do um desajuste entre a oferta e demanda internas via controles de câmbio, destino de divisa para gastos essenciais, acentuada desvalorização cambial e reforma tarifária. A partir daí, o mercado interno estava reservado à indústria nacional.

Todavia, prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo no país exigia integrar o mercado nacional, convertendo em nacionais problemas antes tratados como regionais (como o café, a siderurgia, sal, pinho, mate, açúcar e álcool), fomentando a expansão da rede de transporte, extinguindo progressivamente impostos inter-regionais e, sobretudo, priorizando os interesses da indústria frente aos dos demais setores.

A integração do mercado, na fase da industrialização restringida,²⁶ iria se processar basicamente através do comércio inter-regional de mercadorias. Embora sob liderança inequívoca do desenvolvimento capitalista em São Paulo, a integração beneficiaria todas as regiões:

(....) Obviamente, também os demais estados periféricos não-cafeeiros foram beneficiados, dado que vinham desde a década de 1920 apresentando sofrível dinâmica de crescimento face ao débil comportamento de suas principais exportações para o exterior; a integração abria-lhes importantes oportunidades de retomar o crescimento, agora via exportações para o mercado interno.²⁷

Porém, uma vez que a integração também significava abrir à competição inter-regional as até então protegidas indústrias regionais, ela implicaria não apenas efeitos de estímulo, mas

²⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de.

²⁷ CAND, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.237.

também de bloqueio ou inibição (desde que indústrias ou atividades agrícolas mais desenvolvidas em São Paulo inibissem o surgimento de atividades semelhantes na periferia) e destruição (por exemplo, se indústrias em São Paulo tivessem de enfrentar outras, semelhantes, mas atrasadas, na periferia).

Os efeitos de estímulo, entretanto, predominaram, uma vez que, nas décadas de trinta e quarenta, a reduzida capacidade para importar impediu a renovação dos equipamentos industriais e a expansão da capacidade produtiva de vários setores da indústria, num período em que o mercado se expandia, abrigando a todos. Os efeitos de destruição foram mínimos, manifestando-se apenas no início dos anos cinquenta, quando a renovação tecnológica do setor de bens não-duráveis, após a redução das restrições externas, destrói indústrias mais antigas do setor. Os efeitos de bloqueio também se fazem sentir tardiamente, ao final dos anos quarenta, para a indústria, e mais cedo no algodão e açúcar, produtos cuja expansão tecnicizada e capitalista inibe produtos similares, especialmente no Nordeste.

Em resumo:

(....) a liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida (pré-1930), tende a acentuar-se, por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio solo. Quer dizer: essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Mais ainda: esse processo de concentração obedeceu à fria lógica capitalista de localização industrial.²⁸

²⁸ CANG, Wilson.

Entretanto, se a crescente expansão industrial paulista determina em última instância os limites da expansão do desenvolvimento das demais regiões, longe de impedir, estimula, através de relações de complementaridade, a expansão agrícola e mesmo industrial dessas regiões.

O crescimento mais lento da periferia deve ser buscado também nas condições em que funcionavam as economias dos seus estados, a maior parte das quais imersas em longa estagnação e operando com antigas relações de produção. O Paraná, enquanto espaço ainda vazio (como, em muito maior medida, o Centro-Oeste e a Amazônia), e Minas Gerais, rapidamente integrados ao pólo por sua produção agrícola e metalúrgica, são exceções.

As condições de operação de cada economia periférica mostraram-se fundamentais para explicar seu desempenho posterior. Áreas vazias e próximas a São Paulo puderam receber impactos mais favoráveis de integração, a qual se deu especialmente via setor agrário. Certas áreas próximas e de mais antiga ocupação também apresentaram resposta positiva às exigências de complementaridade. Em oposição, em áreas distantes e de antiga ocupação, os efeitos de estímulo concentraram-se na complementaridade por recursos naturais específicos. Evidentemente, o Paraná situa-se entre as primeiras áreas nas quais os efeitos de estímulo concentraram-se mais intensamente.*

Na fase da industrialização pesada,^{2º} o padrão vigente de dominação do mercado nacional é modificado, assentando-se

*Portanto, não se pode encarar o Paraná, com Padis, como síntese da experiência periférica. Uma noção bastante preservada pela CEPAL foi sempre a da heterogeneidade da periferia.

^{2º} MELLO, João Manuel Cardoso de. cap. II.

fundamentalmente sobre a acumulação:

(....) independentemente da existência ou não de um sistema de incentivos fiscais para alocação regional de investimentos, a partir do momento em que se instaura predominantemente no "pólo", o processo de industrialização pesada, é nesse espaço econômico que seriam centralizadas as decisões de "onde", "quando" e "em que setor" o capital privado (e quicá o público, por "indução") que domina a dinâmica de acumulação à escala nacional, deverá investir.³⁰

A partir desse momento, o grau de complementaridade entre as regiões deve se elevar. Os efeitos de bloqueio se ampliam, uma vez que a maior parte das indústrias de bens duráveis e bens de produção haviam sido instaladas no pólo. Os de destruição já se manifestavam antes, relacionando-se à modernização do setor de não-duráveis, e aceleram-se com a política de incentivos fiscais. Estes ajudam a destruir velhas indústrias periféricas, substituindo-as por outras, modernas, na mesma região (a exemplo do Nordeste). Os efeitos, de estímulo, todavia são também potenciados e, claramente dominantes no período:

Mesmo com o aprofundamento da dominação do capital industrial no mercado nacional de mercadorias e no processo de acumulação do capital à escala nacional, o balanço final, até o início da década de 1970, mostra que os efeitos de estímulos foram superiores aos efeitos de destruição. A indústria (....) cresce a altas taxas na periferia nacional; a agricultura (....) teve desempenho bastante satisfatório. O setor de serviços, ao que tudo indica, ajustou-se ao processo derivado

³⁰ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.322-3.

da urbanização e o capital mercantil pôde atender, ainda que com muito atraso e deficiência, a demanda derivada por construções residenciais urbanas, constituindo-se este segmento um dos principais empregadores de mão-de-obra no setor urbano e um dos seus principais dinamizadores, além do gasto público.³¹

Essas observações, retiradas dos trabalhos de Wilson Cano, chocam-se com as análises que, inspiradas no paradigma cevalino (ou numa versão a um tempo radicalizada e menos rigorosa do mesmo), postulam o não-desenvolvimento da periferia. Na verdade, a periferia se desenvolve em termos quantitativos como sua estrutura produtiva se diferencia. Entretanto, essa diferenciação não pode ser vista como passagem de uma economia exportadora especializada a uma outra, homogênea e assentada no dinamismo interno. A expansão periférica será complementar à de São Paulo, que lidera a acumulação em escala nacional por concentrar a maior parte da indústria.

Nessas condições, ainda quando argumentos relativos à transferência de renda sejam verdadeiros, não são decisivos. Desde que os efeitos de estímulo se manifestem, uma insuficiência de poupança na periferia é contornada pelo sistema financeiro ou pela inversão direta de subsidiárias de empresas do pólo.

Ao mesmo tempo, a interpenetração entre as economias periféricas e o centro já não cabe no esquema de uma divisão de trabalho clássica. A expansão e integração do mercado nacional permite a desconcentração espacial de um conjunto de ativida-

³¹CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentra-
ção... p.326-7.

des industriais, desde que problemas de escala de produção não impeçam o atendimento a mercados locais ou regionais. Projetos industriais vazam também para a periferia por decisões políticas do Governo Federal, voltando-se para o atendimento do mercado nacional, e não meramente estadual. O mesmo ocorre com projetos de capital estrangeiro que buscam apoio de governos estaduais para entrar em mercados oligopólicos cuja penetração exige alguma forma de lobby político.

Essas observações ficarão mais claras no próximo capítulo, ao se examinar a evolução da economia paranaense nas últimas décadas, em especial na de setenta. O trabalho de Padis foi redigido no final da década de sessenta, momento especialmente infeliz para a sua análise, uma vez que na maior parte dos anos sessenta viveu-se uma crise econômica nacional, agravada no Paraná pela perda de dinamismo do café. Entretanto, superada a crise, a aceleração da taxa de acumulação industrial e a possibilidade de nova articulação com os mercados nacional e internacional alteram pela raiz esse quadro, transformando "estruturalmente" a fisionomia da economia estadual, que passa a predominantemente industrial e urbana, ainda que não homogênea ou autônoma.

2 - O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARANAENSE

No início dos anos sessenta, formula-se no Paraná um projeto de desenvolvimento do Estado via industrialização substitutiva de importações, buscando repetir um processo que, ocorrendo no Brasil, concentrava-se em São Paulo. A principal agência a financiar e orientar essa tentativa foi a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR (após 1967, Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP), trabalhando originalmente com grande autonomia através da manipulação dos recursos extra-orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

As premissas do projeto ou modelo paranaense pertencem ao campo de idéias da CEPAL, distinguindo-se, entretanto, da análise de Padis, por sua ênfase em uma industrialização estadual autônoma e uma adaptação correlata de certos aspectos do modelo cepalino.

A proposta da industrialização paranaense é a principal característica desse projeto. Segundo Augusto, historiadora da CODEPAR,

Basicamente, a constatação de uma tendência ao empobrecimento relativo do estado face à utilização que era dada ao excedente gerado pela produção cafeeira, somada à tendência de crise no mercado internacional do principal produto, levaram à "opção" pela industrialização. A posição agrícola do Paraná na divisão nacional do trabalho era uma das causas do seu "sub-

desenvolvimento" e, nesse sentido, industrialização e desenvolvimento aparecem como sinônimos. A superação da situação periférica está indissolúvelmente ligada às possibilidades de uma industrialização extensiva e intensiva no estado.³²

O Paraná é visto como região periférica e dependente, situando-se frente a São Paulo como países sul-americanos frente aos Estados Unidos. Assim, unidades estaduais e estados nacionais são colocados num plano semelhante, o que permite a afirmação da autonomia paranaense através de uma política industrializante, capaz de reduzir a "dependência" face a São Paulo. A relação de dependência é percebida através de uma contínua evasão do excedente econômico gerado no Estado em direção, principalmente, a São Paulo. A evasão ocorreria:

- a) com a não-diversificação da economia paranaense, provocando um fluxo de lucros criados na lavoura cafeeira para outros estados onde fosse maior a produtividade do capital;
- b) através de uma declinante relação entre preços de produtos agrícolas exportados pelo Paraná e preços de produtos manufaturados importados;
- c) com a não-integração viária do Estado, reforçando as relações do Norte paranaense com a economia de São Paulo e Rio de Janeiro,

Essa situação é explicada pela ação de um imperialismo paulista que impede o desenvolvimento do Estado apesar do seu potencial interno. A "exploração" econômica movida por São Pau-

³² AUGUSTO, Maria Helena Oliva. p.25-6.

lo configuraria mesmo uma ação deliberada paulista, impedindo a emancipação paranaense. Contudo, ela pode ser rompida por um esforço interno, envolvendo governo e iniciativa privada, desde que consciente e racional. Na verdade, o desenvolvimento do Estado via industrialização exige a atuação direta do aparelho estadual, a um tempo modernizante, racional e dinâmica:

Aliada à crença da necessidade de participação do aparelho estatal na promoção do desenvolvimento, evidenciase a necessidade de essa atuação se desenvolver num plano mais "técnico" que "político". Modernização e racionalização do aparelho estatal, nesse plano, significam "tecnificação" do seu conteúdo, ou seja, maior "neutralidade" face aos grupos em presença de forma que sua eficácia seja maior.³³

Noutros termos, trata-se de planejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de uma infra-estrutura em transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado.

Na verdade, pensa-se a ação estatal nos quadros do nacional-desenvolvimentismo, projeto baseado na possibilidade de um capitalismo nacional autônomo através da diferenciação da estrutura produtiva, via industrialização intencional e dirigida, da exploração do mercado interno e da recomposição política entre classes burguesas e entre estas e as classes populares. O estadualismo, a ufania paranista ou, apenas, o paranismo, apresentam-se nesse momento como dimensão política do modelo paranaense, readequando no plano do Estado uma ideologia

³³ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. p.26.

então dominante em termos nacionais.

O paranismo recolhe, portanto, a noção do Paraná como região periférica e dependente, cujo desenvolvimento é sufocado pela evasão de renda e pelo tipo de produção local (agropecuária). Da mesma forma, acentua, entre os motivos que explicam a permanência desse quadro, o papel desempenhado por São Paulo ao influir na política econômica do governo federal. A ênfase na industrialização e no papel do Estado na sua condução constituem outro elemento central no paranismo:

Dessa forma, o paranismo se caracteriza pela crítica ao pequeno peso político do governo estadual na federação, por determinado "anti-paulistanismo" e por um conteúdo progressista, expresso na ênfase à industrialização e ao papel do Estado no seu planejamento.³⁴

No discurso paranista, o apoio a empresas de pequeno e médio porte e capital local também se destaca. A ênfase em empresas paranaenses liga-se à busca de retenção da renda gerada no Estado e à percepção de que a autonomia do Estado deveria ser buscada por ele mesmo:

A partir de 1961 o Paraná começou a aplicar o planejamento na programação de seus investimentos públicos. E, o que é igualmente importante, acabou por reconhecer que qualquer ajuda externa, nacional ou internacional, tem função apenas complementar subordinando-se ao esforço maior do próprio Estado do financiamento do seu desenvolvimento.³⁵

³⁴O Paranismo na Atualidade. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (3), mar./abr. 1983.

³⁵Mensagem do governador Paulo Pimentel à Assembleia Legislativa do Paraná, 15.03.1966; citado em AUGUSTO, Maria Helena otivo. p.20.

A preferência por pequenas empresas destinava-se a evitar a formação de oligopólios e monopólios, estimulando a competição entre as empresas e, supostamente, maior grau de eficiência ao sistema produtivo. Outro elemento importante do projeto (e da ideologia paranista) refere-se ao fomento da industrialização em todas as regiões do Estado, procurando a defesa regional contra a absorção por outras regiões. Essas diretrizes faziam parte da doutrina a ser seguida pela CODEPAR e deveriam ser observadas na análise de pedidos de financiamento.

A industrialização substitutiva mostra-se inviável, e o projeto original sofre alterações, à medida que é implementado, que descaracterizariam a busca de um Paraná autônomo.

(....) a própria tentativa (nos termos em que se explicitava inicialmente) não encontra viabilidade. O caminho escolhido negou, na prática, a realização de um Paraná "autônomo". Conduziu, porém, a que se reformulassem caminhos e possibilidades. Passou-se da tentativa emancipatória à busca de complementaridade. Ou seja, a afirmação do Paraná frente (ou contra) São Paulo explicitada pela substituição de importações estadual foi substituído pela constatação de um "papel" industrial complementar a ser desempenhado.³⁶

O modelo original fracassa, em última instância, como outras experiências semelhantes realizadas à mesma época, porque o cerne da questão da industrialização brasileira não se referia à montagem de setores modernos, mas ao predomínio do capital internacional, no setor de bens duráveis e bens de produção, apoiado pelo capital estatal. A possibilidade de uma

³⁶ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. p.83.

política regional de industrialização impor parâmetros a esses segmentos ou mesmo ao grande capital privado nacional era bastante estreita. Menor ainda seria a possibilidade de efetivar um projeto industrializante sem contar com qualquer desses segmentos. Ao mesmo tempo, o comando do processo de integração do mercado nacional desde 1930 não favorecia a criação de um núcleo industrial autônomo. Ao contrário, a acumulação de capital, centrada geograficamente em São Paulo, condicionava a expansão periférica à complementaridade inter-regional.³⁷

A premissa básica do modelo paranaense, a existência de um Paraná periférico ou dependente, foi discutida quando se examinou o trabalho de Padis. Apesar desse postulado comum, para Padis o término da industrialização substitutiva impedia que o Paraná "repetisse São Paulo". Evidentemente, isto significa que Padis pôde utilizar com mais flexibilidade crítica a análise cepalina. O projeto paranaense, ao contrário, transpõe rigidamente propostas cepalinas como a industrialização e o planejamento como seu meio específico,³⁸ sem se dar conta da inexistência de uma "oportunidade histórica concreta" e da impossibilidade de sua criação, qualquer que fosse a qualidade da equipe técnica responsável pelo planejamento regional.³⁹

A prioridade ao capital paranaense transpõe, igualmente, a ênfase da CEPAL no capital nacional como forma de internalizar centros de decisão (uma vez que a lógica de atuação das

³⁷ CANG, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.8; _____ Desequilíbrios regionais no Brasil... p. 242.

³⁸ RODRIGUES, Otávio.

³⁹ CANG, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... cap.1.

empresas estrangeiras, embora não seja projeção linear da economia de onde procede, considerará o conjunto mundial de suas atividades antes que a situação particular de cada uma de suas atividades⁴⁰ e de impedir desequilíbrios adicionais no Balanço de Pagamentos via remessa de lucros e royalties. A preocupação em torno das pequenas e médias empresas e de uma industrialização disseminada por todo o Estado não parecem inspiradas na CEPAL. Independentemente de sua filiação cepalina ou não, o apoio ao capital paranaense e à pequena empresa mostra-se contraditório com o objetivo da industrialização:

Essas incongruências dizem respeito, exatamente, à discrepância verificada entre, de um lado, o patrocínio às pequenas e médias empresas, destinadas à produção de artigos para consumo local em substituição às importações extra-estaduais e, de outro, à necessidade de instalação de um parque industrial conforme a um estágio de tecnificação incompatível com a predominância de instalações de menor porte.⁴¹

Uma vez que o capital industrial paranaense é quase exclusivamente de pequeno e médio porte, tampouco ele se compatibiliza com a "incorporação de técnicas modernas de produção", componente da doutrina da CODEPAR. Uma vez que essas técnicas se associam a instalações de maior porte e maior produtividade, implicam também crescimento industrial concentrado em termos geográficos, no Estado.

A preocupação com o desenvolvimento regional harmônico se relaciona com aquela existente na época com a integração do

⁴⁰ PINTO, Anibal & KNAKAL, Jon. El sistema centro-periférico 20 años después. Santiago de Chile, ILDES, 1973.

⁴¹ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. p.76.

do, uma vez que o desenvolvimento no Norte, tributário da economia paulista, havia se realizado sem contato com o resto do Paraná, estimulando a tese da criação de um novo estado, o de Paranapanema, na região. A industrialização paranaense, assim, articularia o Norte ao conjunto do Estado, mas apenas uma industrialização equilibrada espacialmente evitaria novos desequilíbrios no futuro.

Ao mesmo tempo, pode-se pensar que, assim como a industrialização do Estado o libertaria de sua condição dependente, apenas uma industrialização harmônica entre as regiões impediria a internalização de relações de dependência entre elas. Na mesma medida, porém, em que o caráter ainda agrário da economia do Paraná possibilitava que as relações entre agricultura e indústria fossem percebidas como relações entre a economia paranaense e a brasileira, a industrialização do Estado internalizaria a relação de subordinação entre aqueles setores, independente da fração da indústria que coubesse a cada região paranaense.

II PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE

Entre 1980 e 1981, o IPARDES elabora um diagnóstico da economia e sociedade paranaenses integrando e complementando, através de pesquisas específicas, os trabalhos realizados no Instituto desde a sua criação. Não se trata de simples integração desses trabalhos, mas de submetê-los a uma revisão crítica, buscando compor um quadro global da década de setenta fora das visões tradicionais. Em particular, procura-se explicar as razões do dinamismo da economia paranaense, analisar suas transformações recentes e indicar as linhas principais do exame das questões sociais no Estado. Um resumo do diagnóstico, ao lado de um "modelo de interpretação" recebeu uma divulgação relativamente ampla sob o título de "Paraná: Economia e Sociedade".²

Esse trabalho se torna o referencial dos estudos seguintes do IPARDES ao consistir um marco geral para o estudo da evolução sócio-econômica do Estado. Neste capítulo apresenta-se o modelo de interpretação utilizado em "Paraná: Economia e Sociedade", contrapondo-o à concepção de um Paraná periférico, e as principais transformações na sociedade e economia do Estado nos anos setenta, tal como percebidas nos trabalhos, especialmente nos posteriores, do IPARDES.

*IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...

1 UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO

"Paraná: Economia e Sociedade" compõe-se de dois capítulos separando dois planos de análise. No primeiro, teórico-histórico, procura-se explicar as razões da vitalidade da economia paranaense nas últimas décadas (isto é, a partir da colonização do Norte), bem como indagar se essas razões continuariam atuando. O segundo relata as transformações da década de setenta na economia e sociedade paranaenses - a modernização da agricultura, a expansão industrial, a evolução das finanças estaduais e as transformações na estrutura social.

Neste item, examina-se o primeiro capítulo - "Um Modelo de Interpretação" - cuja importância está em indicar uma aproximação teórica alternativa àquelas inspiradas no modelo de relações centro-periferia. O segundo capítulo será tratado adiante, com um conjunto de outros trabalhos do IPARDES.

A estrutura do texto é assim explicada:

No primeiro capítulo tentou-se explicar fundamentalmente as razões do dinamismo da economia paranaense. Para tal, impunha-se que se precisasse a natureza da economia cafeeira. Esta primeira aproximação esclarecia não somente as razões do permanente dinamismo da agricultura, mas também como se foram criando, ao longo da expansão cafeeira e da atuação do Estado na criação da infra-estrutura econômica, as condições para o recente surto industrial. Em seguida, estudou-se as relações gerais que se foram estabelecendo entre a agricultura e a indústria. Baseando-se nas conclusões

dessas análises, estuda-se o tipo de sociedade que foi se conformando, bem como porque ela se transforma na década. Encerra o capítulo uma pequena digressão sobre as perspectivas que se abrem para o Estado.⁴³

As razões para o dinamismo da economia paranaense encontram-se, assim, em sua agricultura que desde a expansão cafeeira no Norte do Estado, torna-se dinâmica, diversificada e modernizante. Essas características vinculam-se à natureza capitalista da exploração cafeeira. Por ser capitalista, visará lucros que, reinvestidos, imprimirão a essa atividade seu caráter dinâmico. Pelo mesmo motivo mostrar-se-á modernizante, introduzindo progresso técnico como forma de reduzir custos de produção e elevar a produtividade e buscando oportunidades de investimentos em novas áreas, como bancos, indústrias e outras. Por buscar a redução de custos e reinvestir continuamente seus lucros, a economia cafeeira buscará a incorporação de terras férteis e virgens.

Ocupado nesse movimento, o Norte paranaense forma parte, desde o seu início, do núcleo capitalista da economia nacional. A partir daí, a agricultura paranaense, de tradicional e rotineira, passa também a dinâmica e diversificada e com uma tendência intrínseca à modernização. A colonização e integração ao mercado do Oeste e Noroeste paranaense generaliza essas características a outras regiões do Estado. Assim, o crescimento sustentado da produção agrícola liga-se ao fato de ser mercantil e visar lucros. Ao mesmo tempo, será extremamente sensível a preços e condições de financiamento, o que explica sua di-

⁴³ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná economia... p. 3

versificação, paralela à tendência à especialização ao nível das unidades produtivas.

Ao acentuar o papel das características sociais na explicação do comportamento da economia cafeeira e da agricultura estadual, algumas explicações tradicionais são reavaliadas, como as que atribuem o dinamismo da agricultura do Norte à existência de terras férteis, fronteiras agrícolas em expansão ou ao regime de pequenas propriedades. Na verdade, pode-se pensar em áreas onde condições semelhantes estiveram presentes sem que por isso se mostrassem dinâmicas. Da mesma forma, o fato de ser primário-exportadora ou sofrer o estímulo de um mercado nacional e internacional em expansão não bastam para caracterizar a economia cafeeira ou explicar como esse estímulo pôde ser aproveitado. A visão de um Paraná periférico é também rejeitada, uma vez que o Norte do Paraná desde seu início forma parte daquele núcleo dinâmico capitalista da economia nacional, não tendo sentido, portanto, caracterizá-lo como periférico.⁴⁴

A modernização da agricultura (no sentido estrito de uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos e defensivos) acentua-se apenas nos anos setenta. O exame desse processo é fundamental para explicar o comportamento da economia paranaense nesses anos. Trabalhando a questão das relações entre agricultura e indústria num plano geral, o texto destaca a perda de importância econômica da agricultura no Brasil, sua conseqüente perda de capacidade na defesa dos seus interesses, o papel do Estado como regulador da rentabilidade agrícola e as contradi-

⁴⁴IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p. 9.

ções nessa regulação.

Ao longo do processo de industrialização, a agricultura perde importância relativa, dado que a demanda de produtos agrícolas evolui mais lentamente que a de produtos industriais. Ao mesmo tempo, a agricultura perde importância política, tornando-se menos apta a defender seus interesses. A posição subordinada da agricultura afirma-se também nas suas relações com a indústria. À medida que avança a industrialização, o setor agrícola, que se relaciona basicamente com o comércio e o sistema bancário, estende suas ligações com a indústria através da venda de produtos agrícolas, crescentemente industrializados, e compra de insumos e máquinas industriais. O comércio perde importância frente à indústria, que estabelece relações mais diretamente com os produtores rurais, vendendo sua produção através de representantes ou comprando a produção agrícola dos produtores. Nessas relações, a agricultura é claramente setor subordinado por ter menor volume de recursos econômicos e por constituir um mercado competitivo, frente a mercados industriais oligopólicos e oligopsônicos.

Nessas condições, apenas a intervenção do Estado pode evitar crises agrícolas recorrentes:

(...) se abandonada ao livre jogo de mercado numa economia industrial oligopólica, a agricultura tenderia a crises crônicas e se mostraria incapaz de defender sua renda líquida. Esta situação pode ser evitada somente pela intervenção do Estado, que passa a realizar políticas de preços mínimos, de crédito, financia a pesquisa de novas tecnologias, etc., única forma de garantir a expansão e a organização da produção agrícola. "Nestas circunstâncias, pode-se afirmar que a intervenção do Estado, de certa forma,

regula a rentabilidade do setor agrícola."⁵

Esta regulação, entretanto, conflitará continuamente com outras metas da política econômica, como o controle da expansão monetária. A capacidade de defesa dos seus interesses dependerá da organização política da agricultura uma vez que a rentabilidade do setor passa a ser medida pela política.

No plano regional, o texto assinala que a agricultura paranaense até a década de cinquenta estabelecia ainda relações econômicas diretas com o sistema bancário e o comércio. Na década seguinte, mantêm relações mais estreitas com a indústria, intensificadas nos anos setenta. Fundamental para isso foi a diversificação da indústria nacional desde o Plano de Metas, surgindo um conjunto de setores agroindustriais cuja integração à agricultura é pré-condição para que esta se modernize. Esses setores impulsionam ainda o consumo de seus produtos e a modernização agrícola, criando seus próprios mecanismos de financiamento e, principalmente, pressionando na criação desses mecanismos pelo Governo Central. Ao mesmo tempo, a política de industrialização adotada pelo governo estadual estimula a montagem de vários setores industriais, destacando-se os agroindustriais.

As explicações atribuindo as transformações na base técnica da agricultura à soja ou ao fato de determinadas culturas visarem ao mercado externo são insuficientes:

(....) são as relações com a indústria que explicam a modernização da

agricultura e não o fato de determinadas culturas visarem à exportação e outras ao mercado interno. Por isso mesmo pensa-se que, com maior ou menor rapidez, a agricultura como um todo apresenta tendências a modernizar-se e tal já pode ser constatado com a tecnificação crescente de várias atividades ligadas à produção destinada a mercado interno.⁴⁶

Portanto, a agricultura é um setor subordinado a nível nacional. O processo de modernização agrícola no Brasil é apenas um aspecto da modernização da economia nacional, comandado pela indústria, e esse processo atinge a agricultura paranaense, dadas as suas características desde a ocupação do Norte do Estado.

Sintetizando (...) dir-se-ia que era condição necessária a agricultura ser mercantil e fazer parte de um núcleo capitalista para que fosse dinâmica, diversificada e apresentasse tendência à modernização. Este tipo de economia agrícola existente no Paraná somente pode dar o salto qualitativo da modernização rápida nos anos 70 devido à implantação anterior de um parque industrial ligado a atividades rurais, salto este que vem reforçar seu caráter dinâmico e diversificado. Finalmente, pretende-se acentuar que neste processo a indústria e a agricultura exercem papéis ativos: a indústria impulsionando suas vendas e compras da agricultura e esta, somente porque possuía as qualidades acima explicitadas, é que incorporou os impulsos de modernização propostos pela indústria.⁴⁷

p.16. ⁴⁶IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...

p.16. ⁴⁷IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...

Todavia, o exame da economia estadual por setores indica que, durante os anos setenta, a indústria salta à frente como o mais dinâmico, superando a participação da agricultura na geração da renda interna. Isto surpreende, uma vez que o Estado apresentava uma indústria incipiente até a década de sessenta. Deve-se ressaltar, aqui, que se trata de agroindústria. Por outro lado, o dinamismo industrial na última década deve ser explicado.

A explicação pode ser parcialmente encontrada no caráter moderno e dinâmico da agricultura estadual, uma vez que a agroindústria constitui principal vertente do crescimento industrial. Entretanto, a indústria também se diversifica, instalando-se gêneros e grupos industriais novos. Atuaram aí diversos fatores, como as condições locacionais do Paraná, a definição de uma política de desenvolvimento, centrada no BADEP, a instalação de uma infra-estrutura de transporte e energia elétrica adequada ao investimento industrial e o fato de a economia brasileira atravessar um período expansivo, com retomada dos investimentos privados.

A importância desse "modelo de interpretação" está em oferecer uma explicação para o crescimento econômico do Estado independente da concepção inspirada na CEPAL. Assim, não se atribui o crescimento aos impulsos positivos do mercado externo ou nacional sobre uma economia primário-exportadora. Ao contrário, o traço fundamental da economia paranaense não é dado pelo seu caráter de exportadora de produtos primários, mas por sua natureza capitalista, isto é, pelo grau de avanço das relações de produção que nela se observam. Já não se trata, portanto, de assinalar que uma economia como a paranaense não dis-

põe de comando sobre o seu crescimento. O impulso do crescimento do mercado, na verdade, resolve-se de forma distinta em cada economia "periférica", que se diferenciam segundo as características sociais de sua produção. Estas determinam a possibilidade de aproveitamento daquele impulso por região.

Essa perspectiva permite ver a economia paranaense não como intrinsecamente sem dinamismo mas, ao contrário, como intrinsecamente dinâmica. Nessas condições, o temido declínio da atividade cafeeira não significa involução econômica, no Norte do Paraná.

Em virtude de ser mercantil e por visar lucros esta agricultura é extremamente sensível aos preços de mercado e às condições de financiamento. É por aí que se explica seu caráter diversificado - reage aos estímulos do financiamento ou dos preços, dedicando-se às culturas mais rentáveis. A região Norte do Paraná, por exemplo, respondeu rapidamente aos estímulos de erradicação do café, introduzindo novos produtos, e aquele produto foi perdendo sua importância relativa.⁴⁸

A tese de um Paraná dependente é também afastada ao se explicar a não-diversificação industrial nos anos cinquenta e sessenta. A concorrência da indústria paulista não é vista como explicação mais relevante, uma vez que o Estado apresentava áreas pouco dinâmicas e não era integrado economicamente. Além disso, não havia um sistema de financiamentos industriais adequado, mantendo-se o Governo sem qualquer política em relação ao setor. No Norte do Estado, a concorrência paulista surge co-

⁴⁸ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...
p. 9.

mo explicação importante, dado que a região era integrada por meios de transporte a São Paulo. Entretanto, isto não encaminha uma visão do Paraná periférico, pois tampouco no interior paulista surgirá no período um capital industrial de alguma importância.

Essas observações permitem ao texto escapar, com Augusto,⁴⁹ de explicações sobre o comportamento da economia paranaense baseadas nas relações entre São Paulo e Paraná:

Não se pretende discutir aqui as relações entre a economia do Paraná e a economia brasileira, ou mesmo, as relações entre o Paraná e São Paulo. Como bem demonstra Augusto, quando se abordavam estas relações, estava-se no fundo discutindo as relações entre a agricultura e a indústria, ou então, as relações entre a agricultura e outros setores econômicos, dado o caráter ainda agrário da economia do Paraná.⁵⁰

O segundo ponto central de "Paraná Economia e Sociedade" - Um Modelo de Interpretação - é a abordagem da questão social no Estado. Apesar da rápida expansão do emprego urbano, a expulsão de trabalhadores do campo com a modernização agrícola cria no Paraná um amplo contingente de desempregados, constituindo grandes massas de migrantes para cidades paulistas e o Norte do País. Esta é, na verdade, a questão social mais importante do Estado nos anos setenta. O texto indica a partir daí a insuficiência do desenvolvimento econômico como promotor do bem-estar social:

⁴⁹ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia... cap. I, item 1.

⁵⁰ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.13.

Na realidade, presenciaram-se fenômenos que impugneram certas teses dos anos 50, que defendiam que o processo de desenvolvimento resolveria as questões sociais. O desenvolvimento econômico é somente condição necessária para a melhoria do bem-estar social, mas não é de forma alguma condição suficiente. A história do País nos últimos vinte anos, e a do Paraná em particular, mostra claramente que o desenvolvimento econômico pode vir acompanhado de agudas questões sociais e mesmo quedas no padrão de vida da população, e que isto pode ocorrer sempre, a menos que se implementem políticas sociais conseqüentes.⁵¹

No Paraná, o governo estadual restringiu o âmbito de sua política social a áreas tradicionais em saúde, educação e saneamento básico. Problemas específicos do Estado, como a questão social resultante do êxodo rural ou do progressivo assalariamento no campo, não foram enfrentados pelo governo do Estado nem pelo governo federal. A marginalização e a pobreza não se mostram mais agudas apenas porque a migração se traduziu numa verdadeira "exportação" de problemas sociais, os quais passaram a se manifestar nos locais de destino dos migrantes. Na verdade, o governo estadual implementou a partir dos anos sessenta uma política de industrialização deixando em segundo plano as despesas na área social (assim como os gastos com pessoal), de forma a manter relativamente equilibrado o orçamento do Estado.

A ênfase nos gastos públicos na área social afasta o texto do conjunto de trabalhos que explicitaram, nos anos sessenta, o modelo de desenvolvimento paranaense. As questões so-

⁵¹ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p. 10.

ciais no Estado, nesse modelo, não são enfrentadas de modo específico. Supõe-se que elas seriam resolvidas de forma automática, desde que o desenvolvimento ocorresse de forma homogênea no Estado, privilegiando pequenas empresas. Provavelmente, esperava-se evitar dessa forma questões urbanas sérias ou desemprego provocado por indústrias pouco absorvedoras de mão-de-obra.

De fato, nos estados brasileiros fora do chamado "pólo dinâmico" nacional, a questão das desigualdades sociais tem sido reduzida à das desigualdades regionais. Os anos setenta no Paraná mostraram como o desenvolvimento econômico num estado "periférico" pode acentuar o caráter selvagem do capitalismo brasileiro. Estudando detidamente a questão, Wilson Cano conclui:

É necessário que se estude o óbvio: os interesses dos assalariados de todo o Brasil devem ser solidários, juntamente com os dos trabalhadores rurais(...) Penso que é chegada a hora de refletir sobre a questão regional, no sentido de reexaminar suas explicitações contemporâneas. Propostas como as de tentar simplesmente trazer mais recursos para as regiões periféricas, ou aquelas que conclamam maior alocação de indústrias na periferia, parecem não atinar com a totalidade do problema (...). Em síntese, penso que a curto e médio prazo não se poderia fazer senão reorientar o gasto público para atendimento dessa ampla camada da população brasileira, mas também da sediada em São Paulo, ou de qualquer estado do País.⁵²

"Paraná: Economia e Sociedade" antecipa essa proposta, surgindo como trabalho original e mesmo heterodoxo no exame da questão regional, naquilo em que esta se refere ao Paraná.

⁵² CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.390.

2 OS ANOS SETENTA NO PARANÁ

Este item sintetiza as principais transformações na sociedade e economia paranaenses na última década. A síntese se apóia em trabalhos do IPARDES, seguindo os temas colocados em "Paraná: Economia e Sociedade", dividindo-se em subitens sobre a indústria, agricultura, finanças públicas e as mudanças sociais mais significativas.

2.1 INDÚSTRIA

À época da colonização do Norte do Paraná, a indústria estadual mantinha-se ligada a uma certa dotação de recursos naturais como o mate e a madeira. Tratava-se de uma indústria voltada para mercados externos, do exterior ou do resto do País, pouco tendo a ver com a base e a dimensão de um mercado local. Em 1907, ela representava 4,5% do valor da produção da indústria nacional, percentagem que revela, entretanto, uma "concentração por especialização natural" antes que uma indústria cedo implantada e à semelhança de São Paulo.⁵³ Nesse ano, o preparo de erva-mate representava 48,9% da produção industrial do Estado. Na realidade, o que ocorria no Paraná observa-se igualmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados.

Como indica Wilson Cano⁵⁴, a medida que o mercado na-

⁵³ CANO, Wilson. Raízes... p.251.

⁵⁴ CANO, Wilson. Raízes...

cional para os produtos dessas indústrias se ampliava, surgiam novas fontes produtoras, acirrando a concorrência entre as regiões. Outros produtos sofriam deterioração de preços e quantidades, dadas as condições de demanda ou oferta externas. Este é o caso da erva-mate, cuja participação nas exportações paranaenses se reduz de forma brusca a partir de 1913/14 com a expansão do cultivo argentino e conseqüente queda nas compras desse País.⁵⁵

Ao mesmo tempo, o desempenho da agricultura paulista deslocava antigos fornecedores do seu mercado, tanto no que se refere a alimentos simples ou industrializados como às matérias-primas.

Essa situação precária da Periferia seria agravada em dois momentos. No primeiro, entre 1907 e 1919, a indústria paulista não apenas cresce mais velozmente como se diversifica, surgindo novas atividades no setor de bens de consumo e um pequeno compartimento de bens de capital e de insumos mais complexos. Neste momento, a indústria paulista prepara-se para a conquista do mercado nacional já nos anos vinte, mais principalmente após a grande depressão.

Entre 1907 e 1919, desencadeia-se o processo de concentração industrial em São Paulo, posto que a diferença entre as taxas de crescimento da indústria paulista em relação ao resto do País é maior que no período seguinte 1919/39. A partir daí a indústria periférica não conseguiria mais alcançar a dinâmica indústria paulista. A indústria mais afetada seria a nordestina, com sua base produtiva, centrada no algodão e no

⁵⁵PADIS, Pedro Calil. p.60.

açúcar, atingida pelas condições adversas do mercado internacional e pela substituição paulista desses produtos. A indústria mais favorecida foi a mineira, cuja expansão se aproxima da paulista, pela expansão cafeeira da década de vinte e, principalmente, pela expansão da indústria metalúrgica entre 1919 e 1939.

No que se refere às demais regiões, estas.

(....) passariam, a partir da década de 1930, a ter uma expansão industrial bastante condicionada. Subsistiriam alguns compartimentos industriais específicos que ainda se beneficiavam de produção "natural" enquanto outros vegetariam, subordinados a condições dominantes da demanda externa. Por outro lado, os segmentos industriais que mais cresceriam seriam aqueles vinculados à complementação industrial (ou ao abastecimento alimentar) da economia paulista. "Portanto, a partir desse momento, as demais regiões passariam a sofrer um duplo condicionamento, o do exterior - para as tradicionais exportações de produtos primários - e da economia paulista, tanto para as exportações tradicionais como para "novos" produtos demandados por essa dinâmica econômica".⁵⁶

A indústria paranaense, atingida pela má performance do seu principal produto, reduz a 3,4%, em 1919, sua participação na indústria nacional e a apenas 2,2%, em 1939. Entre esses dois anos, sua taxa de crescimento situou-se entre as mais baixas do País, atingindo 3,1% contra 7,0% de São Paulo, 5,7% do Brasil e 5,0% de Brasil exceto São Paulo.⁵⁷ Também a atividade ma-

⁵⁶ CANO, Wilson.

⁵⁷ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.89.

deireira enfrenta uma crise, após assumir maior importância no período seguinte à 1ª Guerra.

O comportamento da economia estadual no período não pode ser atribuído apenas à performance do mate ou do pinho. A forma de fabrico desses produtos indica que se trata de uma economia débil, com pequeno desenvolvimento capitalista. As instalações industriais são rudimentares, com nível tecnológico reduzido, incapazes de enfrentar condições de concorrência pouco mais difíceis. Ao mesmo tempo, a infra-estrutura econômica do Estado era extremamente deficiente, deixando de garantir as condições mínimas para que os produtos de exportação concorressem no mercado.⁵⁸ O Norte do Paraná apenas iniciava sua ocupação, e o restante do Estado apresentava uma agricultura pouco dinâmica e com baixo grau de mercantilização, incapaz de gerar mercados com uma dimensão indutora do investimento industrial. Note-se, entretanto, que mesmo no período 1919-39, a indústria paranaense se expande, ainda que à taxa significativamente menor que a nacional.

Sem dúvida, a ocupação do Norte do Estado e o estímulo consequente às atividades de beneficiamento do café explicam a elevada taxa de crescimento industrial do Paraná (10%) entre 1939-49, superior à de São Paulo (9,8%). O Brasil cresce, no período, 7,8% e o Brasil exceto São Paulo, 6,2%. Lembre-se, todavia que quando se refere aqui ao crescimento da indústria paranaense se está falando em agroindústria com baixo grau de elaboração de matéria-prima.

A indústria paranaense cresce a taxa ainda superior na

⁵⁸ PADIS, Pedro Calil. p.75.

década seguinte (10,6% entre 1949 e 1959); embora inferior à de São Paulo (10,8%), esta taxa é maior que a do Brasil (9,3%) e Brasil exceto São Paulo (7,8%). Em consequência, a participação da indústria paranaense no valor da produção da indústria nacional, que havia ascendido a 2,9%, em 1949, sobe para 3,2%, em 1959. Mesmo na década em que se implanta o Plano de Metas, portanto, a indústria paranaense mantém-se, como a periférica, bastante dinâmica, acelerando sua expansão. Tampouco o confisco cambial no período parece ter influído sobre a taxa de crescimento da indústria estadual.

Todavia, a característica de grande risco, grande porte e grande densidade de capital das inversões do Plano de Metas levou a que estas se referissem principalmente ao capital estrangeiro e estatal e a uma expansão centrada diferencialmente em São Paulo. Nessas condições, o período seguinte assistirá a uma aguda concorrência entre a indústria paulista e a das demais regiões:

(...) Não fosse o alto grau de capacidade ociosa planejada e levando-se em conta que essa expansão viabilizava uma reprodução mais ampliada da capital industrial - principalmente criando maiores mercados mútuos dentro da própria economia paulista - o mercado periférico provavelmente não teria sido tomado tão rápida e completamente como foi, tendo este fenômeno se acelerado à medida que a economia ingressava no período seguinte, de crise.⁵⁹

Noutros termos, a integração do mercado nacional após a crise dos anos trinta fêz-se em condições de proteção à indús-

⁵⁹ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil...p.92

tria periférica, dadas as restrições cambiais impedindo que os elevados lucros do período se convertessem em expansão muito forte da capacidade produtiva. Após o primeiro momento da industrialização pesada este quadro se modifica. Assim, o mercado nacional comportava todos, e os diferenciais no crescimento industrial de cada região refletiriam principalmente as condições internas em que operavam as economias periféricas.

No caso do Paraná, a integração do mercado nacional determinou um poderoso efeito de estímulo sobre a sua região norte, um espaço econômico relativamente vazio logo assimilado ao núcleo capitalista mais avançado da economia nacional. O estímulo à cafeicultura e a setores industriais relacionados coexistiu com efeitos de inibição ou bloqueio sobre outros segmentos industriais:

(...) O Norte, articulado à economia paulista, não vai apresentar condições para um vigoroso crescimento industrial. Quando se dá a expansão dessa região, São Paulo já contava com um vasto parque industrial e a produção agrícola do Norte encaminhava-se para aquele Estado, da mesma maneira que as indústrias paulistas encontravam mercados no Norte paranaense. "Nessas condições, e dadas as características de produção agrícola do Paraná, dificilmente poderia surgir um capital industrial no Norte (assim como não apareceu no interior de São Paulo) já que, (...), pelas facilidades de transporte, teria de enfrentar a concorrência da indústria paulista".⁶⁰

Contudo, como se assinalou, na explicação da performance da indústria, é necessário observar as condições de funcio-

⁶⁰ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.11.

namento do conjunto da economia paranaense, fracionada entre o Norte e as regiões do Sudoeste e do Paraná Tradicionais, detentoras de uma agricultura pouco mercantilizada, e não submetida a qualquer política industrial no plano do Estado.

Nos anos sessenta, o ritmo de crescimento da indústria paranaense se reduz, como o da brasileira e paulista, com a crise de 1962-67. A indústria paranaense cresce 6,9%, contra 7,8% de São Paulo, 7,3% do Brasil e 6,7% do Brasil exceto São Paulo. A crise produziu efeitos diferenciados entre a indústria periférica e a paulista, dados o maior poder de concorrência desta última e a integrao do mercado nacional (mediante, inclusive, significativa modernizao das vias de transporte). Todavia, mesmo nesse período  significativa a expansão industrial da periferia e do Paraná, que se verifica, portanto, mesmo após o Plano de Metas. O Paraná mantm sua posio relativa na indústria nacional, detendo, em 1970, 3,0% do seu valor da produo.

Ainda nos anos sessenta, a indústria paranaense se apresentar basicamente ligada  produo primária e de baixo grau de elaborao, como  o caso do beneficiamento de produtos agrícolas, destacando-se o café, e da indústria de madeira. O beneficiamento do café e madeira, que respondia por 68,9% do produto industrial do Estado, atingia em 1970 elevados 53,9%, se for adicionada a produo de óleos vegetais. Ao mesmo tempo, o crescimento industrial paranaense, desde os anos trinta, vinha se processando sobre uma base inicial muito restrita, fazendo com que a indústria paranaense fosse pouco importante mesmo a nível estadual, ainda em 1970 (16,62% da renda interna):

Tratava-se portanto de uma indústria rudimentar, dedicada ao primeiro processamento de produtos agrícolas, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada. As empresas apresentavam reduzida escala de produção, e, se excluídos os principais produtos (café, madeira), dirigiam sua produção para mercados locais, não marcando presença no mercado nacional.⁶¹

Nos anos setenta, esse quadro seria profundamente alterado⁶². A indústria cresce a taxas elevadas, deixando para trás a agricultura no que se refere à participação relativa na renda interna do Estado. Assim, a participação de ambas na renda interna que, em 1970, atingia 25,17% para a agricultura e 16,62% para a indústria, alcança em 1980, respectivamente, 18,53% e 28,07%. A indústria paranaense passa a deter 6,35% do valor da produção da indústria nacional em 1980. Esses dados não devem fazer esquecer que o complexo agroindustrial domina a economia do Estado.

Nessa expansão, mudanças significativas ocorrem no perfil do setor, perdendo gravitação atividades tradicionais como o beneficiamento de café e madeira em favor de novas, em gêneros como Fumo, Química ou os que compõem a Metal-Mecânica. Apesar dos gêneros tradicionais se conservarem ainda como os mais importantes da indústria, mudanças significativas ocorreram em sua composição, ganhando peso os grupos que implicam

⁶¹ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p. 42.

⁶² IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... Limites e possibilidades de expansão e integração do parque industrial paranaense. Curitiba, 1983. Convênio GADEP/IPARDES.; FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. 4v. Convênio MIC/SETC/SEPL/IPARDES; . Aspectos da economia e sociedade paranaense. Curitiba, 1981. Convênio SEPL/IPARDES. Versão preliminar.

maior elaboração de matéria-prima. Assim, Produtos Alimentares, Madeira e Óleos Vegetais (no gênero Química) respondiam em 1979 por apenas 35,46% do valor adicionado industrial. Desconsiderada a produção da Refinaria de Araucária, da PETROBRÁS, que isolada gera mais de 18% do valor agregado da indústria, a queda de participação dos gêneros tradicionais mostra-se mais clara. Madeira, Química e Produtos Alimentares caem de 58,5% para 41,7% entre 1975 e 1979, como proporção do valor agregado da indústria, enquanto Metalurgia, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte saltam nesses cinco anos de 8,8% para 12,2%.*

Os gêneros mais importantes em 1979 eram Química, Produtos Alimentares, Minerais Não-Metálicos e Madeira, que haviam sofrido importantes transformações internas. A Química, detendo 30,12% do valor agregado industrial em 1979, transformou-se de gênero agroindustrial em petroquímico entre 1975 e 1979. Em Produtos Alimentares (17,3% do valor adicionado), o beneficiamento do café, cereais e afins perde terreno nesse período, rapidamente, para grupos como café solúvel, frigoríficos e óleos refinados. Em Madeira (14,56% do valor agregado), as serrarias e resserrados perdem importância frente à produção de aglomerados e chapas. Em Minerais Não-Metálicos (6,34%) ganham importância artigos de cimento e fibrocimento em relação ao fabrico de telhas, lajotas e tijolos e cal virgem.

Observa-se que, além de poucos gêneros e grupos responderem pela geração de renda na indústria paranaense, o setor

*Ainda não estava operando a Volvo do Brasil S.A. em 1979, o que subestima o aumento ocorrido.

secundário do Estado está calçado na agroindústria:

Em suma, acoplada à agropecuária, quer fornecendo máquinas e insumos, quer processando sua produção, desenvolve-se a principal vertente da indústria paranaense, diversificando a produção nos gêneros anteriormente existentes, bem como implantando novos gêneros industriais. Outra vertente é dada pelas indústrias da Metal-Mecânica, que ditamente não se relacionam com a agricultura.⁶³

A dominância da agroindústria não implica uma indústria subordinada à agricultura e sujeita a seu dinamismo. Antes, a relação de subordinação se dá ao contrário: se a agricultura dinâmica e modernizante do Estado permite a instalação de uma agroindústria de porte nacional, é a indústria que domina a agricultura, regulando seu ritmo de modernização e tornando-a um autêntico ramo industrial.

A montagem de um embrião da Metal-Mecânica provocou o surgimento de um processo de relações interindustriais - especialmente dentro do próprio setor - apesar de as relações mais importantes da indústria do Paraná ainda ocorrerem com a agricultura e com mercados externos (principalmente São Paulo). O baixo desenvolvimento dos fluxos de compra e venda pode ser explicado pela reduzida presença de empresas estatais no investimento total da indústria, uma vez que essas empresas se concentram no setor de bens intermediários,

Outra característica da expansão industrial dos anos setenta refere-se às mudanças na forma de organização industrial, surgindo no Paraná a grande empresa moderna, com ampla

⁶³ FUNDAÇÃO IPARDES. Aspectos... p.56.

escala de produção e uso de tecnologias modernas, concorrendo no plano nacional e internacional. Deste processo, vai resultar uma estrutura industrial bastante concentrada, o que pode ser ilustrado pelo fato de que, em 1975, as dezesseis maiores empresas do Estado geraram um quarto do valor agregado da indústria.

Ao mesmo tempo, há uma nítida perda de posição relativa do capital de origem local frente ao capital estrangeiro e de outros estados. Esta é uma característica presente no desenvolvimento industrial da periferia, onde este haja ocorrido. De acordo com Wilson Cano,

(....) antes do processo de integração do mercado nacional, nas diversas células regionais exportadoras, era o capital mercantil o dominante do padrão de acumulação. Com a mudança desse padrão o domínio no pólo passou a ser feito pelo capital industrial. Na maior parte da periferia nacional, contudo, o capital mercantil continuou a comandar a maior fração do processo de acumulação, só perdendo algum terreno para o capital industrial. O domínio do capital mercantil manteve-se sobre a maior parte da agricultura regional capturando-lhe grande parte do excedente: no financiamento, comercialização e distribuição dos produtos tradicionais, tanto os destinados ao mercado interno quanto os destinados à exportação. Algumas frações desse capital desdobraram-se no segmento urbano da economia: seja na expansão da tradicional rede comercial e em sua modernização (o supermercado, o shopping center, etc.) seja como o principal responsável pela produção e comercialização da maior parte dos imóveis residenciais construída, seja ainda, mascarada como capital industrial, pelo controle da propriedade dos principais ativos industriais ou agroindustriais.⁶⁴

⁶⁴ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração... p.329-30.

No Paraná, a debilidade da acumulação prèvia em grande parte dos setores industriais e os problemas acoplados de risco tornaram rara a constituição de grandes empresas industriais de capital local. O avanço do capital paranaense também foi dificultado pelas características do sistema financeiro nacional, que não consegue apoiar o investimento industrial de modo mais decisivo.

A importância do Estado na atração de empresas industriais estrangeiras e de outros estados foi decisiva. O IPARDES⁶⁵ elaborou questionário sobre as razões que levaram empresas a instalar-se no Paraná na última década. Oitenta por cento das empresas pesquisadas apresentaram como uma das razões o apoio político e/ou financeiro do Estado e a compra de produção pelo mesmo. Considerando que São Paulo é o principal pólo fornecedor e consumidor da produção industrial paranaense, nota-se também a importância do fator geográfico na localização das empresas: setenta por cento delas indicaram entre os motivos a posição geográfica do Estado com relação a consumidores e fornecedores.

Como foi visto, a atuação do Estado no crescimento industrial remonta à década de sessenta, quando se instala no Paraná uma infra-estrutura básica para receber o investimento industrial. Tal política centrou-se em torno da CODEPAR, depois transformada em BADEP,⁶⁶ que desempenhou papel essencial na montagem de mecanismos institucionais de apoio à indústria.

⁶⁵ FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos...

⁶⁶ FUNDAÇÃO IPARDES. Relatório de pesquisa 4: a contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do processo de desenvolvimento da economia paranaense. Curitiba, 1979. Convênio BADEP/IPARDES.

A intervenção do Estado nesse processo é crucial, pois

a tendência espontânea da indústria em concentrar-se em poucos pólos a nível nacional e a concorrência interregional gerando disputa por parcela do investimento industrial entre vários estados brasileiros, tornam fundamental a ação de instituições estatais para apoiar econômica e politicamente a industrialização pois, em grande número de casos os investimentos são decididos a nível do Governo Federal através de mecanismos suscetíveis de influência puramente política, sendo portanto a atuação de representantes dos Estados fundamental para influir nessas decisões.⁶⁷

Assim como o capital local teve presença reduzida na expansão da indústria, tampouco será expressiva a participação das pequenas e médias empresas. Em 1980, apenas 2,3% dos estabelecimentos industriais respondiam por 73% do valor da produção industrial, cabendo a 84,6% dos estabelecimentos 6,0% do valor da produção. A participação dos pequenos estabelecimentos no valor da produção atinge um máximo de 23,8% no gênero Editorial e Gráfica, e é mínima em Fumo, Química e nos gêneros da Metal-Mecânica. Os médios estabelecimentos, embora melhor representados, têm também presença reduzida.

A participação das pequenas e médias empresas no emprego industrial alcança 50% (18% no caso das pequenas firmas). Essa participação cresce em gêneros como Madeira e Mobiliário, caindo acentuadamente em Matéria Plástica, Química, Fumo e na Metal - Mecânica.*

*Ver A CRISE e as Pequenas e Médias Empresas no Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 5(5), maio/jun. 1983. Os dados acima não significam redução no número de pequenas e médias firmas, que deve ter inclusive se elevado, mas redução da importância relativa dessas firmas.

⁶⁷FUNDAÇÃO IPARDES. Aspectos... p.54.

Como contrapartida da crescente concentração industrial, em poucas e grandes empresas verifica-se a concentração espacial da indústria. Até os anos sessenta, empresas pequenas operando em mercados locais garantiam uma distribuição relativamente homogênea da produção industrial segundo as diversas regiões do Estado. Entre 1975 e 1979 a concentração espacial da indústria dá um salto com o avanço da produção localizada em Curitiba:

(....) o valor agregado da produção das cinco regiões mais industrializadas aumentou de 73,5% para 79,7% do total da produção do Paraná. Poder-se-ia concluir que futuramente os 2 ou 3 pólos mais avançados serão responsáveis por parcelas cada vez maiores da produção do Estado, o que não indica entretanto, que necessariamente haja decréscimos absolutos da produção industrial de outras regiões, mas simplesmente que esta produção vai perdendo importância relativa frente àquela concentração nos grandes pólos.⁶⁸

As cidades do interior do Estado permanecem baseando suas atividades nos gêneros tradicionais da agroindústria, dependentes de maior proximidade dos centros produtores de matérias-primas. As indústrias não-tradicionais concentram-se progressivamente em Curitiba, em especial as indústrias de Metal-Mecânica. As novas indústrias instaladas em Curitiba geraram um potencial dinamizador sobre a indústria preexistente, pela via da demanda interindustrial. Assim, de 137 fornecedores industriais paranaenses da Metal-Mecânica, apenas 6% localizavam-se no interior do Estado e o restante em Curitiba e cidades de sua Região Metropolitana. Este fator colabora na concentração in-

⁶⁸ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p. 48.

dustrial em torno à capital.

Da mesma forma, a instalação da Cidade Industrial de Curitiba jogou o seu papel na concentração espacial da indústria. Este papel tem sido, no entanto, superestimado, uma vez que as cidades industriais se multiplicaram no interior do Estado durante os anos setenta. Na realidade, a capacidade de o poder público estimular ou inibir a concentração é relativamente reduzida:

(....) a concentração depende muito mais das decisões locacionais dos empresários que da vontade política e dos mecanismos de indução dos governos estadual e municipal. Essas decisões estão sempre muito ligadas ao ambiente industrial préexistente, à proximidade dos centros de decisão, às condições de acesso (rodovias, aeroporto, porto), à disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de ordem superior, à existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas e às condições de recepção de diretores e técnicos oriundos de outros centros nacionais ou estrangeiros, como moradia, escola e atividades sócio-culturais. Essas condições se congregam, em quantidade e qualidade, em Curitiba, e, por extensão, em alguns municípios de sua região metropolitana, tornando a região a opção locacional preferida das indústrias menos dependentes da proximidade das fontes de matérias-primas.⁶⁹

Finalmente, deve-se procurar explicar as razões do dinamismo da indústria paranaense nos anos setenta. Segundo "Paraná: Economia e Sociedade"⁷⁰ existem três razões de ordem local:

a) o Paraná já contava com uma infra-estrutura básica

⁶⁹ CIDADE Industrial de Curitiba. Análise Conjuntural, Curitiba, 5(3), mar./abr. 1983.

⁷⁰ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...

- para receber indústrias, como uma rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e oferta adequada de energia elétrica;
- b) haviam sido definidos mecanismos institucionais de apoio à indústria, centrados no BADEP e em uma série de outros órgãos públicos voltados à atração de indústrias;
- c) o Estado possuía uma agricultura dinâmica e modernizante, permitindo a instalação de setores agroindustriais.

Contudo, de acordo com o mesmo documento, a razão fundamental foi a existência de condições favoráveis para a indústria a nível nacional:

(....) Como se sabe, em fins dos anos sessenta, supera-se a crise que abalara a economia nacional e o País ingressa em fase de rápido crescimento industrial, que de início é sustentado basicamente pela ocupação da capacidade ociosa existente, o que, evidentemente, não produz efeitos marcantes nos estados onde praticamente não existia a indústria. "Os efeitos deste ciclo de expansão estarão presentes no Paraná, num segundo momento, quando ocupada a capacidade ociosa a nível nacional, inicia-se um processo de novos investimentos na indústria, implicando uma elevação da taxa de investimentos. A partir de então o Paraná pode disputar parcela das novas inversões o que, juntamente com as condições locais favoráveis, resultou no crescimento industrial da década."⁷¹

⁷¹ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná economia...

2.2 AGRICULTURA

As transformações no campo paranaense, nos anos setenta, possuem uma dimensão agrícola e uma dimensão agrária, ligadas como faces de um mesmo conjunto de mudanças. Nesse período, a agricultura paranaense, dinâmica e diversificada, passa também a moderna e tecnificada. Ao mesmo tempo, a modernização implica novas formas de organização da produção, afetando a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos e a comercialização desses produtos. Essas transformações, documentadas em diversos trabalhos do IPARDES, são resumidas a seguir.⁷²

No que se refere à pauta de produtos, chama a atenção o rápido crescimento da área cultivada com soja, que passa de produto sem expressão a principal produto entre 1970 e 1980. A soja constitui o principal vetor da modernização agrícola, dispondo de tecnologia moderna para sua produção e preços favoráveis. Entretanto, a expansão da soja, bem como a do trigo, fez-se acrescentando esses produtos à pauta dos produtos agrícolas, e não em detrimento de outras culturas. Estas são afetadas apenas na proporção em que certas culturas menos rentáveis (como o feijão) foram deslocadas para terras de menor qualidade, como indica a queda no seu rendimento físico. Assim,

⁷²IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...; As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. Convênio SEPL/ IPARDES; Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983. Convênio SEPL/ IPARDES; Impacto da expansão das culturas voltadas às alternativas energéticas e exportação sobre a agricultura de alimentos. Curitiba, 1983. 2v. Convênio FINCP/INAN/SEPL/ IPARDES; Comercialização de feijão e milho no Sudeste do Paraná. Curitiba, 1983. Convênio SEPL/IPARDES; e textos de acompanhamento conjuntural em Análise Conjuntural.

a expansão da soja não reduziu a importância da produção paranaense a nível nacional, mesmo no caso de produtos tradicionais.

Embora a soja tenha sido o principal veículo da modernização, outras culturas também se tecnificam, com menos intensidade, no período, como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz. A modernização agrícola, embora se processando em ritmos distintos de acordo com as culturas e as regiões do Estado, tende a incidir sobre toda a produção agropecuária. Dessa forma, não há produtos ou áreas infensas à modernização, nem esta pode ser atribuída à introdução da soja ou ao estímulo aos produtos de exportação.

A expansão agrícola, particularmente a da soja, deu-se basicamente via incorporação de áreas no interior dos estabelecimentos, áreas não-produtivas ou ocupadas com pastagens e matas, uma vez que na década de setenta já quase inexistiam áreas legalmente não-apropriadas e não houve deslocamento de culturas. A área nova, adicionada aos estabelecimentos, somou apenas 8,5% da área ocupada em 1980.

A incorporação de áreas no interior dos estabelecimentos variou significativamente por estratos de área. O espaço para ampliação das áreas de lavoura é mais sensível nos estabelecimentos menores:

(....) Assim, nos grupos de estabelecimentos com áreas inferiores a 20 ha e nos de 20 a 50 ha, a área de pasto é reduzida em proporção que varia entre 7% e 31%. Já nos grupos maiores, ao contrário, aumentam as áreas assim utilizadas entre 12% e 25%. "Quanto à redução das matas, também destacam-se os grupos menores, que reduzem as áreas de florestas em proporção de 36% a 47%, índice bem superior à redução realizada pelos estabelecimentos maio-

res que atinge as percentagens de 14% a 24%. O mesmo fenómeno é observado quanto à redução das áreas não-utilizadas, já que os estabelecimentos de até 50 ha diminuem estas áreas em 46% a 47%, enquanto nos maiores a redução é somente de 3% a 30%.⁷³

Apesar disso, ocorre no período 1970-80 uma perda relativa dos estabelecimentos menores na área de lavoura e uma crescente importância dos maiores, ao lado da progressiva concentração das áreas cultivadas em reduzido número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de até 20 ha a 50 ha, apesar de perderem 6% do número de estabelecimentos e 5% da área total, aumentam sua área de lavoura e os grupos maiores chegam a apresentar incrementos de 90% sobre a área cultivada em 1970.

Assim, apesar da importância que ainda conservam os estabelecimentos até 50 ha na área de lavouras, ocorre um processo de concentração da produção nos estabelecimentos médios e grandes. Esse processo está associado à expansão da soja, cuja tecnificação exige áreas de plantio maiores.

Assim, em 1975, 9,7% dos estabelecimentos maiores* cultivam 52% da área de soja, enquanto que 90,3% cultivam 48%. Quanto ao milho, feijão, arroz, algodão e café ainda é relevante a importância da pequena produção, embora já se denote nos primeiros cinco anos da década de 70 um aumento de participação dos grupos acima de 50 ha nessas lavouras(...)⁷⁴

*50 ha ou mais.

⁷³ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...
p.28.

⁷⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...
p.29.

A concentração das áreas de lavouras nos estabelecimentos maiores liga-se à ampliação das áreas desses estabelecimentos. Enquanto nos anos sessenta era crescente o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná, na década passada ocorre uma rápida diminuição do número de produtores rurais, em razão da quase inexistência de terras livres em termos legais e da modernização da agricultura. Esta implica escalas mínimas de produção e um volume mínimo de recursos financeiros relativamente elevado, dificultando a exploração dos estabelecimentos menores. No mesmo sentido, agem a política de crédito, assentada na terra como garantia de empréstimos, e certas imperfeições do sistema financeiro nacional, que tornam a terra reserva de valor bastante especulada.

Esses fatores explicam a redução de 76 mil propriedades agrícolas de até 20 ha entre 1970 e 1975, cuja contrapartida foi a expansão dos grandes estabelecimentos* e numerosas consequências sociais. Estas incidiram sobre pequenos proprietários agrícolas mas sobretudo sobre parceiros, colonos e arrendatários. Enquanto os proprietários perderam 15 mil estabelecimentos entre 1970 e 1980, os não-proprietários, principalmente parceiros, perderam 84 mil, representando um total de 600 mil ha de terras.

Os não-proprietários foram afetados pela modernização à medida que se substituiu e equipou, através de uma nova base técnica de produção, a força de trabalho agrícola. Esses produtores prevaleceram no Paraná até a década de setenta enquan-

*Os estabelecimentos acima de 500 ha têm sua área aumentada de 26,1% para 30,8% do total das áreas dos estabelecimentos, nesse período de cinco anos.

to a agricultura encaminhou a questão da força de trabalho com parceiros, colonos, agregados e arrendatários. A utilização intensiva de tecnologia na década permitiu a dispensa dessa força de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçou a recuperação das terras anteriormente cedidas aos não-proprietários. A dispensa dessa mão-de-obra foi possível também pela formação de um mercado de trabalho nacional do qual participa a agricultura, elevando rapidamente no período a participação do trabalho assalariado no campo no Paraná.

Todavia, uma vez que a tecnificação eleva a produtividade do trabalho, permite a ampliação da produção com uma quantidade menor de trabalho. Dessa forma, a crescente importância do trabalho assalariado não se traduz na formação de um contingente de assalariados minimamente capaz de se opor ao número dos trabalhadores que deixam o campo.

À medida que o ritmo de incorporação do progresso técnico varia com o tamanho dos estabelecimentos, a importância dos médios estabelecimentos (50 a 200 ha) na produção é reforçada:

(....) Apesar do grande incremento das áreas nos estabelecimentos acima de 500 ha, sua participação relativa no valor da produção total pouco cresce, o que indica menor ritmo de aumento da produtividade, quando comparado, por exemplo, com o daquelas propriedades de área entre 50 ha e 200 ha, que pouco expandem sua área total e, entretanto, apresentam um saldo na participação relativa no valor da produção de 13,1% para 18,9%.⁷⁵

⁷⁵IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...
p.31.

As despesas com adubos, sementes e inseticidas crescem mais rapidamente nas propriedades médias, confirmando o vigor da sua modernização.

Em suma, as transformações na agricultura paranaense apontam para uma progressiva concentração da produção nos estabelecimentos médios e grandes. Embora a incorporação de novas áreas, a concentração da propriedade fundiária e a retomada de terras cedidas a não-proprietários joguem seu papel nesse processo, o papel decisivo é desempenhado pela elevação da produtividade do trabalho, pois os aumentos de produção excedem em muito aqueles derivados da incorporação de áreas.* As áreas novas, somadas às perdidas por proprietários e não-proprietários, totalizam 12% da área ocupada em 1980. A conversão em áreas de lavouras de áreas não-utilizadas ou utilizadas para outros fins explica também a expansão agrícola dos anos setenta. Nessa conversão destacam-se os estabelecimentos menores, que procuram compensar seu tamanho com a utilização mais intensa da área.

Como se sabe, o crédito rural constitui um dos suportes da modernização agrícola. Segundo "Paraná; Economia e Sociedade" o crédito rural foi implantado como instrumento de mudanças profundas no desenvolvimento agrícola brasileiro, a partir da instalação de um complexo industrial ligado à produção de insumos e máquinas agrícolas. Sua expansão nos anos setenta foi notável, crescendo 500% em termos reais, no Paraná, entre 1970

*Entre 1970 e 1980, a produção de algodão, amendoim, arroz, café, feijão, girassol, milho e soja passa de 6 milhões em 1971-72 a 13 milhões em 1979-80. Da mesma forma, o rebanho animal aumenta bastante nos anos setenta. Ver A QUESTÃO Agrícola nos anos recentes. Análise Conjuntural, Curitiba 5 (5) maio/jun./1983.

e 1979. No mesmo período, o crédito rural concedido no Estado passa de 37% a 80% do valor bruto da produção agropecuária.

Merecem ainda destaque as seguintes observações relativas ao crédito rural:

- a) o crédito de custeio é concedido num volume significativamente maior que o crédito para investimento e comercialização, embora seu crescimento tenha sido inferior ao dessas outras duas modalidades. Grande proporção do crédito de custeio se dirige para a compra de insumos industriais, indicando que importantes setores industriais são beneficiados pelo crédito agrícola. O crédito de investimento também apresenta grande percentagem de seu total voltada para a compra de produtos industriais. Entretanto, ao contrário das outras modalidades de crédito, sua expansão é irregular, provavelmente porque apresenta maiores possibilidades de manipulação pela política econômica, sem afetar os níveis de produção corrente;
- b) a agricultura é o segmento do setor primário a absorver a maior parcela do crédito rural. O crédito se dirige em proporções crescentes para culturas modernas, maiores consumidoras de insumos e equipamentos industriais. Todavia, ele cresce em termos absolutos para todas as culturas, exceto para o amendoim, entre 1970 e 1979;
- c) o crédito abrange uma proporção pequena (menos de um terço) dos produtores. Ao mesmo tempo, sua captação pelos pequenos e mini produtores é reduzida. Na verdade, o programa de crédito rural não apenas deixa

de proteger o pequeno agricultor, como parece ter aumentado suas dificuldades, a medida que a vinculação do crédito ao uso de uma certa tecnologia e as dificuldades de acesso ao mesmo estimulam a concentração fundiária.

A modernização da agricultura atinge fortemente a comercialização de produtos agrícolas:

Em síntese, as tendências básicas na comercialização dos produtos agrícolas apontam, por um lado, para a crescente importância das cooperativas, fazendo frente aos grandes compradores e avançando na industrialização da produção. Por outro lado, nota-se a progressiva aproximação da indústria, que passa a comprar produtos agrícolas diretamente dos agricultores e das cooperativas; finalmente, é evidente a perda de importância dos comerciantes nesse processo e provavelmente sobreviverão somente as grandes empresas que operam com produtos não-industrializáveis, havendo eliminação dos pequenos agentes autônomos.⁷⁶

Os pequenos comerciantes locais, como o caminhoneiro e o bodegueiro, são afetados pelo crescimento das escalas de produção e o surgimento nas cidades de novas opções de comércio. Esses agentes faziam o elo dos produtores, especialmente os pequenos, com o mercado, adquirindo sua produção, vendendo bens de consumo e insumos agrícolas e concedendo-lhes financiamento:

{....} o primeiro fator que desestabiliza a relação existente entre o comerciante e o produtor é o surgimento

⁷⁶ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia...
p.37.

nas cidades de serviços assistenciais, de sindicato, um mercado urbano no qual os produtores podiam comprar a preços inferiores, de meios de transporte que os levassem à cidade com maior facilidade, de outras opções de venda para seu produto, onde pudessem negociar com melhores preços. Isso significou o estabelecimento de uma sintonia maior entre o produtor e o mercado, integrando o meio rural à nova infra-estrutura urbana.⁷⁷

A concentração fundiária joga o seu papel nesse processo, restringindo a figura do pequeno comerciante local a produtores ainda completamente alheios à modernização agrícola, com pequena escala de produção, localizados nas piores terras e tendendo ao desaparecimento.

Na realidade, as transformações na comercialização agrícola são inevitáveis, à medida que, ao se modernizar, a agricultura estreita suas relações com a indústria, comprando insumos e vendendo parcela crescente de sua produção. Uma vez que a agricultura é o pólo mais fraco nessas relações, logo surgem organizações de defesa dos produtores agrícolas, como as cooperativas. Essas experimentam um autêntico boom nos anos setenta, participando crescentemente na comercialização de produtos modernos, assim como de produtos tradicionais. Sua capacidade de armazenagem cresce com igual intensidade, e algumas cooperativas avançam industrializando sua produção e montando redes de supermercados e lojas. Em 1981, quase um terço dos produtores rurais do Paraná era sócio de uma cooperativa, predominando entre estes os pequenos e médios produtores.⁷⁸

⁷⁷ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Comercialização... p.224.

⁷⁸ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Perspectiva... p. 3,5

O vigor das cooperativas é outra indicação da modernização da agricultura paranaense:

A agricultura do Paraná é moderna também porque apresenta formas de organização da produção mais avançada, como é o caso das cooperativas. Estas aparecem visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria, mas se em parte esses objetivos iniciais se transformam, representarão de qualquer maneira um nível mais elevado de racionalização da produção, permitindo mesmo um certo ordenamento da produção nas áreas que influenciam.⁷⁹

Na expansão do setor cooperativo, dois pontos merecem destaque: suas vias de crescimento e as relações cooperativas/ produtor. Segundo uma crítica corrente, as cooperativas teriam baseado seu crescimento em uma excessiva captação de excedente de seus associados, incorporando um baixo número de pequenos produtores frente aos quais se colocaria de forma autônoma. Essas questões foram examinadas pelo IPARDES, num trabalho centrado sobre os processos de capitalização das cooperativas, incorporação dos pequenos produtores nos quadros sociais e participação dos associados na sua gestão.⁸⁰ A seguir são apresentadas as principais conclusões desse trabalho.

Embora as três cooperativas pesquisadas (uma grande, uma média e uma pequena) tenham sido fundadas nos anos sessenta, seu crescimento ocorreu com intensidade apenas na última década. Esse período de crescimento foi possível pelo destaque conferido pelo Estado ao setor cooperativo na modernização agrí-

⁷⁹ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.10.

⁸⁰ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Perspectiva...

cola, expresso na posição privilegiada das cooperativas como agentes da CTRIN; nas mudanças da legislação cooperativista, especialmente a Lei 5 764 (12/71), que lhes permitiu maior flexibilidade de atuação como empresas comerciais; na posição das cooperativas como agentes da CFP na execução da política de preços mínimos e, fundamentalmente, no acesso das cooperativas a créditos oficiais altamente subsidiados para aumento de sua capacidade instalada e diversificação de atividades.

A existência de créditos subsidiados é básica porque o setor não dispõe da rentabilidade e conseqüente capacidade de competição que possuem as empresas nacionais e multinacionais concorrentes. Ao mesmo tempo, as características dos pequenos produtores, que representam a maior parte do seu quadro social, não teriam permitido a geração e a retenção de um volume de excedentes que possibilitasse o financiamento do mesmo ritmo de crescimento com recursos próprios, sem uma verdadeira ruptura de todo o sistema.

Além disso, a expansão da soja foi um elemento fundamental na dinamização do setor, ao dinamizar a agricultura das regiões onde as cooperativas estão instaladas. A rentabilidade dessa cultura permitiu a geração de excedentes que complementaram, sem encargos exagerados para os produtores associados, os recursos necessários à expansão dessas cooperativas.*

A política do Governo e a expansão da soja implicavam, portanto, o boom das cooperativas, que pôde ser financiado sem uma grande pressão financeira sobre os associados:

*A cooperativa Bom Jesus, estudada no trabalho como exemplo de cooperativa pequena, por não se situar numa região de expansão da soja, deixou de contar com o seu impulso.

(....) os dados coletados mostram que, mesmo na COCAMAR, a maior das cooperativas analisadas, a participação dos recursos próprios nos investimentos realizados é relativamente baixa, indicando que seu crescimento foi financiado, em larga medida, através de recursos exteriores. "Deve-se ressaltar que recursos foram passados às cooperativas a taxas de juros e de correção monetária que somadas se situavam muito abaixo da inflação". Em síntese, há indicações de que a expansão das cooperativas baseou-se fortemente no acesso a recursos de terceiros e não numa desmedida pressão financeira sobre seus associados.⁸¹

Evidentemente, a partir de 1979 a perda dos financiamentos subsidiados faz com que o crescimento das cooperativas dependa crescentemente da sua capacidade de autocalcapitalização. A partir daí, manifesta-se mais intensamente uma contradição própria a esse tipo de instituição, presa à necessidade de acumular e, ao mesmo tempo, a uma base de pequenos e médios produtores cujos interesses a curto prazo não necessariamente são os da cooperativa.

A necessidade de manter um fluxo contínuo de acumulação está ligada à sobrevivência das cooperativas, dada a estrutura do mercado em que atuam, em geral de tipo oligopólico, dominado por grandes firmas nacionais e internacionais. O crescimento e diversificação das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, a capacidade de negociar com terceiros e o acesso ao crédito bancário permitem à cooperativa gerar um volume de excedente capaz de lhe proporcionar autonomia econômico-financeira para a acumulação. Todavia, a cooperativa

⁸¹ COOPERATIVAS: Processo de Capitalização e Integração dos Produtores. Análise Conjuntural, Curitiba, 6(1), jan. 1984.

se mantêm presa à sua base de associados, da qual depende para garantir o recebimento de uma quantidade de produtos agrícolas que lhe permita operar com um grau desejado de ociosidade.

Portanto, apesar das cooperativas terem podido crescer sem uma grande pressão sobre seus associados, suas relações com os associados são complexas e tornam-se conflitivas com a redução dos financiamentos subsidiados e a perda de dinamismo da agricultura, a partir de 1979-80. As possibilidades de sucesso no autocapitalização dependem do porte das cooperativas, da região em que estão instaladas e do que obtiveram individualmente até o momento, em termos de ampliação e diversificação de atividades e de consolidação e capacidade de concorrência nos mercados e regiões em que operam. Assim,

para a COCAMAR a resposta tem sido a ampliação de seu processo de industrialização diversificada, o que permite, (...), um indiscutível e espantoso aumento do volume gerado de safras. Dessa forma, a cooperativa objetiva alcançar um melhor equilíbrio e compatibilização entre a necessidade de aumentar o volume de sobras retido para financiar inversões futuras e uma política mais equitativa de distribuição das sobras, tendo em vista atender às justas e crescentemente reivindicatórias demandas de curto prazo de seus associados.⁸²

Essa solução não existe para cooperativas sem recursos próprios nos volumes requeridos, ou capacidade de obtê-los via empréstimos, para a montagem de um parque industrial eficiente e competitivo. Aparentemente, há uma tendência à centralização do capital no setor cooperativo, em favor das cooperativas maio-

⁸² IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Perspectiva... p.248.

res, diversificadas e situadas nas regiões mais dinâmicas do Estado.

As contradições na relação cooperativa-associados levaram a um progressivo esvaziamento da participação desses últimos, expresso no esvaziamento da Assembléia Geral como instância decisória. Apesar disso, o crescimento do cooperativismo no Estado foi notável, observando-se a expansão do seu quadro social. Não menos notável foi o crescimento dos pequenos produtores (com menos de 50 ha) como proporção dos associados.

Se a velocidade de incorporação dos produtores, especialmente pequenos, ao quadro social das cooperativas revela que, por mais desgastadas que estejam as relações produtores/cooperativas, estas aparecem ainda como a melhor opção no mercado, coloca também como questão central a criação de canais de representação dos produtores mais adequados à atual conjuntura, na qual as relações entre cooperativa e produtores tendem a se acirrar:

O problema é que o fosso que separa a direção da cooperativa de seu quadro social se aprofundou perigosamente nesse período, sem que os dirigentes, de um modo geral, apresentassem qualquer sensibilidade especial para o problema de criação de novos canais de participação, adequados à atual estrutura mais complexa da cooperativa, além do simples esforço de doutrinação e propaganda das atitudes do cooperativismo, para a qual os Comitês Educativos foram o principal instrumento de legitimação mínima de sua permanência no poder. Como consequência, a quase totalidade dos produtores associados e não associados considera as cooperativas simplesmente como mais um agente comercial na região onde atuam e cujo crescimento é, muitas vezes, vis-

to como contrário aos interesses dos produtores.⁸³

Embora a visão dos produtores possa ser discutida, uma vez que sem a cooperativa os efeitos da modernização agrícola sobre os pequenos e médios produtores teriam sido mais dramáticos, o essencial é que essa visão existe, refletindo a distância entre o associado e a cooperativa.

Em suma; em meio a essas contradições, o setor cooperativo apresentou notável dinamismo nos anos setenta, surgindo como um fator de modernização da agricultura, ao defender até certo ponto os preços e a rentabilidade agrícola, estimular uma organização capitalista da produção e avançar até a industrialização de produtos agrícolas, nascendo, dessa forma, como uma verdadeira promessa aos olhos dos interessados no desenvolvimento industrial do Estado.

2.3 A SOCIEDADE E A QUESTÃO SOCIAL

Acompanhando o crescimento da renda interna do Estado, as transformações na sociedade paranaense foram intensas na última década, determinando a passagem de uma sociedade basicamente rural, com reduzida presença do trabalho assalariado e indústria rudimentar, a outra essencialmente urbana, na qual o trabalho assalariado predomina e a indústria, ao lado de atividades típicas de grandes centros, no Setor Terciário, gera grande parte da renda e do emprego. As elevadas taxas de crescimento do produto e da produtividade, na indústria e na agri-

⁸³ COOPERATIVAS: Processo de Capitalização e Integração dos Produtores: Análise Conjuntural, Curitiba, 6(1), jan. 1984.

cultura, beneficiaram de forma bastante desigual os distintos segmentos da população do Estado. A prosperidade dos anos setenta coexistiu com agudo desemprego no campo, acelerado fluxo migratório, salários reduzidos e políticas públicas claramente inadequadas ou insuficientes para enfrentar as questões sociais mais visíveis.

Nos anos sessenta, o Paraná apresenta uma sociedade constituída fundamentalmente por pequenos produtores, detendo a propriedade ou a posse da terra. A população rural predomina, e as cidades surgem em apoio à expansão agrícola concentrando o comércio e os serviços ligados à agricultura. A indústria, inexpressiva, volta-se às primeiras fases de beneficiamento da produção agrícola.

Esta sociedade possui características que a diferenciam de outras regiões do Brasil, derivadas da forma de ocupação do território. O Norte do Estado foi colonizado através de pequenas propriedades, e de modo relativamente ordenado, por companhias imobiliárias e pelo Governo do Estado, imprimindo um caráter democrático à colonização. Ao mesmo tempo, a produção comandada pelo capital que aí se instala não encontra barreiras herdadas do escravismo colonial.

Estas circunstâncias locais, aliadas àquelas características gerais de economia cafeeira, explicam a extrema rapidez da colonização no Norte do Estado. Um processo baseado na pequena propriedade estritamente vinculada ao mercado, livre de estruturas pré-capitalistas, que se aproximariam de uma "via americana" de ocupação produtiva de terras, semelhante ao movimento de expansão da agricultura Norte-Americana no Meio Oeste e Oeste, sendo

mesmo que sua rapidez supera a da própria expansão norte-americana.⁸⁴

No Paranã Tradicional, de colonização européia, e no Sudoeste do Estado, de colonização gaúcha, também dominava a pequena produção, voltada, entretanto, para a auto-subsistência.

A colonização do Norte paranaense, a partir da década de quarenta, e do Sudoeste, na década seguinte, promove a completa ocupação do território do Estado, surgindo uma sociedade cujas características começariam a se transformar profundamente desde meados dos anos sessenta. As transformações mais rápidas e profundas ocorreram no campo, com a modernização da agricultura resultante da crescente subordinação e dependência do setor à indústria e ao crédito bancário, estimuladas pela política agrícola.

Até os anos sessenta, como se observou, predominava na agricultura paranaense a pequena produção independente. A posse da terra era relativamente desconcentrada, frente a outras regiões do Brasil, dando origem a ampla camada de pequenos proprietários que organizavam sua produção com trabalho familiar. Os grandes proprietários mantinham relações basicamente com parceiros, colonos e arrendatários, os quais também conformavam pequenos estabelecimentos organizados com trabalho familiar, embora pudessem, temporariamente, relacionar-se com os grandes proprietários como assalariados em épocas de colheita.

Essa pequena produção mantinha vínculos principalmente com o comércio, que não impulsiona grandes transformações nas esferas produtivas com as quais se relaciona, sendo, portanto,

⁸⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO EDJSON VIEIRA. Paraná: economia... p. 8.

rudimentar a tecnologia empregada.

A crescente subordinação da agricultura à indústria em termos nacionais e a constituição de um mercado nacional de mão-de-obra explicam as transformações no campo paranaense. O crescente consumo de máquinas, equipamentos e insumos industriais eleva rapidamente a produtividade do trabalho utilizado, reduzindo, assim, a quantidade de trabalho necessária por volume de produção e área utilizada; esse processo reduz o número de agentes produtivos.

Ora, a parceria e o colonato eram relações que garantiam aos grandes proprietários a oferta de mão-de-obra nos momentos de auge da demanda, sem que o proprietário arcasse com os custos monetários do assalariamento permanente. A formação de um mercado nacional de mão-de-obra garante a oferta de trabalho para o assalariamento temporário sem que o proprietário tenha de utilizar parte de suas terras com colonos e parceiros. Assim, a criação de um exército de volantes dispensa esses agentes, que mais sofrerão com a redução da quantidade de mão-de-obra requerida pela agricultura, ocorrendo também o não-crescimento do número de assalariados em termos absolutos.

Os pequenos proprietários também são atingidos, diante de dificuldades na obtenção de crédito oficial e escalas de produção inadequadas para responder à necessidade de modernização. Há, portanto, um processo de transformação acelerada no campo paranaense, apoiado em mudanças na base técnica da agricultura, que resulta em redução da quantidade de trabalho requerida, eliminando pequenos proprietários, parceiros, colonos e arrendatários sem incrementar proporcionalmente a mão-de-obra assalariada cuja importância relativa, entretanto, cresce.

A categoria censitária responsáveis e membros não-remunerados da família ainda é amplamente dominante no pessoal ocupado, na agricultura do Paraná, ao final da década de setenta, refletindo a possibilidade de incorporação de técnicas novas de produção aberta à parcela significativa dos produtores familiares. Os pequenos produtores, proprietários ou não, são entretanto discriminados nesse processo, o que explica a redução relativa da categoria.

A participação dos trabalhadores assalariados no conjunto do pessoal ocupado se eleva na década, embora decline a partir de 1975. O declínio afeta sobretudo o assalariado permanente, substituído pelo temporário, cuja participação se torna mais estável. A substituição, parcial, origina um trabalhador rural estabelecido em precárias condições na periferia das cidades de pequeno e médio porte, explicando a redução mais rápida da população rural em relação ao emprego na agricultura.

Coerentemente, verifica-se no período uma redução no número de estabelecimentos em todas as categorias de produtores (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes), especialmente no caso dos parceiros. O pessoal ocupado e o número de estabelecimentos caem fortemente nos grupos de área entre 2 ha e 20 ha, mantêm-se nos grupos entre 20 ha e 50 ha e se elevam bastante nos grupos acima de 50 ha:

Assim, embora os estabelecimentos até 50 ha conservem ainda grande importância no Paraná, quanto ao seu número e ao volume de pessoal ocupado, essa importância declina nos anos 70, num processo não propriamente de concentração fundiária, mas de retomada das terras cedidas em parceria e arrendamento.⁸⁵

⁸⁵ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Estudos para uma política de emprego para o Paraná. Curitiba, 1983. Convênio SELP/IPARDES.

O aumento do emprego nos grupos de área acima de 50 ha atinge metade do número de pessoas expulsas pelos estabelecimentos menores.

A área dos estabelecimentos expande-se significativamente, também de forma coerente com a análise acima, na categoria dos proprietários, reduzindo-se em termos absolutos e relativos na categoria dos parceiros e ocupantes e apresentando crescimento muito débil na de arrendatários.

Finalmente, os dados sobre área plantada dos principais produtos agrícolas indicam maior expansão das culturas modernas que, dispensando a utilização constante e intensiva de trabalho, tornam crescentemente supérfluas relações como parceria e arrendamento.

As dramáticas transformações no campo paranaense refletiram-se na evolução da população do Estado. A taxa de crescimento da população, sistematicamente acima da brasileira nas décadas anteriores; cai de forma brusca nos anos setenta, devido à redução na população rural. Nesse período, assiste-se a um rápido processo migratório para fora do Estado que passa, assim, de pólo de atração para pólo de expulsão de migrantes. A população migrante dirigiu-se sobretudo à Grande São Paulo e cidades industriais do interior paulista e à Amazônia.

A migração constituiu, na verdade a face mais dolorosa da modernização agrícola, ocorrendo de forma caótica, sem amparo dos governos estadual e federal, isto é, sem uma política de reassentamento dos migrantes e sem políticas de emprego ou habitação para aqueles que se deslocaram para zonas urbanas, no Paraná ou em outros estados.

Não se deduza, entretanto, da migração, ter sido o mer-

cado de trabalho urbano pouco dinâmico nos anos setenta. Ao contrário, ele se mostrou bastante dinâmico, crescendo a taxas superiores às da população urbana, na esteira da expansão industrial e do Terciário.

Ao mesmo tempo em que a população urbana salta de 36,1% para 58,6%, como proporção da população total, entre 1970 e 1980, crescendo 5,8% ao ano (4,6% no caso do Brasil), a População Economicamente Ativa - PEA - e a População em Idade Ativa - PIA - urbanas expandem-se acima da média nacional. Na realidade, os ritmos de urbanização e de esvaziamento do campo ocorreram tanto no Brasil como no Paraná, mas ambos os processos foram muito mais acelerados no Paraná.

A velocidade de redução da população rural incrementou o ritmo de urbanização, além de determinar um fluxo de 1,2 milhão de emigrantes. O emprego urbano cresce rapidamente, atingindo o crescimento da PEA 8,4% no Secundário e 6,9% no Terciário, sem evitar a emigração. Da mesma forma, não impediu que parcela significativa desse emprego estivesse representada por ocupações mal remuneradas e/ou não organizadas.

Observa-se brevemente o comportamento do emprego urbano no período.⁸⁶

O crescimento do emprego industrial no Paraná foi mais rápido que no Brasil, superando também a expansão da população urbana. Entretanto, a partir de 1980 perde seu dinamismo, desacelerando inicialmente sua taxa de crescimento (7,2% em 1980, contra 8,9% ao ano na década) e tornando-a negativa em 1981

⁸⁶ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Análise do emprego no Paraná. Curitiba, 1983. Convênio SEPL/IPARDES.

(-6,9%, dado para a Região Metropolitana de Curitiba).

Parcela substancial dos empregados na indústria de transformação encontrava-se, na verdade, na situação de subempregados em 1980, somando 40% da PEA do setor os trabalhadores sem registro em carteira e registrados com remuneração abaixo de um salário-mínimo. Ao mesmo tempo, quase 90% dos trabalhadores, registrados ou não, recebiam até 5 salários mínimos, 80% até 3 e 16% até 1 salário mínimo.

Do ponto de vista da estrutura industrial, os principais gêneros em termos de valor agregado respondiam também pelas maiores parcelas do emprego, como Madeira e Produtos Alimentares que detinham em 1980 um terço do emprego e do valor da produção industrial. A Química, fortemente marcada pela presença da PETROBRÁS, constitui exceção à regra. A diferenciação da indústria paranaense elevou a participação de gêneros novos e de grupos modernos nos gêneros antigos, vinculados em geral ao setor de não-duráveis. Entretanto, gêneros como Madeira, Produtos Alimentares, Minerais Não-Metálicos, Mobiliário e Papel e Papelão ainda possuem participação dominante no emprego industrial.

Há uma significativa concentração do emprego do setor na microrregião de Curitiba, acompanhando a distribuição regional da produção. Pela ordem, Londrina, Ponta Grossa, Extremo-Oeste e Maringá seguem em importância, somando com a microrregião de Curitiba 70,2% dos trabalhadores da indústria de transformação em 1980. Ao mesmo tempo, a expansão e diferenciação da indústria estadual nos anos setenta, centrada na instalação de novas firmas de capital paulista e estrangeiro, definiram o predomínio no emprego de empresas modernas, com escalas

de produção mais amplas e maiores índices de produtividade.

Assim como o emprego industrial, o emprego na construção civil paranaense apresentou grande dinamismo, crescendo a PEA do setor 8% ao ano entre 1970 e 1980. Sua expansão, seguindo a da década anterior, fez com que o setor respondesse, em 1980, por um volume de emprego equivalente a 80% do emprego na indústria de transformação. A maior parte dos trabalhadores (86%) estava empregada no subsetor de Edificações, contra 14% em Rodovias e Ferrovias.

Evidentemente, a expansão da Construção Civil esteve associada ao processo de urbanização, beneficiando o setor à medida que a expansão e diferenciação das ocupações urbanas ampliava o mercado para imóveis de alto valor unitário.

A partir de 1978, entretanto, o dinamismo do setor começa a desfalecer, após esgotar-se em grande parte a demanda existente e sua expansão ser comprometida pelo menor ritmo de crescimento econômico, perda de poder aquisitivo da classe média pela aceleração da inflação e restrições ao financiamento de imóveis. A construção passa a apresentar oscilações em seu crescimento, reduzindo contudo sua expansão à medida que a recessão se aprofunda e se mantém uma política de cortes no gasto público e restrição monetária. Refletindo esse quadro, o desemprego no setor cresce rapidamente desde 1981, especialmente com a conclusão de Itaipu e o fim das pequenas obras que antecederam as eleições de 1982.

O setor apresenta os índices mais desfavoráveis de subemprego e distribuição de remunerações no Paraná. Recebia até 2 salários mínimos 63% da PEA do setor, e 56% dela não tinha carteira registrada ou recebia até 1 salário mínimo, em 1980.

Estimulado pelo crescimento industrial e urbanização, o Terciário expandiu-se rapidamente na última década (7% ao ano), tornando-se o principal absorvedor de mão-de-obra no Estado (40% dos trabalhadores). O crescimento relativo da PEA do Terciário não pode, portanto, ser atribuído apenas ao declínio da PEA na agricultura e muito menos a um "inchaço" de ocupações informais. Ao contrário, ganha importância no setor o emprego formal:

(....) embora não se disponha de dados para 1980 sobre a estrutura ocupacional de Curitiba, os dados relativos a 1970 já indicavam a constituição de um conjunto de atividades características de uma classe média moderna no Secundário e no Terciário, processo que certamente foi acelerado na última década.⁸⁷

Os subsetores que compõem o Terciário possuem, contudo, características às vezes bastante distintas, sendo muito heterogêneos o subemprego e o padrão salarial. Os baixos salários dominam, entretanto, o conjunto do setor. Aproximadamente 50% da PEA do setor não possuía registro em carteira e 30% recebia menos de um salário mínimo. O emprego formal deve ter crescido mais rapidamente que o informal, dado o tipo de serviços demandado a partir da diferenciação ocupacional e de salários que ocorre na indústria e na administração pública.

O emprego do Terciário, localizado nas regiões onde se concentra a indústria e, a nível do tamanho dos estabelecimentos, nas médias e grandes empresas, tem seu dinamismo estanca-

⁸⁷ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Estudos para uma política de emprego... p.83.

do quando o crescimento dos demais setores se desacelera, elevando-se desde 1980 a taxa de desemprego na PEA do setor.

O emprego no setor público deve ser destacado dentro do Terciário. Visto em conjunto, embora pouco dinâmico, atinge uma percentagem significativa (7,7%) da PEA do Estado, predominando em seu interior baixo padrão de salários, que caracteriza frequentemente um quadro de subemprego em relação aos níveis de escolaridade do pessoal ocupado. O setor, contudo, não é homogêneo, e a situação não é a mesma na Administração Estadual Indireta - AEI -, responsável pelas atividades empresariais do Estado, refletindo a ênfase governamental na montagem de uma infra-estrutura de apoio ao crescimento econômico.

Como a Administração Estadual Direta - AED - emprega o maior volume de funcionários e suas atividades se concentram na área social, pode-se afirmar que o setor público paranaense não se aparelhou para responder às necessidades da acelerada expansão urbana da última década, revelando insuficiente e inadequada a oferta de serviços na área de atividades sociais.

O setor informal concentra o subemprego e o emprego com salários abaixo do mínimo legal. Os trabalhadores mais penalizados do setor são os volantes da agricultura, devido à intermitência do trabalho agrícola, carecendo, seja de renda adequada, previdência social e assistência médica, seja de possibilidade de acesso ao crédito, pagamento de aluguel, etc., devido à ausência de contrato formal de trabalho. Compõem também o informal agrícola os trabalhadores familiares das pequenas propriedades, meeiros, parceiros e seus familiares. A estimativa do emprego informal no campo é precária; observe-se, contudo, que apenas os trabalhadores temporários e parceiros so-

mavam mais de 11% do pessoal ocupado na agricultura, em 1980.

A comparação entre os dados da RAIS e do Censo para 1980 permitem estimar em 26% o emprego informal na indústria de transformação, concentrando-se nesse segmento os salários abaixo do mínimo e o subemprego. O percentual sobe para 58% na construção civil, dado o grande número de biscateiros e pequenos empreiteiros que contratam mão-de-obra por salários abaixo do mínimo. A pequena construção civil, como se sabe, configura uma atividade em que as barreiras à entrada são reduzidas, estimulando uma concorrência aguda e a existência de baixos salários.

O emprego não-organizado no setor serviços não pode ser estimado pela comparação entre a RAIS e o Censo, uma vez que seus critérios de classificação são díspares. Entretanto, era alta em 1970 a percentagem de mão-de-obra empregada em serviços domésticos (10,2%), cuja média de salários atinge apenas 57% do mínimo. No mesmo ano, 4,8% dos trabalhadores de Curitiba eram pequenos vendedores de serviços, percentual semelhante ao de São Paulo e bastante abaixo do nordestino.

Embora o cálculo seja precário, estima-se que o volume do emprego informal como proporção da PEA seja semelhante para o Brasil e o Paraná, alcançando 27% dos trabalhadores.

Em resumo, o mercado de trabalho nos anos setenta não foi favorável aos trabalhadores, pela dimensão da migração e do subemprego. O emprego urbano mostrou-se bastante dinâmico, apesar da modernidade do parque industrial instalado. Contudo, esse dinamismo não pôde evitar a emigração, dado o comportamento do mercado de trabalho agrícola. A partir de 1981, a recessão problematiza o emprego urbano, generalizando-se o desemprego a partir da queda dos níveis de atividade da indústria.

As migrações, o subemprego e as baixas remunerações durante a década passada indicam a necessidade de políticas na área social acompanhando as transformações na economia e sociedade paranaense. Entretanto, o exame do emprego no setor público do Estado indica ter sido priorizado o gasto público nas atividades empresariais do Estado, contendo-se relativamente o gasto nas atividades sociais.

O acelerado crescimento do emprego urbano é um índice da transição de uma sociedade rural a uma sociedade basicamente urbana. Esse processo é singular, não apenas por sua intensidade, como por configurar uma urbanização centralizada nos grandes centros.⁸⁸

Na década de setenta, a população urbana aumentou em 1 969 milhão de pessoas. Em Curitiba, o crescimento foi de 440 mil pessoas, nas cidades com mais de 100 mil habitantes, de 531 mil pessoas, e nas cidades entre 50 mil e 100 mil habitantes, de 277 mil pessoas, totalizando 63% de aumento. Os centros urbanos com mais de 100 mil habitantes passam de 1 para 4, e os centros com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, de 3 para 7. Em 1970, mais da metade da população urbana se concentrava nos centros com menos de 30 mil habitantes. Relação inversa ocorreu em 1980, devido à expansão nas maiores cidades, pois esses núcleos passaram a concentrar 43% da população urbana, enquanto os cinco maiores centros abrigavam 38% dessa população.

⁸⁸ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova Configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. Convênio MINTER/CNDU/IPARDES, URBANIZAÇÃO Paranaense: Resultados e Perspectivas. Análise Conjuntural. Curitiba 4 (9), set./out. 1982.

Na realidade, a década origina uma nova configuração espacial do Estado:

a concentração da população urbana nos centros de maior porte, principalmente a extensão da malha urbana de alguns pólos regionais, incorporando os centros adjacentes de dimensão mais reduzida, a concentração espacial das atividades comerciais e de serviços, em função da escala operacional das empresas desses setores, redefinindo papéis dos centros urbanos, e a impossibilidade de se reproduzir a expansão agropecuária mediante a incorporação de trabalhadores residentes, em virtude da modernização dessas atividades produtivas, são responsáveis pelo que se convencionou chamar de nova configuração espacial do Paraná.⁸⁹

Observe-se em que consistem esses processos isto é, qual a natureza do crescimento populacional na última década.

A nova distribuição populacional está associada à queda da população rural do Estado, superior a um quarto do contingente de 1970, com origem nas transformações na base produtiva da agricultura, isto é, nas técnicas de produção utilizadas e nas relações dominantes do trabalho. Das 24 microrregiões homogêneas - MRH - em que se divide o Estado, em apenas 8 houve crescimento da população rural. Em todas as demais houve redução, bastante intensa na região Norte, que detinha 57% da população rural do Paraná em 1970. O Extremo-Oeste e a Região Metropolitana de Curitiba sofreram impacto igualmente intenso, mas enquanto a população desta era insignificante, a da primeira região representava 13,6% da população rural do Estado.

O Norte e o Extremo-Oeste do Estado lideram o movimento

⁸⁹ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova... p.108.

de modernização agrícola, absorvendo a maior parte do aumento do número de tratores utilizados. A partir de 1975, entretanto, respondem por uma proporção decrescente de tratores, o que indica a difusão pelo resto do Estado das tendências modernizantes da agricultura. Evidentemente, essas regiões dispunham de uma agricultura com maior grau de mercantilização, relativamente tecnificada e capaz de responder mais rapidamente aos estímulos do mercado e das políticas de crédito. Daí sua liderança, na década, da tecnificação agrícola, redução da população rural e movimento migratório. Note-se que na região Norte do Estado, a queda na população rural está ligada não apenas a uma maior mecanização da produção como a um uso mais intenso da terra, determinado pelas modificações no cultivo do café.

O café havia sido, precisamente, o responsável pela rápida expansão populacional nas décadas anteriores, absorvendo mão-de-obra, sob a forma de relações de trabalho como o colono e a parceria, na mesma proporção em que incorporava novas terras. A intensificação e racionalização do uso da terra, num momento em que esta é também utilizada para cultivos tecnificados e pouco absorvedores do trabalho, geram um excedente de população sem alternativas de emprego na região.

Como assinala o IPARDES:

O esvaziamento por
basicamente r
população
Norte e
causas na
tuem a mod
Essa reduçã
tida nessas
grande adens
rente da expar
Norte, a expar
diante a incor

não
va o
pequenas

p. 35. Essa
adicional e do

tingentes de trabalhadores e no Extremo-Oeste a agricultura de alimentos se expandiu face à produção, em pequenas unidades, dirigidas por excedentes populacionais da agricultura do café. O impacto dessas transformações foi mais intenso nessas regiões do que nas dominadas por uma pecuária extensiva, com pouca densidade ocupacional,⁹⁰ ou por uma atividade extrativa vegetal itinerante, ou ainda por uma agricultura de subsistência que encontrou nas áreas inaptas à mecanização, um refúgio natural para sustentar a produção de alimentos deslocados pelas novas culturas, que passaram a ser desenvolvidas nas terras mais adequadas aos cultivos mecanizados.⁹⁰

Acompanhando a ocupação produtiva do território, a expansão urbana, até o início dos anos setenta, dividia-se em três grupos: a do Norte, a do Paraná Tradicional e a do Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense. Curitiba fica excluída, uma vez que sua expansão resulta da centralização das atividades políticas e administrativas e dos diversos ciclos primário-exportadores, tornando a cidade um centro de atividades de comercialização e exportação pelo porto de Paranaguá.

A ocupação do Norte paranaense no interior da expansão cafeeira foi acompanhada por um nível de urbanização distinto do das demais regiões. O café incorporava novas terras à produção e fazia crescer o número de trabalhadores ocupados sob as relações de trabalho dominantes, ampliando o mercado consumidor para produtos manufaturados. Uma vez que o mercado nacional não estava completamente unificado e que a sua expansão evitava o acirramento da concorrência inter-regional, surgiram pequenas

⁹⁰ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova... p. 35. Esses casos correspondem às áreas do chamado Paraná Tradicional e ao Sudoeste.

empresas industriais voltadas para o mercado consumidor local. A comercialização dos produtos agrícolas, dispersa em virtude das reduzidas e atomizadas escalas de produção agrícola e a relativa diferenciação interna dos produtos diferenciavam também o mercado de consumo:

A existência de um mercado consumidor diferenciado e de atividades de comercialização de produtos agrícolas com operações conexas criaram as bases da urbanização regional. O crescimento da população urbana reforçava a produção alimentar, assegurando o abastecimento das cidades nascentes.⁹¹

No Paranã Tradicional, ocorre situação distinta nas áreas de extrativismo vegetal e nas de pecuária extensiva. Nas primeiras, o caráter predatório e itinerante das atividades econômicas não permitiam que a população se ampliasse e fixasse. Os rendimentos eram baixos, inibindo um mercado de consumo, e a especialização decorrente impediu o surgimento de uma agricultura mercantil de alimentos e de centros de comercialização. As regiões de pecuária extensiva geraram um mercado estreito incorporando uma quantidade reduzida e dispersa de mão-de-obra. Surgem, entretanto, centros isolados concentrando atividades urbanas no interior de grandes regiões.

No Extremo-Oeste e Sudoeste, o baixo grau de mercantilização da produção não assegura uma renda monetária significativa nem uma grande diversificação do consumo. Dessa forma, não ocorre uma diferenciação dos serviços e dos bens providos pelos centros urbanos. As atividades urbanas de serviços e comercia-

⁹¹IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova... p.40.

lização não se expandem, deixando de gerar emprego e renda que reforçassem as tendências produtivas na agricultura e originassem um sistema urbano mais diversificado.

Dessa forma, no início dos anos setenta, dos 288 municípios existentes, 179 se concentravam nas 9 MRH do Norte do Estado, 52 na 12 MRH do Paraná Tradicional e 43 no Extremo-Oeste e Sudoeste. Os grandes centros e os centros médios se concentravam particularmente no Norte e no Extremo-Oeste, destacando-se apenas 2 grandes centros, além de um reduzido número de pequenos centros, nas regiões do Paraná Tradicional de pecuária extensiva. Esse quadro urbano será bastante alterado na década de setenta.

Como se observou, o crescimento da população urbana ocorreu paralelamente ao deslocamento da população para centros maiores, que responderam pela maior parte do aumento da população. O primeiro fator por trás da centralização urbana consiste na concentração de atividades no setor terciário do Estado.

Examinado a região Norte, onde é intensa a centralização urbana, observam-se inicialmente os antecedentes dessa centralização. A agricultura mercantil desenvolvida na região exigia a venda do produto para comerciantes urbanos, que iam desde o caminhoneiro e o pequeno comerciante, atuando como elo entre os pequenos produtores e o restante da economia, comprando sua produção e concedendo-lhe crédito e adiantamento em mercadorias, até o atacadista regional e o atacadista de distribuição final. Essas atividades dependiam de um conjunto de atividades complementares, nos diversos níveis de comercialização.

Num primeiro nível, essas atividades complementares consistem em transporte e ensacamento do produto, além de uma ar-

mazenagem eventual. O conjunto dessas atividades e sua pequena escala eram compatíveis com a área de atendimento, definindo uma escala também reduzida de cidades. A procura de gêneros que não faziam parte do consumo corrente era dirigida para os centros do segundo nível, com população e renda mais elevada, onde se concentravam os atacadistas regionais e as empresas atacadistas compradoras de café, com atividades ligadas à comercialização como armazenagem, ensacamento e seleção detalhada do produto. Ao mesmo tempo, o maior volume comercializado aumentava a necessidade de transportes, criando condições para a atividade de manutenção de veículos, comercialização e reposição de peças. O comércio de insumos agrícolas se desenvolvia nesse nível, e uma massa diferenciada de salários, gerada pela comercialização e serviços conexos, criava uma estrutura de consumo capaz de suportar uma especialização do comércio varejista. Este por sua vez garantia a expansão e diferenciação do comércio atacadista. Nesse nível de cidades desenvolvia-se um sistema de crédito acoplado às necessidades de capital de giro das empresas.

Configura-se dessa forma um conjunto hierarquizado de centros urbanos em função de sua especialização econômica:

A diferenciação dos centros urbanos conforme suas escalas de tamanhos, dados o tipo e a extensão de serviços que eram capazes de prover é resultado inexorável de sua especialização econômica. A integração entre os diferentes centros urbanos e sua inserção num sistema hierárquico são partes componentes e essenciais de uma divisão social do trabalho, estabelecida pelo sistema econômico segundo suas próprias leis.⁹²

⁹² IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Nova... p.50.

No Paraná Tradicional, ocupado com pecuária, a baixa densidade populacional e circunstancial comercialização de produtos agrícolas fizeram com que as atividades ligadas ao transporte desses produtos e às operações da compra e venda se limitassem a operações isoladas. Surgem, assim, centros urbanos canalizando a produção de uma área geográfica extensa.

As zonas de cultivo de subsistência também apresentavam operações comerciais pouco dinâmicas e a demanda por bens e serviços, dada a sua rarefação, exigia que os centros urbanos atendessem áreas extensas. A redução do número de centros e a não-diferenciação interna entre eles impedia a constituição de uma rede urbana integrada e hierarquizada nos moldes da região Norte.

A medida que a produção agrícola se moderniza, com ampliação da escala de produção, os esquemas tradicionais de comercialização se tornam inadequados:

(....) O volume da produção agrícola, acrescido pela introdução de insumos industriais e de equipamentos mecânicos, associa-se a formas mais avançadas de comercialização, desenvolvidas somente com um grau elevado de concentração do capital e com níveis operacionais também ampliados. Na medida em que a velocidade de rotação depende da rapidez do consumo, seja produtivo ou individual, o mercado deverá ser ampliado. As cadeias de comercialização tendem a se estreitar pela eliminação de sucessivos elos, tendem ao desaparecimento gradativo dos diversos agentes envolvidos na comercialização, principalmente os caminhoneiros e pequenos comerciantes locais.⁹³

⁹³ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova... p.61.

A indústria estreita suas relações com a produção agrícola diretamente ou via incorporação da maior parte do fluxo de comercialização pelos grandes atacadistas e distribuidores finais. Dessa forma, as bases de sustentação econômica dos municípios menores são minadas, transformando a hierarquia entre os centros urbanos, de forma a expressar a adequação do território às modificações na estrutura produtiva. Em 1980, soja, café e trigo, representando 57% da produção agrícola, estavam à margem do sistema tradicional de comercialização.

A comercialização centralizada da atividade agrícola e a concentração paralela das demais atividades terciárias nos municípios maiores, que permitem às unidades maiores operar com a máxima área beneficiada, são reforçadas pela expansão espacialmente concentrada da indústria. A modernização do parque industrial do Estado e a concentração da produção em empresas de grande porte codeterminam a centralização do emprego e das populações urbanas, gerando efeitos encadeados sobre a expansão centralizada da Construção Civil e Terciário.*

Os segmentos agroindustriais processadores de produtos agrícolas se localizam em um número restrito de centros industriais no interior do Estado, próximo às suas fontes de matérias-primas.

Por outro lado, a classe de indústrias fornecedoras de agropecuária, ao se localizar preferencialmente em Curitiba, e o peso relativo da produção de máquinas e equipamentos nessa classe reforçam o parque Metal-Mecânico que se implantou no Estado, fortemente con-

*Sobre a concentração regional da indústria, cf. item 2.1 desta dissertação.

centrado na Região Metropolitana de Curitiba.⁹⁴

Esses fatores explicam a expansão urbana centralizada da última década, introduzindo um estilo de vida típico de sociedades industriais, nas quais ganham relevo as formas de consumo coletivo. Evidentemente, isto impõe a necessidade de políticas sociais Públicas apoiando o crescimento urbano nas áreas de habitação, saneamento e outras. Uma vez que a expansão concentrada nos grandes centros corresponde a uma lógica intrínseca da evolução econômica, estas políticas se impõem em lugar de "diques de contenção" dos processos migratórios para os grandes centros.

Procurou-se indicar neste item como as transformações econômicas da última década fizeram nascer uma sociedade diferenciada e complexa, predominantemente urbana, na qual o trabalho assalariado domina nas cidades e ganha crescente importância no campo. Trata-se ainda de uma sociedade na qual as atividades agrícolas, industriais e terciárias tendem a se concentrar espacialmente à medida que grandes empresas e, no campo, médios e grandes estabelecimentos, tornam-se dominantes.

Observou-se também que a rápida expansão da renda interna do Paraná beneficiou de forma bastante desigual os vários segmentos populacionais, como mostram a intensidade da migração, os baixos níveis de salário na cidade e no campo e a extensão do subemprego. A política social do Estado foi insuficiente para enfrentar as questões derivadas da migração e do acelerado crescimento urbano. Contudo, as demandas sociais não

⁹⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova... p.137.

se mostram de forma mais evidente, a medida que as questões percebidas pelas populações migrantes apresentam-se nos seus locais de destino, freqüentemente outros estados.

2.4 GASTO PÚBLICO

Do ponto de vista das finanças estaduais, a década de setenta pode ser dividida em dois períodos, refletindo a performance da renda interna:

(.....) Até 1975, a renda total mais do que dobra em relação a 1970 e as taxas setoriais também cresciam rapidamente. Entretanto, a partir de 1976 verificaram-se menores taxas de crescimento da renda total, com o ano de 1978 apresentando uma taxa negativa. "Neste segundo período, frustrações de safras agrícolas provocam não somente diminuição expressiva na renda agrícola com também vão refletir na renda total, não só diretamente mas também através da estreita dependência do setor Serviços em relação à agricultura".⁹⁵

A arrecadação do ICM acompanha as oscilações da renda total e da renda agrícola, crescendo até 1976 e sofrendo queda em 1977 e 1979. Ao mesmo tempo, a relação entre as receitas do ICM e a renda total decresce em toda a década, em razão de incentivos fiscais e isenções. Esta é uma face do esvaziamento econômico dos estados, uma vez que com a renda crescem as demandas por serviços públicos e, se a arrecadação tributária não se eleva na mesma proporção, os governos estaduais são obrigados a cortar suas despesas ou aumentar o endividamento.

O esvaziamento, como se sabe, é produto da reforma tri-

⁹⁵ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.57.

butária de 1966, que determinou perda de capacidade de legislar sobre tributos dos estados e municípios e concentração de recursos a nível da União. Os estados foram atingidos ainda por diversas formas de incentivos do ICM, cujas alíquotas se reduziram. As transferências financeiras da União para os estados visaram compensar as perdas de receita destes últimos, embora restringindo sua autonomia econômica, dada a vinculação a despesas de capital em funções específicas dos recursos transferidos. Esse mecanismo, entretanto, não impediu a perda de participação dos estados no total dos recursos tributários. Em consequência, os déficits fiscais dos estados são crescentemente financiados por operações de crédito.⁹⁶

O dinamismo da economia paranaense nos anos setenta impediu que esse esvaziamento fosse tão intenso no Paraná quanto nos demais estados, e entre 1970 e 1980 o governo acumula saldo positivo entre receitas e despesas. A dependência em relação a operações de crédito e transferências federais mostra-se também inferior à de outros estados. Esse quadro sofre alteração a partir de 1976, à medida que cai ou cresce lentamente a arrecadação do ICM. Ainda no final da década, todavia, o Paraná apresentava baixos índices de endividamento, da mesma forma que as transferências federais se mantinham, como proporção da receita própria, abaixo da média dos estados brasileiros:

Conclui-se, portanto, que o Paraná é um dos estados que menos depende de transferências federais e de operações de crédito para a realização de seus

⁹⁶ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.52,55, em que se baseia parcialmente este item de trabalho; ver também: FUNDAÇÃO IPARDES. Aspectos...

gastos. Entretanto, frisa-se que tal situação é mantida com sacrifícios, pois se seus investimentos se mantêm altos, são decrescentes as despesas com custeio, mostrando então a necessidade de mudanças na política mantida até agora. Ou seja, para quem não se penalize o custeio, impõe-se ou um maior endividamento, ou maiores transferências federais ou mesmo, a longo prazo, que se lute politicamente contra o esvaziamento financeiro dos estados.⁹⁷

A análise do gasto público indica como a contenção de certas despesas foi importante para que o Estado apresentasse situação financeira equilibrada. Nessa análise também se deve distinguir dois períodos. Entre 1970 e 1975, há um rápido incremento das despesas, seguido de forte desaceleração nos anos seguintes. Os gastos de custeio são fortemente contidos entre 1975 e 1979, em relação ao período anterior, refletindo a redução dos gastos com pessoal, ao mesmo tempo em que se mantêm elevados os gastos de investimento. Assim, a desaceleração nas receitas na segunda metade da década é enfrentada com corte no custeio, especialmente com pessoal, via baixos níveis de reajustes salariais e de contratação. Sem dúvida, essa opção explica o baixo dinamismo da PEA do setor público paranaense e os níveis de salários nela encontrados.

Examinando os gastos por funções, observa-se que entre 1970 e 1975 as funções de apoio crescem 119%, as funções econômicas 117% e as sociais, apenas 62%.* Em 1975, as funções eco-

*As funções econômicas são: Agricultura, Recursos Naturais, Comunicações, Transporte, Indústria e Comércio e Serviços, Energia e Recursos Minerais e Desenvolvimento Regional; as de apoio: Governo e Administração Geral, Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano; as sociais são: Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência.

⁹⁷ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.54.

nômicas detêm 43% dos gastos totais, contra 35% das funções sociais e 22% das de apoio. Esses percentuais haviam sido, respectivamente, 38%, 42% e 20% em 1970. Ainda em 1975, 80% dos investimentos eram realizados nas funções econômicas; entre 1975 e 1979, os gastos nas funções econômicas caem 17%, elevando-se os efetuados nas funções sociais em 18%. A participação de cada função nas despesas atingia, em 1979, 32% nas funções econômicas, 38% nas sociais e 30% nas de apoio.

Nos últimos cinco anos da década, portanto, ao lado de uma desaceleração geral dos gastos, há uma compressão nos investimentos que explica a perda de importância relativa dos gastos econômicos. Os gastos sociais, todavia, crescem ainda mais lentamente que no período anterior.

Entre 1970 e 1979, os gastos nas funções de caráter econômico se expandem 150% contra 157% de crescimento da renda interna. As funções de apoio crescem também 150% e as sociais, 144%. A lenta expansão destas últimas indica que o esforço na promoção da infra-estrutura econômica pelo governo estadual foi compensado pela preocupação em não pressionar os gastos com custeio e o endividamento.

Embora a reforma tributária de 1966 tenha prejudicado tanto o Paraná como os demais estados, sua situação financeira mais equilibrada teria permitido uma política de gastos menos prejudicial às funções de caráter social, especialmente via endividamento. Ou seja,

Não resta dúvida que o Paraná saiu prejudicado financeiramente com a reforma, comparativamente à União. No entanto, não procurou romper com as limitações impostas pela capacidade de tributar como a maioria dos Estados

brasileiros, inclusive com situação financeira mais precária, que recorreram mais intensamente a operações de crédito para atendimento das necessidades crescentes de gasto. Isto é, o efeito limitativo da reforma tributária para o Paraná não aparece em termos de receita e despesa, pois que procurou manter seus gastos no limite de sua capacidade de financiá-los, mas sim em termos de capacidade de atendimento às necessidades públicas, principalmente no atendimento às necessidades sociais. Esse descompasso só não foi mais acentuado porque na década de 1970 o Paraná tornou-se menos atrativo em termos de migrações internas.⁹⁸

Na realidade, a emigração fez com que essas necessidades se manifestassem nos locais de destino dos migrantes. A política social do governo manteve-se em áreas tradicionais como saúde e educação, deixando de enfrentar as questões mais diretamente colocadas pelo processo migratório resultante do êxodo rural, como a falta de oportunidades, para os migrantes, nas zonas urbanas. Nas áreas tradicionalmente cobertas pelos gastos sociais, verificam-se situações relativamente heterogêneas.

Assim, o Estado parece contar com um sistema educacional razoavelmente adequado, uma vez que em 1979 apenas 9,87% da população escolar não tinha acesso à escola, enquanto parcela crescente da população passava a contar com o ensino de 2º grau. Da mesma forma, o atendimento médico-hospitalar, no aspecto quantitativo, parece aceitável, estando o número de leitos, médicos e dentistas próximo ao recomendado pela Organização Pa-

⁹⁸ PARANÁ. Secretaria de Estado das Finanças. Autonomia política e dependência financeira: uma análise das relações intragovernamentais. Curitiba, 1982.

americana de Saúde.⁹⁹

O número de paranaenses sem acesso a serviços de saneamento básico era, todavia, elevado, pois 71% da população não era atendida por esgotos em 1979. Nas áreas de educação e saúde, melhor cobertas, impõem-se ainda programas menos convencionais de gastos, de forma a melhorar as condições de ensino e saúde, como programas de alimentação e de saúde preventiva.

Enfatizou-se que as necessidades sociais são não se revelaram mais agudas em virtude da migração. À medida que o processo migratório tem continuidade, as questões sociais no Estado tendem a ganhar relevo sendo agravadas pela crise, que coloca novos problemas, amplia antigos e reduz a atração de centros que, na década passada, polarizaram aquele processo. Dessa forma, a abertura dos anos oitenta indica claramente a necessidade de revisão na política de gastos do governo estadual, privilegiando os gastos na área social e os níveis de salários e emprego no serviço público estadual.

⁹⁹ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.55,68.

III CONCLUSÃO

Observe-se inicialmente como o IPARDES percebe as perspectivas de longo prazo da economia paranaense para, em seguida, examinar as perspectivas de curto prazo, tal como se apresentavam no início dos anos oitenta. Estas serão contrapostas ao que se conhece sobre a economia e sociedade paranaenses na primeira metade da atual década.

A análise da economia brasileira sob a ótica dos complexos é recente, e o IPARDES vem desenvolvendo estudo procurando utilizar essa ótica de modo a romper a separação entre setores, problemática no caso de uma economia agroindustrial. Esse estudo, todavia, encontra-se em fase inicial, e as observações a seguir continuarão a utilizar termos como indústria e agricultura. Não se esqueça, entretanto, que a expansão da economia paranaense tem seu motor no complexo agroindustrial, expansão conflitiva comandada pela indústria.

Numa perspectiva de longo prazo, a forma de superação da crise e o futuro padrão de crescimento da economia nacional podem afetar de forma distinta a indústria do Paraná. Um padrão de crescimento mais democrático, assentado em aumentos de salário real, beneficiará essa indústria, pois os aumentos na renda implicarão crescimento mais que proporcional da massa de salários.

Um novo período expansivo da economia nacional permitiria ao Estado retomar o acelerado crescimento industrial dos

anos setenta, uma vez que suas possibilidades na atração de novos investimentos são bastante favoráveis. Diversas pesquisas¹⁰⁰ indicam forte tendência de as empresas industriais abandonarem a Grande São Paulo quando necessitarem se expandir, pressionados pelas limitações das instalações físicas na localização original e, em menor medida, pelo controle sobre a qualidade do meio ambiente. Esses fatores devem acentuar sua importância no futuro, acelerando o movimento de desconcentração industrial em favor de áreas próximas à Grande São Paulo.

As condições de acesso consistem o principal fator a quebrar a resistência à localização fora desse centro, aparecendo em segundo plano a oferta de mão-de-obra e a proximidade de compradores e fornecedores. Nessas condições,

(....) o interior mais distante apresenta-se como opção de localização para um razoável número de grupos de indústrias, destacando-se aquelas menos sofisticadas e mais dependentes da proximidade das fontes de matérias-primas. O Sul de Minas concorre algo timidamente com o interior mais distante de São Paulo, enquanto a Grande Belo Horizonte aparece como forte concorrente somente na área de sua tradicional especialização, a metalúrgica.¹⁰¹

As indústrias que, recentemente, migraram para o interior de São Paulo, privilegiaram em sua decisão as facilidades de acesso; o Paraná parece concorrer com essa região na atração de capitais paulistas. A incipiência do parque fornece-

¹⁰⁰ FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento... VI.

¹⁰¹ FUNDAÇÃO IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento... p.55.

dor de matérias-primas, materiais e componentes industriais desqualifica o Estado na atração de indústrias dependentes da proximidade de fornecedores desses produtos.

Examinando os determinantes da escolha do Paraná como opção de localização por empresas que migraram nos anos setenta para o Estado, fica claro que as vantagens apresentadas pelo interior paulista podem ser compensadas pelo apoio governamental oferecido pelo Paraná. A distância em relação ao mercado coloca limitações à concorrência de Minas por investimentos industriais, o mesmo ocorrendo, com maior intensidade, no caso do Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro não dispõe até o momento de uma política de incentivo à indústria que o habilite a aproveitar suas condições locais. O apoio governamental, político e financeiro, surge assim como elemento indispensável à complementação das vantagens representadas pela situação geográfica do Estado. Observe-se que a instalação de empresas paulistas e estrangeiras no Paraná se verifica principalmente até 1978, quando o Estado possui forte poder de influência na órbita federal ressaltando a importância do apoio político.

As perspectivas mais promissoras para a indústria paranaense se localizam em seu segmento agroindustrial. Como se observou, o limitado grau de integração do aparelho produtivo estadual e seu elevado coeficiente de importações têm levado à sugestão de que um programa de crescimento industrial para o Estado deveria se basear na substituição de importações estaduais, aproximando-o da estrutura da indústria nacional. Entretanto, diversas dificuldades se colocam à essa linha de política:

(....) A forte presença da produção de bens intermediários e de capital

na estrutura da indústria brasileira, a reduzida dimensão relativa do mercado local paranaense e a inexistência de barreiras alfandegárias estaduais tornam esse caminho extremamente difícil de percorrer.¹⁰²

Na realidade, mesmo a integração do pequeno parque metal-mecânico tem-se revelado excessivamente difícil, dado o tamanho do mercado paranaense, levando a que as empresas fornecedoras se constituam de pequenas empresas nascidas em fundo de quintal, sem escalas de produção adequadas, produção especializada e maquinário ou recursos administrativos apropriados.¹⁰³ Assim, as perspectivas mais promissoras da indústria paranaense se referem aos setores nos quais o Estado já demonstrou grau razoável de competitividade e nos quais são mais amplas as possibilidades de complementação industrial e de geração de vantagens comparativas dinâmicas.

Esse setor é, precisamente, o agroindustrial, uma vez que a maior parte do emprego e do valor adicionado da indústria está acoplada à agropecuária, processando seus produtos ou fornecendo insumos e equipamentos industriais. O setor se expandiu rapidamente e se integrou, nos anos setenta, participando com 57% do valor das vendas da indústria do Estado em 1979.¹⁰⁴

Suas possibilidades de expansão são amplas, uma vez que

(....) no Brasil em 1969, 65,1% da produção rural chegava aos portos de exportação ou ao consumidor final sem qualquer processamento industrial. Ora,

¹⁰² UMA POLÍTICA Industrial para o Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 4 (12), dez. 1982/jan. 1983.

¹⁰³ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Limites... vol. I.

¹⁰⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Nova... p.101.

esta percentagem atingia apenas 12,2% nos Estados Unidos em 1967 e 26,2% na França em 1970.¹⁰⁵

Assim, a tendência à transformação industrial de parte crescente da produção agrícola avançou ainda relativamente pouco no Brasil, indicando o caminho que pode ser percorrido no futuro. Apesar da consolidação no Brasil de um parque industrial avançado em termos de nível de produção, diversificação e relacionamento inter e intra-setorial, o segmento agroindustrial se encontra relativamente pouco desenvolvido, especialmente no que se refere à indústria agroalimentar.

Apesar da considerável diversificação do parque industrial paranaense, a produção de alimentos continua a ser um importante segmento de sua indústria. Considerando-se os grupos de produtos destinados ao consumo humano direto e de maior difusão no mercado interno, a indústria alimentar respondia ainda por um quarto da indústria paranaense em 1979.¹⁰⁶ O percentual se eleva com a inclusão de produtos indiretamente relacionados ao consumo humano, como rações, e aqueles com significativa penetração no mercado externo, como óleo bruto e café solúvel, produtos que apresentaram forte expansão nos últimos anos.

Para detalhar um pouco as perspectivas da indústria agroalimentar, é necessário examinar algumas de suas características. Dentre estas, destaca-se sua forte concentração. Com ex-

¹⁰⁵ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.20.

¹⁰⁶ COOPERATIVAS, Indústria Agroalimentar e o Plano do Governo do Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, [?], jul. ago. 1983.

ceção da indústria de beneficiamento de café, cereais e produtos afins, todos os demais componentes da indústria agroalimentar apresentam índices elevados de concentração da produção, superiores aos de outros segmentos da indústria, considerados normalmente como mais concentrados. Assim, a participação percentual dos quatro maiores estabelecimentos industriais sobre o valor das vendas atingia em 1978, 76,3% em moagem de trigo, 71,2% em fabricação de produtos de mandioca, 89% em resfriamento de leite, 84,9% em preparação de leite, 95,7% no fabrico de açúcar, 85,3% em refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais e 99,8% em fabricação de café solúvel, entre outros exemplos.¹⁰⁷

Em alguns segmentos, a concentração técnica parece estar fortemente associada à concentração econômica, isto é, não apenas um reduzido número de estabelecimentos domina o grosso da produção, como um reduzido número de empresas controla esses estabelecimentos. Assim, os quatro maiores estabelecimentos classificados como refinadores de óleos vegetais são controlados por duas empresas multinacionais. Na produção de rações, outra empresa multinacional controla dois dos quatro maiores estabelecimentos do setor.

Essa constatação revela, talvez, uma estratégia de estabelecimento de multiplantas, trazendo importante alteração no tipo de competição existente na indústria agroalimentar. O setor parece ainda ser bastante heterogêneo tecnologicamente, como indica o hiato entre o valor das vendas entre os maiores estabelecimentos no mesmo grupo, o que também aponta para modi-

¹⁰⁷ COOPERATIVAS... p.4.

ficações no padrão de concorrência do segmento, na última década.

Na maioria dos grupos que compõem a indústria agroalimentar, uma proporção significativa das vendas é oriunda de estabelecimentos fundados nos anos setenta, grande parte dos quais estrangeiros:

(....) A correlação entre ano de fundação e tamanho não surpreende (....) A progressiva integração do Paraná ao mercado nacional de produtos industriais implicou uma crescente concorrência entre empresas a nível inter-regional. Assim, a indústria que surgiu na década passada tinha que se estabelecer segundo os padrões técnicos e econômicos vigentes nos pólos mais desenvolvidos, condição fundamental para sua sobrevivência. "Essa circunstância explica também a recente abertura do espaço econômico paranaense à aplicação de capitais externos".¹⁰⁸

Ou seja, a medida que praticamente inexistia significativa acumulação prévia em grande parte dos setores industriais do Paraná, a exigência de grandes volumes de recursos para alcançar um padrão técnico-econômico adequado determina a perda de posição do capital local face ao estrangeiro ou de outros estados.

A estrutura de mercado de importantes segmentos da indústria agroalimentar aproxima-se do oligopólio competitivo, no qual as maiores empresas, ainda que não detendo parcelas amplas do mercado, exercem liderança sobre o comportamento das demais. A diferenciação de produtos não joga papel importante na concorrência. A esfera decisiva da concorrência se define no âmbito da comercialização. A eficiente inserção da empresa

¹⁰⁸ COOPERATIVAS... p.5.

na comercialização das matérias-primas e dos produtos finais é elemento fundamental para a afirmação da liderança ou mesmo a permanência no mercado de uma empresa.

Essas características do setor agroalimentar indicam que suas perspectivas, como as da indústria em geral, estão ligadas ao comportamento da grande empresa, não tendo sentido econômico o apoio às pequenas firmas do setor como elemento estratégico de uma política para o seu desenvolvimento. As mesmas características destacam ainda as cooperativas como um segmento empresarial com grande potencial de expansão na agroindústria, surgindo como um dos raros grupos industriais de origem local a investir significativamente no setor nos anos setenta, a partir de sua sólida participação na comercialização de produtos agrícolas.*

Evidentemente, as possibilidades do setor agroindustrial subordinam-se à forma que vier a assumir a política econômica nacional. A definição de uma política de abastecimento alimentar interno tende a favorecer o setor a curto prazo. A longo prazo, o setor se subordina ao prosseguimento da industrialização, produzindo e difundindo tecnologia capaz de lhe garantir vantagens comparativas dinâmicas. A política industrial do governo estadual tem, ainda, um papel não-desprezível a jogar na evolução da indústria do Paraná, destacando-se um conjunto de ações dirigido à indústria de beneficiamento e elaboração de matérias-primas agrícolas (principalmente o processamento de alimentos), ao complexo madeira e as indústrias de

*A cooperativa mais dinâmica nesse sentido foi a COCANAR, estudada em IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Perspectiva...

máquinas, equipamentos e insumos destinados à agricultura e à agroindústria. As cooperativas deveriam constituir elemento central dessa política, dado o seu potencial de crescimento.

Por seu turno, o potencial da agropecuária paranaense é promissor. Apesar do esgotamento da fronteira agrícola, a área apta para atividade agrícola, e que não está sendo utilizada, é significativa. Em 1975, apenas 28% do território era utilizado com culturas permanentes e temporárias, das quais grande parte através de agricultura não-mecanizada. Executando-se as áreas dedicadas ao equilíbrio ambiental e aquelas ocupadas com cidades, rodovias, barragens, etc., existem no Estado 6,6 milhões de ha aptos à agricultura mecanizada não utilizados, contra 5,6 milhões de ha ocupados em 1975.

O setor poderia, ainda, crescer via substituição de áreas hoje ocupadas por pastagens (especialmente nas propriedades maiores, onde se encontra a maior parte das áreas passíveis de ocupação agrícola), por cultivos que geram maior valor adicionado por área utilizada. Por outro lado, os índices de produtividade da agricultura paranaense são ainda baixos em comparação com aqueles de economias avançadas. Na realidade, a agricultura paranaense, apesar do processo de modernização nos anos setenta, ainda se encontra relativamente atrasada frente à agricultura dos países desenvolvidos e mesmo de alguns do chamado Terceiro Mundo. Isto se observa, por exemplo, na comparação entre a renda gerada por trabalhador em diversos países e no Paraná:

No Paraná, em 1980, cada componente da população Economicamente ativa -PEA- rural era responsável pela geração média de aproximadamente 2 mil dólares.

rendimento maior que o brasileiro, situado na casa dos 1,8 mil dólares. Entretanto, a comparação com outros países do mundo situa o Paraná em níveis de rentabilidade bem pouco invejáveis, sendo inferior ao mexicano (US\$ 2,3 mil/membro da PEA agrícola) e incomparavelmente distante da rentabilidade do trabalho dos países desenvolvidos (EUA: US\$ 35 mil por membro da PEA agrícola, França: US\$ 13 mil, Itália US\$ 10 mil, por exemplo).¹⁰⁹

Comparando o desempenho agrícola paranaense ao da Itália verificou-se neste país, em 1970, área cultivada praticamente idêntica e volume de produção 2,65 vezes maior que o do Paraná. Em 1980, a produção italiana continuava muito superior à paranaense. Enquanto a Itália utilizava 1 milhão de tratores para lavrar 5,3 milhões de hectares, o Paraná utilizava 79 mil tratores para lavrar 7,6 milhões de hectares, em 1980. Assim, há uma distância enorme a ser percorrida pelo Estado na senda da modernização agrícola.

À medida que a economia nacional retome seus crescimentos e se acelere a tecnificação da agricultura, fenômenos como a concentração fundiária, as migrações e o progressivo assalariamento no campo devem se intensificar. Se economias mais desenvolvidas podem servir como espelho do futuro da economia paranaense, a alta proporção da PEA agrícola no conjunto dos trabalhadores indica que a modernização avançou ainda relativamente pouco no Paraná. Entretanto, a alta percentagem da renda interna gerada pela agricultura indica que este setor deverá perder importância frente à indústria, como tendência.

¹⁰⁹ ALGUMAS comparações entre a agricultura paranaense e a agricultura de outros países. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (8), set. 1983.

o mercado de trabalho urbano.

Com relação às transformações no campo, provavelmente a agricultura deve amortecer seu ritmo de tecnificação na atual década, devido à crise econômica nos seus primeiros anos e à política agrícola de submeter o setor às chamadas forças do mercado. Assim, pode-se esperar que o êxodo rural e o assalariamento prossigam, mas a um ritmo mais lento. Esta tendência, entretanto, ainda é incerta, uma vez que a crise age no sentido de estender as áreas ocupadas com pastagens e de inviabilizar propriedades modernas com elevado grau de endividamento. Ou seja, uma modernização mais lenta talvez não se traduza em redução apreciável do êxodo rural.

À medida que a modernização tenha continuidade, pequenos proprietários e produtores com acesso precário à terra continuarão a ser atingidos, ainda que a queda no preço da terra, trazida pela crise, diminua a pressão sobre os pequenos produtores. Em resumo, nesta década

(....) a dinâmica populacional do campo está sujeita à continuidade da substituição, no conjunto de população ocupada, da força de trabalho familiar por um número de trabalhadores relativamente menor: persiste no campo a diminuição da população ocupada. Esse processo parece estar caracterizando o campo cada vez mais como um lugar de trabalho e não de moradia; desse modo, o campo não apresenta a perspectiva de absorver o crescimento vegetativo.¹¹¹

Ao mesmo tempo, deve se acentuar a recente tendência à urbanização do Estado, à medida que persista o movimento de

¹¹¹ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VICIJA. As migrações... p.55.

adequação do território às transformações na estrutura produtiva da economia paranaense, no sentido de uma progressiva concentração espacial de atividades. A perspectiva é de que cresça a proporção da população urbana, bem como o grau de concentração desta nos centros maiores, destacando-se os grandes pólos regionais, e a Região Metropolitana de Curitiba.

A partir desse quadro, o IPARDES elaborou estimativas populacionais para a década:¹¹²

(....) Caso essas estimativas se mostrem verdadeiras nos próximos anos, a população paranaense atingirá 9,05 milhões de pessoas em 1990, após crescimento anual de 1,7%. Embora superior à taxa de crescimento dos anos 70 (0,97%), esse percentual deverá continuar inferior à taxa de crescimento da população nacional (2,2%, segundo o Centro de Desenvolvimento de Planejamento Regional - CEDEPLAR - UFMG). Dessa forma, a população do Paraná deverá reduzir ainda mais sua participação na do Brasil, alcançando 6,1% em 1990, contra 6,4% em 1980 e 7,4% em 1970.¹¹³

Em 1990, 69% da população paranaense deverá residir em cidades, contra 58,6% em 1980. Da população urbana, 66,4% se concentrará nas MRH de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Extremo-Oeste. Estas microrregiões, à exceção do Extremo-Oeste, deverão apresentar as maiores taxas de urbanização do Estado, acima de 83%. A concentração urbana, de acordo com as expectativas, reforçará a concentração regional de população. As microrregiões citadas deverão abrigar 54,4% da população es-

¹¹² ANÁLISE CONJUNTURAL, Curitiba, IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, v.5, n.1-12, jan./dez. 1983.

¹¹³ POPULAÇÃO paranaense em 1990. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (5).

tadual no fim da década. Cerca de 25% da população paranaense deverá residir em Curitiba, para apenas 10% em 1970 e 20% em 1980. As microrregiões Extremo-Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense, Umuarama, Campo Mourão, Apucarana e Londrina concentrarão 52% da população rural, distinguindo-se com as maiores taxas de ruralização, acima de 80%, Alto Ribeira, Alto Rio Negro Paranaense, Alto Ivaí e Pitanga.

Em confronto com o esvaziamento do campo e a concentração urbana, o mercado de trabalho no Paraná apresenta-se ainda mais desfavorável aos trabalhadores nos anos oitenta que na década anterior. O IPARDES¹¹⁴ elaborou estimativa do comportamento futuro da demanda de trabalho no Estado, indicando a insuficiência do mercado para evitar uma acentuada elevação da taxa de desemprego no Estado.

A elasticidade produto/emprego no Paraná atingiu apenas 0,25% nos anos setenta, contra 0,4% no Brasil, dada a baixíssima elasticidade produto/emprego na agricultura (-0,26%, contra 0,69% e 0,76%, respectivamente, no Secundário e Terciário; os dois últimos dados são semelhantes aos do Brasil). Como o emprego agrícola respondia por 6,32% do emprego estadual em 1970, entendeu-se a razão do comportamento do mercado de trabalho no Paraná nesse período.

Supondo que as elasticidades produto/emprego permaneçam inalteradas em cada setor, bem como o comportamento do crescimento do produto setorial, segundo as várias taxas de crescimento do produto total, obtêm-se taxas de crescimento do emprego

¹¹⁴ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Estudos para uma política de emprego... p.55, 107.

que, ponderadas pela participação de cada setor no emprego em 1980, resultam na estimativa do futuro comportamento do coeficiente de elasticidade produto/emprego total, em torno de 0,5%:

Como se nota, o coeficiente produto/emprego dobra em relação ao da década de 70, saltando de 0,25% para 0,5%. Tal resultado não é surpreendente exatamente pelas considerações que fizemos anteriormente, ou seja, a decrescente importância do emprego agrícola no emprego total e o conseqüente acréscimo de importância relativa que ganham o Secundário e o Terciário, setores dinâmicos do ponto de vista do emprego.¹¹⁵

Estabelecendo-se hipóteses sobre o crescimento do produto global, levando-se em conta o coeficiente de 0,5%, pode-se estimar o volume de emprego criado segundo as várias taxas de crescimento do produto. Confrontando com a taxa de crescimento da PEA, obtêm-se os possíveis saldos de emprego por percentual de crescimento do produto. Um crescimento de apenas 4% ao ano garantiria a adequada absorção de mão-de-obra no Estado. Entretanto, esse percentual exigiria crescimento de 6,7% no Secundário e 4,7% no Terciário.

(....) Ora, nos dois últimos anos seguramente não houve tal crescimento nos Serviços e na Indústria, o que significa que os novos ingressantes no mercado de trabalho não encontraram emprego. E aqui, portanto, deve-se considerar o outro fator que foi apontado (....): a crise pela qual passa a economia brasileira. Em outros termos, o comportamento inadequado do mercado de trabalho nos anos 70 foi determinado não por insuficiência do crescimen-

¹¹⁵ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Estudos para uma política do emprego... p.113.

tu econômico mas sim pela violenta expulsão do campo. Já nos anos 80, o fator negativo será menos o volume de expulsos do campo e mais a insuficiência do crescimento econômico, resultante da crise.¹¹⁶

Assim, impõe-se a adoção de políticas de emprego no Estado, dada a insuficiência do ritmo de crescimento do emprego e a grande extensão do subemprego.

A crise, portanto, veio agravar questões sociais que o dinamismo econômico é incapaz por si só de excogitar. Numa perspectiva de longo prazo, permanece a necessidade de políticas adequadas na área social:

Se as perspectivas do Paraná, de um ponto de vista econômico, são promissoras, o mesmo não se pode afirmar quanto à questão social. Na medida em que a modernização da agricultura tende a estender-se por todo o Estado, é de esperar que o êxodo rural prossiga. Como já se salientou, esta é a questão social central do Estado e, na ausência de políticas de emprego nacional e estadual, a população da agricultura continuará sem perspectivas, marginalizando-se nos grandes centros. É claro também que, se a crise econômica provocar desemprego, os assalariados do Estado, tanto do campo, como da cidade, sofrerão duramente.¹¹⁷

Observem-se agora quais eram as expectativas de curto prazo sobre a economia paranaense no início dos anos oitenta. Essas expectativas eram balizadas pela recessão iniciada em 1981, envolvendo por isso, como se reconhecia, elevado grau de risco.

¹¹⁶ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Estudos para uma política de emprego... p.113.

¹¹⁷ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.21.

Esperava-se que a crise não atingisse a economia paranaense tão intensamente quanto a economia nacional, dada a conformação de seu aparelho produtivo:

Na medida em que avança a crise, a massa de lucro tende a cair mais que a massa de salários. Nestas condições, é evidente que os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo durável são mais atingidos que aqueles produtores de bens de consumo. Portanto, é claro que a agricultura e a agroindústria do Paraná serão menos afetadas já que basicamente produzem bens de consumo que ademais, como os alimentos, têm seu consumo pouco reduzido em crises, pois representam despesas geralmente incompressíveis".¹¹⁸

Cedo se percebeu, contudo, que o vigor da crise, associado à ampliação do desemprego e às sucessivas alterações na política salarial ocasionavam forte retração na capacidade utilizada da indústria do Estado. Os dados disponíveis, nem sempre de boa qualidade, indicavam que, em 1983, a recessão atingiria de forma encadeada o conjunto da indústria paranaense:

Salvo a indústria de alimentos, que conseguiu manter uma certa estabilidade, todos os gêneros foram afetados. Assim, por exemplo, as dificuldades de financiamento da construção civil reduziram acentuadamente o nível de atividade da indústria da construção (...). Esta arrasta atrás de si a indústria de madeira e a indústria de minerais não-metálicos (particularmente cimento e materiais para construção, cujo nível de utilização da capacidade caiu sensivelmente nos primeiros meses de 1983. Igual performance é observada na indústria de equipamentos para a agricultura e na produção

¹¹⁸ IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia... p.21.

de fertilizantes, dadas as restrições e os custos do crédito agrícola (.....).¹¹⁹

Reconhecia-se que a integração da indústria paranaense à indústria nacional, expressa, por exemplo, no fato de 40% de suas vendas serem dirigidas a outros estados, uniu o seu destino ao da economia do País. Dessa forma, a continuidade de políticas recessivas tendia a invadir cada vez mais a indústria local.

No que se refere à agricultura, faziam-se as seguintes observações: as perspectivas de curto e mesmo médio prazo para a agricultura paranaense não são brilhantes, em virtude da crise econômica nacional e das características da política agrícola, especialmente após 1982. A agricultura desde essa época é insistentemente apontada por técnicos do Fundo Monetário Internacional - FMI -, e autoridades econômicas brasileiras como um dos segmentos mais beneficiados pela política de subsídios, contribuindo para a elevação do déficit público, descontrole monetário e inflação. Os subsídios deveriam, portanto, ser eliminados, passando a agricultura a mover-se de acordo com as forças do mercado. A política de preços mínimos, entretanto, continuaria a estimular o plantio, impedindo que a redução dos subsídios, se chocasse, por exemplo, com a busca de receitas crescentes de exportação.

A política de preços agrícolas elevados possui, todavia, limites estreitos. No plano do mercado interno, o aumento do desemprego e a desindexação parcial dos salários fazem com que elevações nos preços aos agricultores se traduzam em queda na

¹¹⁹ INDICADORES da crise na indústria paranaense. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (4), abr./maio 1983.

procura e aumento de estoques. A situação poderia ser contornada através de subsídios à alimentação, mas tal política exigiria um volume de recursos muito maior que a manutenção dos subsídios ao crédito rural, uma vez que apenas parte dos produtores tem acesso ao crédito e uma política de subsídios à alimentação teria abrangência muito maior. Dessa forma, a única consequência da retirada dos subsídios parece ser a aceleração da inflação combinada com estagnação ou retração da demanda e, provavelmente, redução na rentabilidade dos agricultores.

No que se refere ao mercado internacional,

(....) tudo depende do comportamento das economias que concorrem com a brasileira no mercado do commodities agrícolas. Para a safra 83/84, acidentalidades produziram uma razoável elevação dos preços internacionais de certas mercadorias com peso na balança comercial brasileira. É pouco provável que tais acidentalidades voltem a ocorrer no futuro próximo, deixando também os agricultores que produzem bens de comercialização externa numa situação de acentuada incerteza em relação às possibilidades de comercialização da produção.¹²⁰

Observe-se ainda que a política de preços mínimos não pode enfrentar por muito tempo uma redução na procura, que implicaria compras vultosas do governo via AGF e acumulação de estoques. Por outro lado, se os preços não forem compensadores, restará a alternativa de comprimir custos com insumos, cujos reflexos serão sentidos a médio prazo. Outra alternativa seria a substituição de culturas, privilegiando as menos exigentes em

¹²⁰ POLÍTICA Agrícola em 83: a desarticulação organizada. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (1), jan. 1984.

capital. Pode-se prever a expansão das pastagens no Estado. Dificilmente os agricultores investirão na agricultura às taxas de juros do mercado financeiro, uma vez que a atividade agrícola é altamente suscetível a flutuações climáticas. Um reflexo dessa situação tem sido a queda no preço da terra no Paraná desde 1982.¹²¹

O exame das perspectivas a médio prazo da agricultura paranaense deveria, entretanto, ir além da discussão sobre a política agrícola, situando-se mais especificamente no terreno da crise econômica. O ponto de partida é a novidade da atual crise agrícola:

A crise, que poderá se tornar aguda no setor agrícola, é "nova", isto é, as formas de sua manifestação e os processos que pode desenrolar são diferentes dos ocorridos em crises que no passado atingiram o setor. As transformações ocorridas na agricultura brasileira e, de forma mais intensa, na paranaense, tornaram o setor mais integrado à dinâmica do conjunto da economia que é determinada, em última instância, pelo dinamismo do setor industrial. O processo de modernização da agricultura, principalmente a partir de 1967, com a crescente utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais, implica o desenvolvimento de uma intrincada rede de interarticulações entre os setores agrícola, financeiro e industrial, potencializada por esse último.¹²²

Nas unidades de produção agrícola mais modernizadas, este processo determinou uma especialização em número reduzido de

¹²¹ MUDANÇAS nos subsídios agrícolas. Análise Conjuntural, Curitiba, 5 (4), abr./maio 1983.

¹²² A AGRICULTURA e a crise. Análise Conjuntural, Curitiba, 4 (6), jun./jul. 1982.

cultivos e elevação do nível de endividamento para formação de capital fixo e para o capital de giro. Essas unidades encontram-se imersas em restrições oligopólicas nos mercados de compra de maquinário e insumos e inflexibilidades oligopsônicas nos mercados de venda, impostas pelas agroindústrias e concentração da comercialização. Esse quadro determina a exigência de as empresas agrícolas serem dinâmicas mesmo na crise, dada sua necessidade de manter uma renda líquida compatível com a reposição do capital fixo e com o nível de endividamento.

Na crise, essas unidades tecnificadas podem crescer ou se extinguir, sendo diminuta a possibilidade de estagnação ou declínio, que implicaria sua falência. Tais empresas conformam uma estrutura de produção não-oligopolizada, sem possibilidades de se defender da crise via controle de preços e redução das escalas de produção. Assim, para o conjunto das empresas modernas, a produção e o seu valor podem oscilar, mas cada uma, individualmente, deve manter um valor de produção capaz de gerar uma renda líquida adequada.

Essa situação poderia criar um processo de concentração fundiária, favorecido pela queda no preço da terra, em função de uma menor renda líquida por hectare e das falências que ocorram. Essas observações, que ainda hoje não foram testadas, sugerem que a opção por cultivos menos intensivos em insumos industriais ou por pastagens pode não existir para grande parte das firmas agrícolas, especialmente as mais modernas.

Evidentemente, a definição de políticas públicas dirigidas não apenas para o setor mas para o conjunto da economia poderia alterar esse quadro. Pensava-se aí na criação de instrumentos de política agrícola capazes de regionalizá-la, dis-

tinguindo entre regiões de ocupação consolidada e regiões de fronteira e as características das unidades de produção em cada região. Políticas na área social poderiam ainda distribuir alimentos extramercado, sustentando uma demanda mínima pela produção agrícola. Todavia, não era este, claramente, o sentido da política agrícola e das políticas na área social, no Brasil, após 1981, marcadas sobretudo pela diminuição da presença do Estado.

Parecia claro, portanto, que o ritmo de modernização agrícola deveria se reduzir com a crise. Os efeitos desta sobre a população ocupada no campo eram vistos como contraditórios. O conjunto de estabelecimentos com situação financeira mais estável tenderia a manter certo nível de modernização, com efeitos negativos sobre a utilização de trabalho. Os estabelecimentos em pior situação poderiam falir ou aumentar as áreas de pastagens, igualmente liberando trabalhadores. Todavia, a redução do preço da terra viria amenizar as pressões sobre o pequeno produtor, reduzindo o ritmo de sua expulsão. Aparentemente, a crise diminuiria a velocidade das transformações no campo, não assegurando a este, porém, a possibilidade de absorção do crescimento vegetativo da população rural.¹²³

Essas observações sobre o setor agrícola, como já se colocou, ainda não foram objeto de exame detido. Na verdade, sabe-se muito pouco sobre a dinâmica da economia estadual nos anos oitenta, em parte por descontinuidade na direção do IPARDES (órgão que centraliza esse tipo de estudo no Paraná), em parte porque, uma vez retomado no Instituto certo conjunto de preocupações, as pesquisas que estas originaram ainda não estão

¹²³ POPULAÇÃO paranaense em 1990. Análise Conjuntural, 5 (5).

concluídas. Todavia, algumas informações podem ser apresentadas, especialmente as referentes ao Produto Interno Bruto, cujo cálculo foi aperfeiçoado em 1985.*

Como se sabe, o Brasil experimentou uma recessão acentuada entre 1981 e 1983 e uma pequena recuperação no ano seguinte. A recessão foi generalizada, pois apenas a agricultura apresentou um saldo, pequeno, de crescimento positivo. No Paraná, a recessão foi um pouco menos acentuada, mas não ocorreu recuperação em 1984. A retração menos intensa deveu-se sobretudo ao comportamento da agricultura entre 1981 e 1983 e a não-recuperação, à má performance dessa mesma agricultura em 1984.

O desempenho da agricultura no período se mostrou bastante instável, graças às oscilações das culturas permanentes, que têm no café 95% de seu valor. O café, na verdade, apresenta oscilações muito fortes e carrega consigo o valor da produção agropecuária. Essas oscilações se ligam à forte geada de 1981, que rebate sobre a produção de 1982, pela estiagem prolongada e sua erradicação em 1984. Lembre-se que o café respondia por 12,4% do produto agrícola em 1984, no Paraná.

Os demais produtos agrícolas de exportação foram beneficiados pelas desvalorizações reais do cruzeiro e a política de incentivos, assim como por algum acidente com a produção de outros países e por uma demanda externa em expansão. A soja, entretanto, responsável por mais de 20% do PIB agropecuário, retraiu-se 23,7% entre 1981 e 1984. Os cultivos de mercado inter-

*Para as observações a seguir, cf. ALGUMAS observações sobre a evolução recente do Produto Interno Bruto Paranaense Análise Conjuntural, Curitiba, 7 (11).

no tiveram sua performance prejudicada pela demanda em declínio e pelas incertezas na rentabilidade, provocadas pelas oscilações da política de preços mínimos, que deveria compensar a retirada dos subsídios agrícolas, mas entrava em contradição com o controle inflacionário.

A indústria paranaense apresenta desempenho negativo acentuado, seja nos setores mais dinâmicos, como o da Metal-Mecânica, refletindo o ocorrido no Brasil, seja nos setores ligados à Construção Civil, em declínio com a desaceleração dos investimentos estatais, esfriamento do mercado habitacional e conclusão das obras civis da Barragem de Itaipu. Alguns gêneros importantes como Química (dominada pela PETROBRÁS) e Produtos Alimentares (especialmente pragas do café) impediram que a retração industrial fosse maior. Em 1984, a fraca recuperação do setor se explica pelo baixo percentual exportado da produção industrial paranaense (5% em 1984), uma vez que a recuperação da indústria nacional, nesse ano, centrou-se especialmente no aumento das suas vendas externas.

Refletindo o comportamento da agricultura, da indústria e das importações, o comércio apresentou uma redução da sua renda, entre 1981 e 1984.

Os dados preliminares indicam uma expansão de 19% da agricultura paranaense, 7% da indústria e 8% do comércio, para um crescimento do PIB de quase 9%. Esses dados indicam que o reaquecimento da economia brasileira em 1985, garantido pela expansão dos salários reais, retomada moderada dos investimentos e pela manutenção do nível das vendas externas e do gasto público, atinge mais fortemente a economia do Estado.

A recuperação da economia paranaense, contudo, não vem

se traduzindo num mercado de trabalho dinâmico, o que é extremamente grave, dado o número de desempregados produzido pela crise.

Esses dados sobre o comportamento recente da economia do Paraná indicam que seu motor é ainda, e será por muito tempo, agroindustrial, atrelando-se ao comportamento do emprego e dos salários na economia nacional.

Dentro da crise da economia paranaense, o setor cooperativo surgiu como um dos mais atingidos. As razões para isso, aparentemente, são duas:

- a) as cooperativas teriam investido, nos anos de crise, em projetos de duvidosa viabilidade, estimuladas pelos bancos de desenvolvimento, numa atitude não alheia a certo ufanismo paranista;¹²⁴
- b) mesmo quando a amortização do capital fixo desses investimentos não apresenta maiores problemas, a significativa elevação do capital de giro necessário à operação de uma cooperativa em processo de industrialização choca-se com a redução dos subsídios oficiais e descapitalização dos produtores. Esses passam a pressionar as cooperativas pela distribuição de sobras num momento em que elas eram necessárias para a capitalização dessas empresas. Em consequência, o grau de endividamento das cooperativas sobe rapidamente, a juros elevados, num período de retração econômica.

Certamente, o encaminhamento de uma solução à crise das cooperativas não poderá prescindir da ação do Estado, amparan-

¹²⁴ BEM, Jorge Sebastião de. A crise nas cooperativas paranaenses. Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 1985.

do-as seja com financiamentos subsidiados necessários à reciclagem dos seus débitos, seja associando-se às mesmas. A iniciativa privada costuma investir contra o crescimento, que ela magnífica, das cooperativas e se colocará contra o apoio do Estado. Lembre-se, contudo, que as cooperativas se originam com a iniciativa do Estado, substituindo-o como agente do processo de transformações na agricultura e regulando até certo ponto esse processo, à medida que atuam no espaço de relações entre a indústria e a agricultura.

A crise atual da cooperativa tem raiz na não-democratização das decisões de investimentos, tomadas quase sempre de cima para baixo. Todavia, a maior participação nas decisões não assegura soluções para a crise, dada a fragilidade financeira de grande parte dos associados e o fato de que, a maioria deles é indiferente à industrialização ou não da cooperativa. A questão da democratização de uma empresa com as características das cooperativas dinâmicas do Paraná ainda é uma questão não-encaminhada.

APÉNDICE - ESTADÍSTICO

TABELA 8 - CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO AO PIAHANÁ - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL 1970-79

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	94,28	94,46	95,11	95,12	95,60	89,23	94,21	94,67	92,72	94,00
Algodão	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,20
Amendoim	2,81	1,90	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
Arroz	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,31	3,16	1,81	1,48	1,14
Batata	—	—	—	—	2,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
Café	44,37	40,78	40,80	32,54	28,58	12,20	12,45	11,43	4,84	12,81
Cana-de-açúcar	0,28	0,48	0,34	0,80	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
Feijão	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
Milho	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	5,52	5,72
Soja	5,14	11,54	14,80	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
Trigo	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	23,14	18,32	21,38	15,74
Outros	4,09	4,34	3,82	3,72	12,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
A Cooperativas										
A Própria	1,99	3,54	1,76	3,80	—	—	—	14,25	15,04	15,71
Repasses	2,50	3,71	5,83	5,05	1,90	2,77	1,78	1,83	0,92	0,76
Pecuária	5,72	5,54	5,59	4,88	4,40	10,77	5,79	5,33	7,28	6,00
Aves	—	—	—	—	1,20	1,26	1,20	0,98	1,23	1,17
Bovinos	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,90	2,14	1,59	1,89	1,83
Ovinos	0,15	0,03	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	—	—	0,00
Suínos	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,50	2,04	1,70
Outros	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,70	0,88	1,11	0,75
A Cooperativas										
A Própria	0,14	0,04	0,37	0,18	—	—	—	0,41	1,00	0,75
Repasses	0,18	0,20	0,42	0,20	0,04	0,03	0,01	—	0,01	0,01
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BACEN/DERUR - Elaboração Fundação IPARDES

TABELA 9 - CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL S/A - JAN-DEZ-1980

(Valor em Cr\$ mil)

UNIDADES FEDERATIVAS	MINI PRODUTOR A	% A/E	PEQUENO PRODUTOR B	% B/E	MÉDIO PRODUTOR C	% C/E	GRANDE PRODUTOR D	% D/E	TOTAL A PRODUTOR E
Brasil	44 929 594	9,3	93 385 720	19,4	137 684 042	28,6	206 156 563	42,7	481 155 919
Acre	24 621	5,0	280 945	66,3	150 774	28,2	52 359	10,5	488 699
Alagoas	1 187 972	14,2	972 348	11,7	1 232 071	14,8	4 948 628	59,3	8 341 019
Amazônia	2 992	3,0	55 307	54,9	40 344	40,1	1 990	2,0	100 633
Amazonas	965 767	20,4	1 572 530	32,2	1 517 558	32,1	678 061	14,3	4 733 916
Bahia	6 239 951	22,0	8 608 184	30,4	8 143 681	28,7	5 368 218	18,9	28 360 014
Ceará	2 431 213	22,7	4 021 138	37,6	2 649 334	24,7	1 608 731	15,0	10 710 414
Distrito Federal	22 859	1,6	166 721	11,1	508 224	35,4	743 284	51,9	1 433 118
Espírito Santo	392 722	5,3	2 243 162	30,4	3 221 013	43,6	1 524 880	20,7	7 381 777
Goiás	881 528	2,9	5 789 469	18,1	11 706 766	38,6	11 943 636	30,4	30 331 389
Maranhão	5 092 553	47,1	1 800 305	16,6	3 024 270	27,9	909 303	8,4	10 826 431
Mato Grosso	184 804	1,1	1 592 385	9,9	5 654 784	35,2	8 659 288	53,8	16 031 261
Mato Grosso do Sul	337 062	1,2	2 076 395	11,0	4 400 244	23,2	12 258 727	64,6	18 972 918
Minas Gerais	4 619 073	8,1	12 083 399	21,3	18 035 237	31,7	22 104 842	38,9	56 842 551
Pará	1 243 528	14,7	2 235 059	26,5	3 313 279	39,3	1 647 544	19,5	8 439 410
Paraíba	1 589 424	30,5	1 604 946	30,8	1 074 238	20,7	934 573	18,0	5 203 181
Paraná	2 086 295	3,2	11 924 523	18,3	21 307 878	32,6	29 977 441	45,9	65 296 137
Pernambuco	2 856 737	20,6	2 992 905	21,3	2 512 335	17,9	5 653 698	40,2	14 045 676
Piauí	2 980 651	55,0	1 595 623	29,4	633 479	11,7	212 514	3,9	5 421 698
Rio Grande do Norte	1 428 356	26,0	1 663 579	30,3	1 255 479	23,0	1 136 898	20,7	5 494 272
Rio Grande do Sul	4 526 090	6,4	11 555 137	16,3	18 853 895	26,6	35 995 868	50,7	70 960 990
Rio de Janeiro	362 595	6,9	1 152 524	20,6	1 488 075	26,5	2 800 824	46,4	5 804 018
Rondônia	649 243	26,5	1 028 459	41,9	348 025	14,2	427 304	17,4	2 451 031
Roraima	90 642	18,0	148 744	29,6	190 768	38,0	32 303	14,4	502 457
Santa Catarina	3 040 184	16,5	8 525 177	35,5	3 831 984	20,8	4 979 949	27,1	18 377 304
São Paulo	805 770	1,0	8 877 530	10,8	22 076 009	26,9	50 325 965	61,3	82 085 274
Sergipe	956 912	38,1	819 237	30,9	484 177	18,3	389 275	14,7	2 649 601

FONTE: Banco do Brasil, Gazeta Mercantil 29/31.08.81

TABELA 4 - VARIACÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANÁ DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - 1970-1980

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIACÃO ABSOLUTA 1970-1980 (ha)		VARIACÃO PERCENTUAL 1970-1980 (%)	
	Algodão	(111 413)		(24,9)
Arroz	(62 191)		(13,4)	
Café	(148 400)		(14,2)	
Cana-de-açúcar	23 222		63,2	
Feijão	24 849		3,2	
Milho	281 691		15,0	
Soja	2 115 789		695,5	
Trigo	1 312 402		456,3	

FONTE: SEAG-DEVAL

TABELA 5 - VARIACÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	VARIACÃO NA ÁREA DE LAVOURAS 1970-75		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA ÁREA DE LAVOURAS (%)	
	Δ Abs. (ha)	Δ Rel. (%)	1970	1975
Menos de 5 ha	(110 732)	(24,1)	9,7	6,2
5 a menos de 10 ha	(147 675)	(18,3)	17,0	11,6
10 a menos de 20 ha	(87 048)	(7,7)	22,9	17,7
20 a menos de 50 ha	192 087	17,6	23,1	22,8
50 a menos de 100 ha	235 394	58,5	8,5	11,3
100 a menos de 200 ha	232 720	82,9	5,9	9,1
200 a menos de 500 ha	262 176	88,8	6,3	10,0
500 a menos de 1 000 ha	115 575	80,4	3,0	4,6
1 000 ha e mais	211 724	129,8	3,4	6,7
TOTAL	908 929	19,3	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970			1975		
	Estabelecimento		Área de Lavouras	Estabelecimento		Área de Lavouras
	nº	%		nº	%	
Até 50 ha	513 897	92,7	72,8	431 814	90,3	58,4
50 ha e mais	40 591	7,3	27,2	46 639	9,7	41,6

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO NO PARANÁ, (VALORES CONSTANTES DE 1979) 1970-79

ANOS	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%
1970	8 784 768	56,61	2 436 257	16,25	3 768 496	26,14	14 989 541	100,00
1971	8 439 962	52,18	3 677 481	22,73	4 064 170	26,12	16 181 613	100,00
1972	10 535 163	44,20	7 495 772	31,45	5 802 935	24,35	23 833 870	100,00
1973	16 115 648	46,22	9 357 056	26,84	9 394 678	26,94	34 867 382	100,00
1974	21 507 497	47,93	11 321 168	25,28	11 988 641	26,75	44 817 304	100,00
1975	27 176 985	40,91	19 141 591	28,81	20 115 798	30,28	66 434 374	100,00
1976	29 887 045	44,28	16 140 253	23,91	21 472 077	31,81	67 499 375	100,00
1977	53 398 354	47,03	12 252 831	16,28	27 621 061	36,69	75 272 246	100,00
1978	37 058 608	53,94	9 342 477	13,60	22 304 318	32,46	68 705 403	100,00
1979	49 415 120	56,11	11 273 961	12,80	27 372 259	31,08	88 061 340	100,00

FONTE: BACEN/DERUR, Fundação IPARDES

DEFLATOR: FGV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Coluna 2

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ 1970-80

ANOS	SETORES			TOTAL
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	
1970	26,17	16,62	58,21	100,00
1971	32,22	14,88	51,90	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	100,00
1977	25,56	22,49	51,95	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	100,00
1980*	18,53	28,07	53,40	100,00

FONTE: Fundação IPARDES

* Estimativa preliminar

³ PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. *Análise da economia paranaense*. Curitiba, 1961. 163 fl. (Estudo nº 40).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA RENDA INTERNA DO PARANÁ NA RENDA INTERNA DO BRASIL - 1970-80

ANOS	SETORES			TOTAL RENDA INTERNA
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1970	12,33	2,96	5,46	5,46
1971	18,57	3,12	5,83	6,47
1972	18,93	3,97	6,30	6,98
1973	16,59	4,28	6,80	7,14
1974	18,49	4,20	7,11	7,49
1975	18,29	4,15	7,12	7,38
1976	11,95	4,83	7,68	7,23
1977	15,04	5,57	7,53	7,91
1978	11,19	6,11	6,42	6,90
1979	10,77	5,71	6,37	6,69
1980*	11,32	6,13	6,38	6,86

FONTE: Fundação IPARDES

* Estimativa preliminar

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES 1970-80

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	100	100	100	100
1971	175	119	118	132
1972	194	173	140	159
1973	214	230	176	195
1974	275	270	200	231
1975	285	293	228	253
1976	207	364	272	271
1977	314	418	275	309
1978	228	483	270	295
1979	235	489	293	311
1980	253	580	315	344

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE - 1970-1975

CATEGORIAS	1970		1975	
	Nº Absolutos	%	Nº Absolutos	%
Responsável e Membros e nº de Família	1 696 284	85,6	1 674 046	80,5
Empregados em Trabalhos Permanentes	132 073	6,7	179 077	8,6
Empregados em Trabalhos Temporários	119 126	6,0	161 851	7,8
Parceiros	24 607	1,2	57 553	2,8
Outros	9 381	0,5	6 647	0,3
TOTAL	1 981 471	100,0	2 079 174	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

TABELA 11 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1970-1975-1976

GÊNEROS	1970			1975			1976		
Extração e Transformação Mineral Não-Metálica	8,51			7,55			7,34		
Mineração	3,24			3,03			2,89		
Mineração	3,28			3,72			3,00		
Material Elétrico e de Comunicação	0,54			1,57			2,72		
Material de Transporte	1,78			0,96			0,77		
Madeira	22,50			18,09			18,06		
Mobilidade	3,89			2,83			2,51		
Papel e Papelão	5,20			6,50			6,22		
Barracha	0,78			0,37			0,19		
Couro, Peles e Produtos Similares	0,84			0,52			0,32		
Química	7,73			2,54			30,71		
Óleo	—			4,53			2,87		
Adubos e Fertilizantes	—			3,50			3,37		
Produtos Farmacêuticos e Medicinas e Perfumaria, Sabões e Velas	0,75			0,18			6,16		
Produtos de Matéria Plástica	1,22			1,72			1,85		
Têxtil	8,46			3,84			2,18		
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	0,52			0,58			0,59		
Produtos Alimentares	23,67			22,00			17,03		
Bebidas	2,98			1,83			2,30		
Funho	0,37			1,43			2,06		
Editorial e Gráfica	3,14			0,35			0,54		
Diversos	0,82			5,76			0,84		
TOTAL	100,00			100,00			100,00		

FONTE: FIBGE - 1970-1975-1976

TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS DO PARANÁ NO VALOR AGREGADO DE VÁRIOS GRUPOS - 1975

GRUPO INDUSTRIAL	NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS	NÚMERO DE GRANDES EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS GRANDES EMPRESAS SOBRE O VALOR AGREGADO PELO GRUPO
Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos afins	1 204	6	28,42
Fabricação de Açúcar	4	1	72,16
Abate de Animais	120	2	40,20
Café Solúvel	2	2	100,00
Rações Balanceadas e Alimentos Preparados para Animais	19	3	66,47
Moagem de Trigo	44	1	50,43
Preparação de Leite e Fabricação de Laticínios	37	3	62,16
Beneficiamento de Fibras Têxteis	36	4	38,47
Desdobramento de Madeira	1 413	31	40,85
Prod. de Madeira Compensada, Aglomerada e Prensada	69	1	27,44
Cimento	3	3	100,00
Papel e Celulose	17	1	61,10

FONTE: Fundação IPARDES - Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná - indústria, 2ª fase, Curitiba, 1978. 172p.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1975-1979

MRH	1975		1979		
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	% (a)	% (b)
268 Curitiba	3 883 123	32,3	52 082 141	52,7	41,7
269 Litoral Paranaense	183 570	1,5	1 997 519	2,0	2,5
270 Alto Ribeira	58 667	0,4	395 854	0,4	0,5
271 Alto Rio Negro Paranaense	2 354	0,0	61 768	0,0	0,1
272 Campos da Lapa	196 634	1,6	1 100 716	1,1	1,4
273 Campos de Ponta Grossa	1 881 627	15,6	10 289 883	10,4	12,8
274 Campos de Jaguariaíva	61 370	0,5	276 283	0,2	0,3
275 São Mateus do Sul	30 418	0,2	139 554	0,1	0,2
276 Colonial de Irati	120 483	1,0	779 234	0,7	1,0
277 Alto do Ivaí	9 456	0,0	60 792	0,0	0,1
278 Norte Velho de Wenceslau Braz	13 298	0,1	68 021	0,0	0,1
279 Norte Novo de Jacarezinho	455 385	3,7	2 742 012	2,7	3,4
280 Algodoeira de Assaí	105 708	0,8	690 746	0,6	0,9
281 Norte Velho de Londrina	1 742 395	14,5	9 459 708	9,5	11,7
282 Norte Novo de Maringá	841 563	7,0	3 574 526	3,6	4,4
283 Norte Novíssimo de Paranavaí	254 575	2,1	578 408	0,5	0,7
284 Norte Novo de Apucarana	207 172	1,7	1 638 248	1,6	2,0
285 Norte Novíssimo de Umuarama	195 193	1,6	1 228 163	1,2	1,5
286 Campo Mourão	153 114	1,2	1 067 646	1,0	1,3
287 Pitanga	29 844	0,2	75 170	0,0	0,1
288 Extremo-Oeste Paranaense	499 450	4,1	3 496 110	3,5	4,4
289 Sudoeste Paranaense	194 468	1,6	1 143 754	1,1	1,4
290 Campos de Guarapuava	438 293	3,6	3 187 544	3,2	4,0
291 Médio Iguaçu	450 450	3,7	2 668 906	2,7	3,3
TOTAL	12 008 607	100,0	98 802 804	100,0	100,0

FONTE: SEFI/Sistemas DEFC

(a) Participação no valor agregado total

(b) Participação no valor agregado, excluindo-se de Curitiba e do Total do Estado o valor agregado gerado pela PETROBRAS

TABELA 14 - SERVIÇOS DA DÍVIDA/RECEITA TOTAL EM ALGUNS ESTADOS - 1976-78

ESTADOS	(em %)		
	1976	1977	1978
Pernambuco	4,55	6,43	6,30
Bahia	9,81	9,21	8,30
Minas Gerais	10,02	6,81	8,92
São Paulo	6,33	6,64	8,81
Paraná	3,97	5,58	6,87
Santa Catarina	5,52	7,05	10,61
Rio Grande do Sul	10,65	13,85	11,01
TOTAL	6,61	8,04	8,30

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, DAS TRANSFERÊNCIAS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO TOTAL DA RECEITA DE ALGUNS ESTADOS - 1976-78

DISCRIMINAÇÃO	(em %)		
	1976	1977	1978
Pernambuco			
Receita Própria	60,67	60,88	58,07
Transferências	23,90	31,33	30,38
Operações Crédito	15,03	7,79	11,55
Bahia			
Receita Própria	47,75	55,57	51,17
Transferências	31,17	34,82	28,92
Operações Crédito	21,08	9,61	19,91
Minas Gerais			
Receita Própria	61,71	68,04	66,27
Transferências	22,83	26,47	21,73
Operações Crédito	15,45	5,49	12,01
São Paulo			
Receita Própria	73,65	81,12	80,61
Transferências	10,42	10,25	7,76
Operações Crédito	15,94	8,63	11,63
Paraná			
Receita Própria	75,39	76,22	64,83
Transferências	14,07	18,67	17,18
Operações Crédito	10,54	5,11	17,98
Santa Catarina			
Receita Própria	63,34	66,86	58,10
Transferências	19,00	21,26	14,33
Operações Crédito	17,66	11,88	25,57
Rio Grande do Sul			
Receita Própria	72,66	79,13	66,78
Transferências	11,78	10,20	14,17
Operações Crédito	15,56	10,54	19,05
TOTAL			
Receita Própria	65,76	70,86	67,61
Transferências	18,85	20,99	19,35
Operações Crédito	15,39	8,13	13,04

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES, EVOLUÇÃO DO ICM ARRECADADO E RELAÇÃO ICM TOTAL/RENDA TOTAL DO PARANÁ - 1970-80

ANOS	EVOLUÇÃO RENDA AGRICUL.	EVOLUÇÃO RENDA INDUST.	EVOLUÇÃO RENDA SERVIÇOS	EVOLUÇÃO RENDA TOTAL	EVOLUÇÃO ICM TOTAL	ICM TOTAL RENDA TOTAL
1970	100	100	100	100	100	7,93
1971	175	119	118	132	103	6,13
1972	194	173	140	159	127	6,31
1973	214	230	176	195	158	6,46
1974	275	270	200	231	166	5,69
1975	285	293	228	253	175	5,51
1976	207	364	272	271	193	5,66
1977	314	418	276	309	185	4,74
1978	228	483	270	295	187	5,37
1979	235	489	293	311	177	4,52
1980	253	580	315	344	200	4,61

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 17 - COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79

(em Cr\$ mil de 1979)

ANOS	RECEITA	DESPESA	SALDO	SALDO ACUMULADO
1970	11 474 510	11 892 318	(417 808)	(417 808)
1971	13 474 592	10 979 667	2 532 925	2 115 117
1972	13 646 682	13 536 321	110 361	2 225 478
1973	18 809 263	15 776 433	3 032 830	5 258 308
1974	19 274 668	17 074 111	2 200 557	7 458 865
1975	21 281 664	23 128 112	(1 846 448)	5 612 417
1976	23 269 229	23 179 148	90 081	5 702 498
1977	22 775 650	24 898 671	(2 123 015)	3 579 483
1978	26 497 447	27 389 106	(891 659)	2 687 824
1979	26 195 957	25 332 289	863 668	3 551 492

FONTE: Balanço Geral do Estado - Contadoria Geral do Estado - Secretaria de Estado das Finanças

TABELA 18 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS POR GRUPOS DE FUNÇÕES E ELEMENTOS DE DESPESA - 1970-1975 E 1975-1979

ELEMENTOS DE DESPESA	GRUPOS DE FUNÇÕES							
	FUNÇÃO SOCIAL		FUNÇÕES E ECONÔMICAS		FUNÇÕES DE APOIO		TOTAL	
	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979
Consumo do Governo	48,67	17,19	62,76	10,98	70,00	22,07	58,38	17,93
Pessoal	56,28	19,15	50,87	12,71	47,21	22,31	52,45	19,45
Transferências	47,62	50,01	145,83	109,84	965,72	243,62	87,00	93,65
Aos Consumidores	56,02	24,34	61,26	7,98	1 011,45	174,91	99,84	51,84
Investimentos	172,00	(20,53)	144,83	(32,23)	31,21	91,16	141,87	(26,59)
Amortização da Dívida Pública	-	960,48	(58,38)	48,72	19 767,72	6,01	297,58	13,06
Outras Despesas	848,77	32,99	(97,76)	48 506,99	(23,32)	1 875,09	(17,34)	356,21
TOTAL	62,44	18,56	116,60	86,93	118,50	46,95	94,26	9,65

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS POR GRUPOS DE FUNÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ, NO TOTAL DOS GASTOS, POR ELEMENTO DE DESPESA - 1970-1975-1979

ELEMENTOS DE DESPESA	ANOS/GRUPOS DE FUNÇÕES											
	1970				1975				1979			
	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total
Consumo do Governo	51,54	15,43	33,03	100,00	48,67	16,86	35,47	100,00	48,36	14,92	36,72	100,00
Pessoal	53,14	11,34	35,52	100,00	54,48	11,23	34,29	100,00	54,34	10,55	35,11	100,00
Transferências	87,38	9,33	3,29	100,00	68,98	12,27	18,75	100,00	53,43	13,30	33,27	100,00
Aos Consumidores	86,67	9,60	3,53	100,00	67,82	12,55	19,62	100,00	55,54	8,92	35,54	100,00
Investimentos	13,15	80,92	5,93	100,00	14,90	81,98	3,22	100,00	15,95	75,67	8,38	100,00
Amortização da Dívida Pública	-	98,21	1,79	100,00	0,28	10,28	89,44	100,00	2,61	13,52	83,87	100,00
Outras Despesas	4,13	79,26	66,61	100,00	37,42	0,79	61,79	100,00	-2,71	84,49	12,80	100,00
TOTAL	41,93	38,39	19,68	100,00	35,07	42,80	22,13	100,00	37,91	32,43	29,66	100,00

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 20 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1970 E 1980 E PROJETADA PARA 1990, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO		
	1970	1980	1990
Rural	4 425 490	3 156 831	2 800 544
Urbana	2 504 378	4 472 561	7 017 829
TOTAL	6 929 868	7 629 392	9 818 373

FONTE: Para 1970 e 1980: IBGE, Censo demográfico Paraná, 1970, Censo demográfico: dados distritais Paraná 1980, v.1, t.3, n.18; para 1990: IPARDES

TABELA 21 - POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MICRORREGIÕES - PARANÁ - 1970-1980

MRH	1970	1980	Varição Absoluta 1970-1980	Taxa Geométrica de Crescimento 1970-1980
268 Curitiba	821 233	1 441 743	620 510	5,79
269 Litoral Paranaense	112 310	137 143	24 833	2,02
270 Alto Ribeira	29 903	31 017	1 114	0,37
271 Alto Rio Negro Paranaense	29 448	31 582	2 134	0,69
272 Campos da Lapa	77 909	87 761	9 852	1,20
273 Campos de Ponta Grossa	237 113	328 533	91 420	3,31
274 Campos de Jaguariaíva	40 504	46 022	5 518	1,29
275 São Mateus do Sul	41 108	44 647	3 539	0,83
276 Colonial de Iratí	134 757	148 832	14 075	0,10
277 Alto Ivaí	91 783	112 857	21 074	2,09
278 Norte Velho de W. Braz	200 601	185 375	(15 226)	(0,79)
279 Norte Velho de Jacarezinho	388 958	302 658	(86 300)	(2,48)
280 Algodoeira do Assaí	116 398	83 597	(32 801)	(3,26)
281 Norte Velho de Londrina	684 948	705 487	20 539	0,30
282 Norte Novo de Maringá	320 025	314 225	(5 800)	(0,18)
283 Norte Nov. de Paranavaí	336 460	287 704	(48 756)	(1,55)
284 Norte Novo de Apucarana	461 885	380 417	(81 468)	(1,92)
285 Norte Nov. de Umuarama	650 522	485 929	(164 593)	(2,87)
286 Campo Mourão	532 143	404 594	(127 549)	(2,70)
287 Pitanga	105 986	134 325	28 339	2,40
288 Extremo-Oeste Paranaense	752 432	960 926	208 494	2,48
289 Sudoeste Paranaense	446 360	521 505	75 205	1,57
290 Campos de Guarapuava	159 830	295 691	105 861	4,53
291 Médio Iguaçú	127 212	157 836	30 624	2,18
TOTAL	6 929 808	7 630 466	700 598	0,97

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico 1970 e Tabelas Preliminares do Censo de 1980

TABELA 22 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POPULAÇÃO TOTAL, RURAL, URBANA POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ 1970-1980

MRH	POPULAÇÃO TOTAL Δ 1970-1980	POPULAÇÃO URBANA Δ 1970-1980	POPULAÇÃO RURAL Δ 1970-1980
268 - Curitiba	5,79	7,29	(3,50)
269 - Litoral Paranaense	2,02	3,02	(0,65)
270 - Alto Ribeira	0,37	2,84	0,11
271 - Alto Rio Negro Paranaense	0,69	2,76	0,47
272 - Campos da Lapa	1,20	2,66	(0,11)
273 - Campos de Ponta Grossa	3,31	4,58	0,17
274 - Campos de Jaguariaíva	1,29	4,61	(0,28)
275 - São Mateus do Sul	0,83	6,21	(0,82)
276 - Colonial de Iratí	0,10	3,17	0,07
277 - Alto Ivaí	2,09	6,76	1,55
278 - Norte Velho de W. Braz	(0,79)	3,65	(2,53)
279 - Norte Velho de Jacarezinho	(2,48)	2,33	(6,27)
280 - Algodoeira do Assaí	(3,26)	2,45	(5,98)
281 - Norte Novo de Londrina	0,30	4,71	(6,61)
282 - Norte Novo de Maringá	(0,18)	5,10	(8,89)
283 - Norte Nov. de Paranavaí	(1,55)	3,12	(5,60)
284 - Norte Novo de Apucarana	(1,92)	4,38	(4,99)
285 - Norte Nov. de Umuarama	(2,87)	3,90	(5,85)
286 - Campo Mourão	(2,70)	5,35	(5,90)
287 - Pitanga	2,40	7,29	1,89
288 - Extremo-Oeste Paranaense	2,48	12,48	(2,33)
289 - Sudoeste Paranaense	1,57	7,62	(0,32)
290 - Campos de Guarapuava	4,53	9,78	(1,51)
291 - Médio Iguaçú	2,18	5,11	0,01
TOTAL DOS ESTADOS	0,97	5,97	(3,32)
BRASIL	2,48	-	(0,61)

FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1980

TABELA 23 - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO AS 24 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - MRH - E TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ - 1990

CÓD. IBGE	MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	URBANA			RURAL			TOTAL			
		Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	
268	Coritiba	1980	646 926	678 349	1 325 275	60 634	64 717	125 351	707 560	733 066	1 440 626
		1990	1 184 899	1 235 267	2 420 165	64 931	58 367	123 298	1 249 829	1 293 634	2 543 463
269	Litoral Paranaense	1980	52 234	52 534	104 768	17 173	15 078	32 251	69 407	67 612	137 019
		1990	59 810	60 346	120 156	16 230	14 222	30 452	76 040	74 568	150 608
270	Alto Ribeira	1980	1 590	1 667	3 257	14 430	13 412	27 842	16 020	15 079	31 099
		1990	1 279	1 348	2 627	13 551	12 599	26 150	14 830	13 847	28 777
271	Alto Rio Negro Paranaense	1980	1 686	1 641	3 327	14 704	13 542	28 246	16 390	15 183	31 573
		1990	1 721	1 668	3 389	15 126	13 907	29 033	16 847	15 575	32 422
272	Campos de Lapa	1980	21 978	22 865	44 843	22 475	20 387	42 862	44 453	43 252	87 705
		1990	22 556	23 548	46 102	22 261	20 116	42 377	44 817	43 662	88 479
273	Campos de Ponta Grossa	1980	122 187	127 646	249 833	40 973	37 910	78 883	163 160	165 556	328 716
		1990	173 538	182 180	355 818	46 971	43 389	90 360	220 609	225 569	446 178
274	Campos de Jaguaratava	1980	8 672	8 765	17 438	15 210	13 328	28 538	23 892	22 034	45 926
		1990	7 794	7 901	15 695	15 636	13 847	29 483	23 630	21 748	45 378
275	São Mateus do Sul	1980	6 808	6 874	13 682	16 102	14 792	30 894	22 910	21 686	44 596
		1990	11 205	11 339	22 544	16 454	15 003	31 517	27 659	26 402	54 061
276	Colônia de Ipirati	1980	24 062	25 914	49 976	51 005	47 485	98 491	75 067	73 400	148 467
		1990	26 915	29 100	56 015	53 581	49 657	103 238	80 496	78 757	159 253
277	Alto Ivaí	1980	7 522	7 317	14 839	51 416	46 543	97 959	58 938	53 860	112 798
		1990	9 770	9 505	19 275	48 993	44 334	93 317	58 753	53 839	112 592
278	Norte Velho de Wenceslau Braz	1980	32 468	33 105	65 574	53 060	56 764	109 824	95 529	89 869	185 398
		1990	37 923	38 606	76 529	56 973	51 168	108 141	84 896	89 973	184 869
279	Norte Velho de Jacarizinho	1980	83 852	86 037	169 889	69 422	63 567	132 989	152 974	149 604	302 578
		1990	102 065	106 485	208 550	52 133	47 586	99 718	155 068	154 070	309 138
280	Algoceira de Assel	1980	17 601	18 189	35 790	24 852	22 831	47 713	42 603	41 020	83 703
		1990	20 433	20 920	41 353	21 694	19 866	41 560	42 127	40 785	82 912
281	Norte Novo de Londrina	1980	259 068	267 750	527 608	93 743	84 050	177 793	363 631	351 000	705 431
		1990	362 323	375 428	737 751	77 965	69 804	147 769	440 288	448 232	888 520
282	Norte Novo de Maringá	1980	122 054	125 310	247 364	34 983	31 871	66 854	157 037	157 181	314 218
		1990	172 440	177 962	350 402	22 322	20 161	42 483	194 762	199 123	393 885
283	Norte Novíssimo de Foz de Iguaçu	1980	83 279	84 805	168 084	63 015	56 376	119 391	148 294	141 181	289 475
		1990	103 461	105 736	209 197	56 237	50 275	106 512	159 098	155 011	314 109
284	Norte Novo de Apucarana	1980	83 091	86 039	169 930	110 425	100 732	211 157	194 316	186 771	381 087
		1990	108 097	111 087	219 184	84 200	76 701	160 901	182 297	187 768	380 065
285	Norte Novíssimo de Umuarama	1980	102 974	104 195	207 169	146 313	132 337	278 650	249 287	236 532	485 819
		1990	125 312	127 143	252 455	116 806	105 402	222 208	242 118	232 545	474 663
286	Campo Mourão	1980	64 179	65 379	129 558	122 648	111 896	234 544	206 827	197 075	403 902
		1990	126 353	128 357	254 710	103 595	94 269	197 864	229 948	222 626	452 574
287	Pitanga	1980	8 019	8 230	16 249	61 560	56 920	118 480	69 579	65 150	134 729
		1990	12 151	12 448	24 600	94 959	90 808	185 767	87 110	83 357	170 467
288	Extremo-Oeste Paranaense	1980	241 087	243 417	484 504	248 056	228 139	476 205	489 159	471 656	960 769
		1990	447 276	452 616	899 892	191 112	175 557	366 669	638 368	628 173	1 266 541
289	Sudoeste Paranaense	1980	81 955	84 951	166 906	183 454	170 899	354 343	265 409	255 840	521 249
		1990	145 781	151 531	297 312	174 997	162 821	337 818	320 668	314 352	635 040
290	Comuna de Guaçuva	1980	67 979	70 952	138 931	82 160	75 745	157 905	150 139	148 697	298 836
		1990	126 367	141 179	267 546	98 130	90 462	188 592	233 487	231 641	465 128
291	Mêço Iguçu	1980	38 275	39 562	77 837	41 737	38 129	79 866	80 012	77 691	157 703
		1990	52 332	54 131	106 463	39 264	35 844	75 108	81 596	89 875	181 471
	TOTAL do Estado	1980	2 201 067	2 271 494	4 472 561	1 648 590	1 507 241	3 155 831	3 858 657	3 778 736	7 637 393
		1990	3 451 609	3 566 029	7 017 638	1 464 221	1 336 323	2 800 544	4 918 021	4 902 352	9 820 373

FONTE: Para 1980: IBGE. Censo demográfico; dados distritais Paraná v.1, t.3, n.18; para 1990: IPARDES

TABELA 24 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL E ÍNDICE ACUMULADO DO PIB, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES, NO PARANÁ - 1981-84

SETOR SUBSETOR	1981	1982	1983	1984	ÍNDICE DE CRESCIMENTO BASE 1980 = 100	
					1981-1983	1981-1984
Agropecuária	11,7	(8,3)	6,7	(4,9)	103,3	103,9
Indústria	4,0	(10,7)	(0,6)	3,1	92,6	95,5
Extrativa e de Transformação	3,6	(14,3)	3,8	3,9	92,2	95,8
Construção Civil	4,8	(1,5)	(17,9)	(5,6)	95,1	89,7
Serviços Industriais						
Utilidade Pública	6,8	7,8	6,3	11,2	122,4	136,1
Comércio	4,7	(8,8)	2,0	(0,9)	97,4	96,5
TOTAL	6,4	(9,5)	2,2	(0,2)	98,4	98,2

FONTE: IPARDES

TABELA 25 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL E ÍNDICE ACUMULADO DO PIB, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES, NO BRASIL - 1981-84

SETOR SUBSETOR	1981	1982	1983	1984	ÍNDICE DE CRESCIMENTO BASE 1980 = 100	
					1981-1983	1981-1984
Agropecuária	6,4	(2,5)	2,2	4,2	106,0	103,4
Indústria	(5,5)	0,6	(6,8)	6,0	92,4	97,9
Extrativa	0,2	6,7	14,5	27,3	122,4	155,8
Transformação	(6,5)	0,2	(6,3)	6,0	87,8	93,1
Construção Civil	(4,2)	0,0	15,0	1,9	110,2	112,3
Serviços Industriais						
Utilidade Pública	3,4	6,3	7,8	12,2	118,5	132,9
Comércio	(2,8)	0,9	(3,5)	2,4	94,6	96,9
TOTAL	(1,6)	0,9	(3,2)	4,5	96,1	100,4

FONTE: Centro de Contas Nacionais - DES/IBRE/FGV

TABELA 26 - TAXA DE CRESCIMENTO E ACUMULADA DA QUANTIDADE PRODUZIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1981-84

PRODUTO	1981	1982	1983	1984	ACUMULADO
Arroz	(22,6)	(47,9)	43,2	(34,1)	(62,0)
Feijão	23,5	16,8	(47,9)	38,1	3,8
Milho	(1,9)	1,2	(7,6)	7,0	(1,3)
Trigo	(32,2)	12,0	4,0	1,9	(19,5)

FONTE: IPARDES

TABELA 27- TAXA DE VARIAÇÃO DOS PREÇOS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DE MERCADO INTERNO, NO PARANÁ - 1981-84

PRODUTO	1981	1982	1983	1984
Arroz	36,7	177,5	86,6	193,1
Feijão	218,7	1,7	56,4	170,0
Milho	99,2	70,2	153,9	188,7
Trigo	116,3	88,5	172,3	259,0
Sector Agropecuario	86,6	89,8	138,0	282,0
PIB	85,5	107,7	130,9	226,0

FONTE: IPARDES

TABELA 28- TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL E ACUMULADA DO PIB AGROPECUARIO, SEGUNDO SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES, NO PARANÁ - 1981-84

ATIVIDADE	1981	1982	1983	1984	ACUMULADO
Lavouras Temporárias	(7,4)	2,1	(3,5)	(0,3)	(9,2)
Lavouras Permanentes	166,1	(79,6)	230,4	(20,5)	42,6
Extrativa Vegetal	9,7	2,4	(3,8)	(8,1)	(0,7)
Produção Animal	9,9	19,6	0,1	(11,3)	16,7
Derivados da Produção Animal	8,5	4,8	(2,8)	(2,8)	7,4
TOTAL	11,7	(8,3)	6,7	(4,9)	3,9

FONTE: IPARDES

TABELA 29- TAXA DE VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS E QUANTIDADES PRODUZIDAS DE SOJA E ALGODÃO, NO PARANÁ - 1981-84

PRODUTO	1981		1982		1983		1984		VARIAÇÃO ACUMULADA QUANTIDADES
	Preços	Quantidades	Preços	Quantidades	Preços	Quantidades	Preços	Quantidades	
Soja	83,2	(7,7)	91,6	115,71	133,5	2,7	133,9	(4,5)	(23,7)
Algodão	77,5	3,5	66,1	27,2	103,5	19,91	459,6	(12,0)	9,0
Sector Agropecuario	85,6	11,7	69,8	18,31	138,0	6,7	282,0	14,51	3,9

FONTE: IPARDES

TABELA 30- TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL E ÍNDICE ACUMULADO DO PIB SECTORIAL, SUBSECTORES E SECTORES INDUSTRIAIS, NO PARANÁ - 1981-84

SECTOR GERAL	1981	1982	1983	1984	ÍNDICE DE CRESCIMENTO BASE 1981=100	
					1981-1983	1981-1984
Industria Extrativa						
de Transformação	2,8	(14,3)	3,8	3,9	87,2	85,8
Estrutura de Mineração	115,81	138,11	160,31	28,1	34,4	66,7
Industria Metalúrgica	0,4	(0,7)	(18,4)	(19,1)	81,2	87,1
Metalurgia	3,3	(43,4)	73,4	11,5	80,6	80,3
Química	36,8	(23,4)	(18,1)	37,9	81,1	93,8
Alimentar e Bebidas						
de Cerveja	112,81	1,0	1,5	8,1	89,8	87,4
de Vinho e Espirite	90,2	104,0	29,6	28,8	93,1	108,1
de Leite	(15,4)	(24,4)	(14,4)	(10,1)	54,5	43,0
de Carne	10,1	(1,8)	(22,9)	(8,1)	52,9	49,7
de Açúcar e Papelão	(5,1)	1,6	3,7	11,1	96,6	111,3
de Borracha	158,7	24,8	(26,7)	(5,1)	41,5	30,7
de Couros e Peles	31,7	(29,2)	47,7	24,7	109,0	133,6
de Outros	14,8	(13,2)	18,6	1,8	119,2	116,8
de Produtos e Serviços						
de Serviços	10,8	(20,2)	48,7	(28,2)	48,8	24,9
de Produtos e Serviços						
de Produtos e Serviços	18,2	(28,2)	(23,6)	9,4	10,1	80,4
de Produtos e Serviços						
de Produtos e Serviços	(1,2)	2,6	17,3	1,9	87,8	80,4
de Outros	(15,7)	18,6	17,2	(3,8)	88,4	85,1
de Outros						
de Outros	(22,2)	(40,3)	(0,4)	8,7	20,0	47,8
de Outros	14,0	(4,1)	27,0	14,8	115,1	132,7
de Outros	3,1	16,2	20,8	20,8	165,0	194,5
de Outros	3,1	16,2	20,8	20,8	165,0	194,5
de Outros	14,1	16,40	(1,1)	(20,4)	74,8	50,2
de Outros	(20,2)	(11,3)	(11,2)	18,4	111,0	78,0
de Outros	4,8	(1,3)	(12,8)	(5,8)	85,1	80,1
de Outros						
de Outros	6,8	7,8	4,3	11,2	127,4	128,1
TOTAL	10	(10,1)	(0,3)	3,1	92,8	91,5

FONTE: IPARDES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANÁLISE CONJUNTURAL, Curitiba, IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON Vieira, v.5, n.1-12, jan.-dez. 1983.
- 2 AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo, 1978. 233p.
- 3 AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 4 BEM, Jorge Sebastião de. A crise nas cooperativas paranaenses. Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 1985.
- 5 CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas, 1981. Tese, Livre-Docência, Universidade Estadual de Campinas.
- 6 _____. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2.
- 7 _____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977.
- 8 FRANK, André Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires, Signos, 1970.
- 9 FRANK, André Gunder; COCKOFT, J.D.; JOHNSON, D.L. Economía política del subdesarrollo in America Latina. In: FRANK, André Gunder. Desarrollo del subdesarrollo. Buenos Aires, Signos, 1970.
- 10 FUNDAÇÃO IPARDES. Aspectos da economia e sociedade paranaense. Curitiba, 1981. Convênio SEPL/IPARDES. Versão preliminar.
- 11 _____. Diagnóstico sócio-econômico do Paraná. Curitiba, 1981. 2 v. Convênio SEPL/IPARDES.
- 12 _____. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981. 4 v. Convênio MIC/SEIC/SEPL/IPARDES.
- 13 FUNDAÇÃO IPARDES. Relatório de pesquisa 4; a contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do processo de desenvolvimento da economia paranaense. Curitiba, 1979. 126 f. Convênio BADEP/IPARDES.
- 14 IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Análise do emprego no Paraná. Curitiba, 1983. 203 f. Convênio SEPL/IPARDES.

- 15 IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Comercialização de feijão e milho no Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1983. 234 f. Convênio SEPL/IPARDES.
- 16 . Estudos para uma política de emprego para o Paraná. Curitiba, 1983. 139 f. Convênio SEPL/IPARDES.
- 17 . Impacto da expansão das culturas voltadas às alternativas energéticas e a exportação sobre a agricultura de alimentos. Curitiba, 1983. 2v. Convênio FINEP/INAN/SEPL/IPARDES.
- 18 . Limites e possibilidades de expansão e integração do parque industrial paranaense. Curitiba, 1983. 209 p. Convênio BADEP/IPARDES.
- 19 . As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. 81 f. Convênio SEPL/IPARDES.
- 20 . Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. 104 f. Convênio MINTER/CNDU/IPARDES.
- 21 . Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983. 105 f.
- 22 . Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72 p. Convênio SEPL/IPARDES.
- 23 . Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983. Convênio SEPL/IPARDES.
- 24 MAGALHÃES FILHO, Francisco. O IPARDES há dez anos: história e reflexões. Curitiba, 1983. Mimeografado.
- 25 . Perspectivas industriais do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (3) nov./dez. 1969.
- 26 MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, 1975. 201 f. Tese, Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- 27 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. 235 p. (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).
- 28 PARANÁ. Secretaria de Estado das Finanças. Autonomia política e dependência financeira: uma análise das relações intra-governamentais. Curitiba, 1982.
- 29 PINTO, Anibal & KNAKAL, Jan. El sistema centro-periferia 20 años después. Santiago de Chile, ILDES, 1973.
- 30 RODRIGUES, Otávio. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.